



UNIVERSIDADE D  
COIMBRA

Ana Filipa Evaristo Mendes Godinho

PORTUGAL E O MODELO EUROPEU DO  
DESPORTO: ESTATÍSTICAS E  
CONSTRANGIMENTOS

Tese no âmbito do Doutoramento em Ciências do Desporto no Ramo Gestão do Desporto, orientada pelo Professor Doutor Raul Agostinho Simões Martins e coorientada pelo Professor Doutor Manuel João Coelho e Silva e apresentada à Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra



Ana Filipa Evaristo Mendes Godinho

**PORTUGAL E O MODELO EUROPEU DO DESPORTO:  
ESTATÍSTICAS E CONSTRANGIMENTOS**

Tese de Doutoramento em Ciências do Desporto, Ramos Gestão do Desporto,  
apresentada à Faculdade Ciências do Desporto e Educação Física da  
Universidade de Coimbra com vista à obtenção do grau de doutor em Ciências  
do Desporto

**Orientadores:**

Prof. Doutor Raul Agostinho Simões Martins

Prof. Doutor Manuel João Coelho e Silva

Coimbra, 2018

Godinho, A. F. E. M. (2018). Portugal e o *Modelo Europeu do Desporto: Estatísticas e Constrangimentos*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

## DEDICATÓRIA

*À minha mãe pelo seu exemplo de mulher e pelo apoio incondicional que garantiu condições necessárias à minha formação.*

*Aos meus amigos, pelo orgulho que sempre demonstraram pelo meu percurso académico e que de forma mais dedicada ou mais discreta estiveram ao meu lado.*

## **AGRADECIMENTOS**

*“A winner is a dreamer who never gives up” (Nelson Mandela).*

A concretização desta importante etapa de formação simboliza, no meu percurso, uma vitória, que só foi possível alcançar com o contributo de várias personalidades. O envolvimento e interesse demonstrados, de forma mais formal ou informal, através da partilha de experiências, conhecimento ou opiniões, enriqueceram não apenas este trabalho, como contribuiu para aperfeiçoar a minha capacidade crítica e apetrechar-me de ferramentas para que o resultado final alcançasse as expectativas. Importa, deste modo, registar nestas primeiras palavras o apreço a todos os que dedicaram parte do seu tempo e entusiasmo, contribuindo para este projeto.

Ao Professor Doutor Raul A. Martins, dedico o meu primeiro agradecimento pela oportunidade e por acreditar nas minhas capacidades. A sua persistência foi um ponto-chave para ultrapassar fragilidades e manter a motivação para olhar para os desafios de forma positiva e utilizá-los como pontos de viragem para novas metas. A sua análise crítica e os seus contributos para a melhoria contínua das várias versões possibilitaram a maturação e crescimento do trabalho culminando no documento que aqui é apresentado. Uma nota de admiração pelo seu trabalho e conhecimento e, humildemente, espero que o resultado final corresponda às expectativas que depositou em mim.

Ao Professor Doutor Manuel João Coelho e Silva, o meu sincero agradecimento por se ter associado a este projeto, pelo seu interesse e sobretudo pela partilha do seu conhecimento. O seu contributo foi estruturante para o cumprimento dos objetivos e para a definição da metodologia ao longo desta jornada. Destaco a minha admiração pelas suas competências e espírito de trabalho que devem ser um motivo de orgulho para todos os alunos que têm a oportunidade de consigo trabalhar.

Ao Dr. Mário Santos, pela partilha do conhecimento exímio que o distingue por via dos cargos que assumiu no sistema desportivo português. As horas de discussão sobre os vários temas-chave desta tese e a partilha da sua perspetiva mais prática da realidade desportiva permitiram-me olhar para os temas aqui

desenvolvidos a partir de diferentes pontos de análise, o que enriqueceu também a minha capacidade crítica e de reflexão.

Ao Dr. Duarte Lopes, pela partilha do conhecimento e da sua vasta experiência no desporto nacional e internacional. Distingue-se também pelo seu percurso académico, o que lhe permitiu perceber frequentemente os desafios com que me deparava, auxiliando-me com os seus conselhos e sugestões.

Aos colegas e amigos da Federação Académica do Desporto Universitário, que durante a minha passagem pela instituição, dedicaram parte do seu tempo no esclarecimento de dúvidas que por vezes se impunham sobre o sistema desportivo que, por via do seu trabalho com diversas Federações Desportivas Nacionais, eram do seu conhecimento. Neste âmbito, permito-me a uma referência particular ao contributo do Secretário Geral, Dr. Manuel Veloso.

Um agradecimento ao Instituto Português do Desporto e Juventude, no nome do seu Presidente Dr. Augusto Baganha, pela colaboração na cedência de dados pelos departamentos de desporto e formação e qualificação.

Ao Dr. Paulo Gomes e Dr. Pedro Kay, pela partilha de dados e informações relativos ao Desporto Escolar Nacional, por via dos seus cargos na Coordenação do Desporto Escolar Português.

Aos vários Presidentes, membros dos órgãos sociais e colaboradores das Federações Desportivas e entidades desportivas nacionais pela partilha de informações e por vezes pequenas conversas nos intervalos de atividades em que participávamos, que ajudaram a aumentar o meu conhecimento em diversas matérias. Um agradecimento especial ao Dr. Pedro Dias, Diretor da Federação Portuguesa de Futebol, ao Dr. Pedro Espeçada, do Conselho de Arbitragem da Federação de Andebol de Portugal e ao responsável da formação da Confederação de Desporto de Portugal, Dr. Luís Guerra.

Aos meus amigos e família, por acreditarem nas minhas capacidades e sempre me apoiarem e motivarem, especialmente à minha mãe que sempre se orgulhou do percurso académico que tracei e pelo seu apoio incondicional na concretização desta etapa.

## **RESUMO**

O desenvolvimento do desporto na sociedade contemporânea está confrontado com um conjunto de constrangimentos que importa compreender. Consequentemente, o objetivo do presente trabalho consiste em identificar e descrever variáveis relevantes para o desenvolvimento do desporto em Portugal e propor medidas e iniciativas que garantam a sustentabilidade do setor e o papel do desporto como agente de desenvolvimento pessoal e social.

Foram utilizados dados estatísticos relativos à constituição e dispersão geográfica da população portuguesa, bem como relativos à sua participação nas diferentes modalidades desportivas. Os principais resultados refletiram níveis de desigualdade na participação desportiva por escalão etário e grupos populacionais, bem como da localização territorial das modalidades e da rede de infraestruturas desportivas. Emergiu a importância das sinergias entre setores, nomeadamente entre o setor educacional e o desportivo, com impacto não só ao nível da prática, mas também ao nível da investigação, potenciando o aproveitamento dos recursos humanos qualificados e a sua formação generalizada. A compreensão desta análise desvendou uma situação de estagnação no desenvolvimento desportivo nacional associado a problemas demográficos e de participação desportiva que afastam Portugal dos restantes países Europeus nesta matéria. Permitiu ainda identificar áreas estratégicas de atuação para inverter esta tendência, que mereceram uma análise mais profunda.

A mudança cultural que emerge, expressa pelos resultados obtidos, deve ser alvo de planeamento estratégico que, para além de sustentado por dados claros, deve ter alcance global e alargado, contribuindo, desse modo, para um progresso eficiente.

**Palavras-chave: Desenvolvimento Desportivo, Participação Desportiva, Demografia, Sistema Educativo**



## **ABSTRACT**

The development of sport in contemporary society is confronted with a set of constraints that need to be understood. Consequently, the objective of the present work is to identify and describe variables relevant to the development of sport in Portugal and to propose measures and initiatives that guarantee the sustainability of the sector and the role of sport as an agent of personal and social development.

Statistical data on the constitution and geographical dispersion of the Portuguese population were used, as well as on their participation in the different sports. The main results reflected levels of inequality in sports participation by age group and population groups, as well as the territorial location of sport codes and infrastructure. The importance of synergies between sectors, particularly between the educational and sports sectors, has had an impact not only on practice but also on research, enhancing the use of qualified human resources and their widespread training. The understanding of this analysis revealed a situation of stagnation in the national sport development associated with demographic problems and of sports participation that distant Portugal from the other European countries in this matter. It also allowed identifying strategic areas of action to reverse this trend, which merited further analysis.

The cultural change that emerges, expressed by the results obtained, must be subject of strategic planning, which, in addition to being supported by clear data, must be global and broad in scope, thus contributing to efficient progress.

**Keywords: Sports Development, Sports Participation, Demographics, Educational System**

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APMD	Associação Portuguesa de Mulheres no Desporto
CAR	Centro de Alto Rendimento
Censos	Recenseamento Demográfico
COP	Comité Olímpico de Portugal
DL	Decreto-Lei
FCT	Fundação para a Ciência e Tecnologia
IES	Instituição de Ensino Superior
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPDJ, IP.	Instituto Português do Desporto e Juventude
LBAFD	Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto
LBD	Lei de Bases do Desporto
LBSD	Lei de Bases do Sistema Desportivo
PNFT	Plano Nacional de Formação de Treinadores
POPH	Programa Operacional de Potencial Humano
PORDATA	Base de Dados de Portugal Contemporâneo
QREN	Quadro de Referência Estratégica Nacional
TPTD	Título Profissional de Treinadores de Desporto
UC	Unidade de Crédito
UPD	Utilidade Pública Desportiva

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - TOTAL DE HABITANTES PORTUGUESES PRATICANTES E NÃO PRATICANTES DESPORTIVOS POR ANO .....	48
FIGURA 2 - PARTICIPAÇÃO NO DESPORTO ESCOLAR POR MODALIDADE .....	58
FIGURA 3 - POPULAÇÃO PORTUGUESA - NÚMERO DE MULHERES A MAIS QUE HOMENS (1960-2013) .....	64
FIGURA 4 - PARTICIPAÇÃO FEMININA, MASCULINA E MISTA EM COMPETIÇÕES DO DESPORTO ESCOLAR ENTRE A ÉPOCA 2013/ 2014 E A ÉPOCA 2015/ 2016 .....	68
FIGURA 5 - PARTICIPAÇÃO DE HOMENS E MULHERES NO DIRIGISMO DO SETOR DESPORTIVO (2014) .....	85
FIGURA 6 - PARTICIPAÇÃO MULHERES E HOMENS NO SETOR DA ARBITRAGEM (2014) .....	87
FIGURA 7 - NÚMERO TOTAL DE CURSOS E ATUALIZAÇÕES DE TREINADORES/AS .....	108
FIGURA 8 - FORMAÇÃO ESPECÍFICA MINISTRADA POR FEDERAÇÕES E OUTRAS ENTIDADES NO ÂMBITO DA RENOVAÇÃO DO TÍTULO PROFISSIONAL DE TREINADORES DESPORTIVOS .....	119
FIGURA 9 - FORMAÇÃO ESPECÍFICA E GERAL MINISTRADA POR FEDERAÇÕES DESPORTIVAS NO ÂMBITO DA RENOVAÇÃO DO TÍTULO PROFISSIONAL DE TREINADORES DESPORTIVOS .....	120
FIGURA 10 - NÚMERO TOTAL DE CURSOS E ATUALIZAÇÕES DE JUÍZES E ÁRBITROS/AS .....	123
FIGURA 11 - TOTAL DE FORMANDOS EM CURSOS DE JUÍZES E ÁRBITROS .....	124
FIGURA 12 - Nº DE DOCENTES ENVOLVIDOS NO DESPORTO ESCOLAR EM PORTUGAL .....	127
FIGURA 13 - NÚMERO DE FORMAÇÕES E DOCENTES EM FORMAÇÕES PROMOVIDAS PELA DIREÇÃO GERAL - COORDENAÇÃO DO DESPORTO ESCOLAR .....	127
FIGURA 14 - ALCANCE DO PROGRAMA "THIS GIRL CAN" NO TERRITÓRIO MUNDIAL .....	173

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR GRUPOS ETÁRIOS AO LONGO DOS ANOS .....	43
TABELA 2 - PRATICANTES DESPORTIVOS FEDERADOS: TOTAL E POR ESCALÃO ETÁRIO .....	49
TABELA 3 - NÚMERO TOTAL DE PRATICANTES DESPORTIVOS FEDERADOS EM 2012, POR CATEGORIA ETÁRIA E SEXO.....	52
TABELA 4 - PARTICIPAÇÃO NO DESPORTO ESCOLAR .....	57
TABELA 5 - ALUNOS MATRICULADOS: POR NÍVEL DE ENSINO E SEXO .....	66
TABELA 6 - PRATICANTES FEMININOS E MASCULINOS POR FEDERAÇÃO DESPORTIVA	70
TABELA 7 - PARTICIPAÇÃO DESPORTIVO POR SEXO E POR DISTRITO .....	73
TABELA 8 - PRATICANTES FEMININOS E MASCULINOS POR REGIÃO.....	74
TABELA 9 - PARTICIPAÇÃO FEMININA E MASCULINA (%) OLIMPÍADAS (VERÃO) 2004 - 2018.....	80
TABELA 10 - TREINADORAS E TREINADORES POR FEDERAÇÃO DESPORTIVA (2014) .	83
TABELA 11 - MODALIDADES COM CURSOS DE TREINADORES DE DESPORTO VALIDADOS .....	115
TABELA 12 - FEDERAÇÕES NÃO CONSIDERADAS NO QUADRO COM CURSOS DE TREINADORES DE DESPORTO VALIDADOS E NÚMERO DE TREINADORES ATIVP...	118

# ÍNDICE

DEDICATÓRIA	V
AGRADECIMENTOS	VI
RESUMO	VIII
ABSTRACT	IX
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	X
LISTA DE FIGURAS	XI
LISTA DE TABELAS	XII
ÍNDICE	XIII
<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>17</b>
1.1. PREÂMBULO	17
1.2. OBJETIVOS DO ESTUDO	19
1.3. PERTINÊNCIA DO ESTUDO	21
1.4. FRAGILIDADES	25
<b>2. REVISÃO DE LITERATURA</b>	<b>27</b>
<b>3. METODOLOGIA</b>	<b>35</b>
3.1. INTRODUÇÃO	35
3.2. INSTRUMENTOS E VARIÁVEIS	35
3.3. PROCEDIMENTOS	38
3.4. ANÁLISE DOS DADOS	38
<b>4. RESULTADOS</b>	<b>41</b>
4.1. PORTUGAL E O MODELO EUROPEU DO DESPORTO	41
4.1.1. <i>Situação demográfica de Portugal</i>	41
4.1.2. <i>Estatística da participação desportiva</i>	46
4.1.3. <i>Participação desportiva por escalão competitivo</i>	47

4.1.4. <i>Participação desportiva por sexo</i>	50
4.1.5. <i>Participação desportiva por modalidade</i>	53
4.1.6. <i>Paradoxo - Demografia vs Prática desportiva</i>	55
4.1.7. <i>Desporto na escola e desenvolvimento desportivo</i>	56
4.1.8. <i>Discussão</i>	61
4.2. PARTICIPAÇÃO DESPORTIVA E IGUALDADE	63
4.2.1. <i>Desporto escolar</i>	67
4.2.2. <i>Participação por federação desportiva</i>	69
4.2.3. <i>Participação desportiva feminina e masculina no território</i>	71
4.2.4. <i>Regulamentação desportiva</i>	75
4.2.5. <i>Participação internacional</i>	76
4.2.6. <i>Igualdade nos técnicos desportivos</i>	81
4.2.7. <i>Igualdade nos dirigentes</i>	85
4.2.8. <i>Igualdade nos árbitros e juízes</i>	86
4.2.9. <i>Boas práticas na promoção da igualdade</i>	88
a. Title IX	88
b. This Girl Can	89
c. Jogo das Raparigas	90
4.2.10. <i>Discussão</i>	90
4.3. QUALIFICAÇÃO DO SETOR DESPORTIVO PORTUGUÊS	93
4.3.1. <i>O desporto como área de investigação</i>	94
4.3.2. <i>A gestão do desporto como área de ensino</i>	95
4.3.3. <i>Situação do desporto Português</i>	98
4.3.4. <i>Plano Nacional de Formação de Treinadores (PNFT)</i>	99
a. Formação inicial	102
b. Formação contínua	103
4.3.5. <i>Estatísticas</i>	106

<i>4.3.6. Realidade de cada uma das federações desportivas</i>	<i>111</i>
<i>4.3.7. Estatísticas da formação de árbitros e juizes</i>	<i>121</i>
<i>4.3.8. Formação e Desporto Escolar</i>	<i>125</i>
<i>4.3.9. Discussão</i>	<i>128</i>
<b>5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES</b>	<b>131</b>
5.1. INTRODUÇÃO	131
5.2. CONCLUSÕES	132
5.3. RECOMENDAÇÕES	140
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>143</b>
<b>7. ENQUADRAMENTO LEGAL</b>	<b>149</b>
<b>8. APÊNDICES</b>	<b>151</b>





# 1. INTRODUÇÃO

## 1.1. Preâmbulo

O desporto é um fenómeno da maior relevância social e cultural, particularmente desde o século XX, sendo entendido, conforme resulta da Carta Europeia do Desporto,<sup>1</sup> como *'todas as formas de atividade física que, através de uma participação casual ou organizada, têm por objetivo a expressão ou a melhoria da condição física e do bem-estar emocional, o desenvolvimento das relações sociais ou a obtenção de resultados em competição de todos os níveis'*. O valor cultural e social do desporto é geralmente assumido pelas nações de todo o mundo e, em particular, considerado como desempenhando um papel fundamental na realização dos objetivos do Conselho da Europa, reforçando os laços entre os povos e desenvolvendo a consciência de uma identidade cultural Europeia, de acordo com a citada Carta Europeia do Desporto. Há, no entanto, necessidade de considerar e compreender que existe um conjunto de forças sociais que influenciam os vários aspetos da sociedade, e concretamente o desenvolvimento do desporto, tal como identificadas por Earle Ziegler,<sup>2</sup> nomeadamente o quadro de valores e normas, a ação de políticos, os nacionalismos, a economia, a religião e a ecologia.

O comportamento da população portuguesa, no que respeita à participação desportiva, incluindo hábitos de prática, tem vindo a merecer alguma atenção, tendo sido alvo de dois estudos desenvolvidos por Salomé Marivoet.<sup>3,4</sup> Na realidade, o primeiro estudo foi realizado em 1988, envolvendo uma amostra

---

<sup>1</sup> Council of Europe. (2001). *European sports charter, artº 2º*. Committee of Ministers.

<sup>2</sup> Earle F. Ziegler. (2003). *Socio-cultural foundations of physical education and educational sport*.

<sup>3</sup> Marivoet, S. (2000). Práticas desportivas na sociedade portuguesa (1988-1998). *Sociedade portuguesa: passados recentes, futuros próximos: Actas do IV congresso português de sociologia*. Coimbra.

<sup>4</sup> Marivoet, S. (2001) *Hábitos desportivos da população portuguesa*. Centro de estudos e formação desportiva. Lisboa.

representativa da população dos 18 distritos de Portugal Continental, com idades compreendidas entre os 15 e os 60 anos. O índice de participação desportiva então observado foi de 27%, embora apenas 22% praticassem de forma regular e, destes, 16% de forma organizada.

No segundo estudo desenvolvido pela mesma autora em 1998, com uma amostra representativa da população de Portugal Continental e Regiões Autónomas dos Açores e Madeira, com idades compreendidas entre os 15 e os 74 anos, foi observada uma prevalência de 23% de praticantes desportivos. Analisando a faixa etária entre os 15-60 anos, de modo a comparar com o estudo realizado 10 anos antes, foi registada a mesma taxa de 27% de participação desportiva. Ou seja, se em 1888 se poderia argumentar com o ainda recente período de vida em democracia e com as limitações sociais e culturais que resultaram do regime político ditatorial que findou em 1974, já parece mais difícil apresentar esta explicação para os dados de 1998.

Em 2010, no Eurobarómetro sobre Desporto e Atividade Física<sup>5</sup> foi verificado que 33% da população adulta portuguesa praticava exercício físico ou desporto regularmente ou com alguma regularidade. Por outro lado, 55% dos adultos portugueses referiram nunca se envolverem em quaisquer práticas físicas ou desportivas.

Entretanto, em 2014, na nova edição do Eurobarómetro sobre Desporto e Atividade Física<sup>6</sup>, os indicadores da participação desportiva agravaram-se relativamente ao ano de 2010, diminuindo para 28% a prevalência dos praticantes regulares ou com alguma regularidade e aumentando para 64% os adultos que referiram nunca se envolver em quaisquer práticas físicas.

Finalmente, em 2018, na recente e última edição do Eurobarómetro sobre Desporto e Atividade Física<sup>7</sup>, a prevalência dos não-praticantes voltou a

---

<sup>5</sup> European Commission. (2010). Special Eurobarometer 334 on sport and physical activity. Acedido em 5 fevereiro de 2015, em [ec.europa.eu/](http://ec.europa.eu/)

<sup>6</sup> European Commission. (2014). Special Eurobarometer 412 on Sport and physical activity. Acedido em 5 de fevereiro de 2015, em [ec.europa.eu/](http://ec.europa.eu/)

<sup>7</sup> European Commission. (2018). Special Eurobarometer 472 on Sport and physical activity. Acedido em 2 de outubro de 2018, em [ec.europa.eu/](http://ec.europa.eu/)

aumentar, verificando-se que 68% dos adultos portugueses assumem nunca praticar exercício físico ou desporto, o que representa a taxa mais elevada entre os 28 países da União Europeia inquiridos.

A magnitude destes sucessivos dados estatísticos apresenta-se com consistência temporal, o que remete necessariamente para um conjunto de preocupações, a que acresce o facto de os resultados terem sido obtidos de modo indireto através de questionários, o que pode sugerir algum otimismo nas respostas. Isto é, parece admissível que a realidade, traduzida por baixos níveis de participação desportiva, possa ser ainda mais negativa do que os resultados dos sucessivos inquéritos sugerem.

A tese é apresentada em cinco capítulos. No primeiro capítulo, é feita uma introdução do tema objeto de estudo e apresentadas as questões de partida para a investigação. No segundo capítulo, é efetuada uma revisão de literatura cujo objetivo passa por contextualizar o tema objeto do presente trabalho. São revisitados alguns dos textos e autores mais relevantes para a área do desporto e concretamente da gestão do desporto. No terceiro capítulo, é feita uma descrição dos métodos utilizados para o desenvolvimento do presente estudo. No quarto capítulo, são apresentados e discutidos os resultados, de acordo com três secções: *'Portugal e o modelo Europeu do desporto'*, *Participação desportiva e igualdade* e *'Qualificação do setor desportivo Português'*. No quinto capítulo, são sintetizadas as principais conclusões e apresentadas também algumas sugestões para ultrapassar os constrangimentos identificados com o estudo. No sexto capítulo, são descritas as referências bibliográficas utilizadas. No sétimo capítulo, é apresentado um conjunto de anexos que contêm vários dos dados que suportaram o desenvolvimento do presente trabalho.

## **1.2. Objetivos do estudo**

O presente trabalho tem como objeto a caracterização e análise crítica de um conjunto de indicadores ilustrativos da participação desportiva da população portuguesa, assim como a discussão de determinantes subjacentes a essa

mesma participação desportiva. A delimitação do problema que motivou a presente pesquisa permite enunciar o seguinte conjunto de questões:

- Como se caracteriza a prevalência total de praticantes desportivos em Portugal e que tipo de associações se estabelecem com a idade, com o sexo, com as modalidades desportivas ou com a demografia?
- Como se caracteriza a prática desportiva nas escolas do ensino básico e secundário e quais os mecanismos de contribuição para o desenvolvimento desportivo em Portugal?
- Que diferenças se observam entre os grupos masculino e feminino relativamente à prevalência de praticantes registados nas Federações Desportivas?
- Que diferenças se observam entre os grupos masculino e feminino relativamente à prevalência de participação em provas desportivas internacionais?
- Que diferenças se observam entre os grupos masculino e feminino relativamente à prevalência de técnicos desportivos e concretamente de treinadores de desporto?
- Que diferenças se observam entre os grupos masculino e feminino relativamente à prevalência de dirigentes nos órgãos sociais em federações com utilidade pública desportiva?
- Que diferenças se observam entre os grupos masculino e feminino relativamente à prevalência de árbitros e juizes nas modalidades desportivas?
- Que boas práticas internacionais de promoção da igualdade de género na participação desportiva podem ser identificadas e discutidas?
- Quais os indicadores da qualificação do desporto em Portugal nomeadamente no que respeita à investigação, ao ensino, à formação de treinadores ou de árbitros e juizes?

### 1.3. Pertinência do estudo

A justificação e pertinência do presente trabalho assenta no conjunto de argumentos que começou por se apresentar no preâmbulo da presente secção e de que se dará continuidade de seguida, com o propósito de contribuir para o desafio de identificar, ilustrar e entender um conjunto de fatores e determinantes que possam ser tidos em consideração no processo de análise e tomada de decisão como oportunidades mas também como soluções, face às necessidades de um país que se pretende mais desenvolvido na área do desporto e concretamente no que respeita à participação desportiva.

Importa, em consequência, identificar os principais pilares de estruturação do desporto e a sua evolução ao longo dos últimos séculos com a consciência da importância dessa informação na compreensão da realidade do desporto na atualidade. Cientes de que as preocupações e necessidades ditas modernas não se comparam com as dos séculos antecedentes. Na realidade, como afirmou Fernando Tenreiro no seu estudo “Políticas Públicas no Desporto: a Abordagem Económica”<sup>8</sup>, a génese das práticas desportivas durante o século passado pode classificar-se como espontânea, verificando-se que, na atualidade, os objetivos se centram na discussão das condições económicas para a produção de políticas públicas no domínio do desporto que contrariem a atual estagnação do desporto português.

A estruturação do desporto data do início do séc. XX, antecedendo a este marco importante o conceito de Educação Física ligado ao culto do corpo, edificada com uma ideologia associada à educação moral, intelectual e aos hábitos inerentes à higiene<sup>9</sup>. O desporto teve ainda origem no conceito inicial de “jogo”, simples e primitivo, sob regras elementares<sup>10</sup>. Era influenciado por habilidades

---

<sup>8</sup> Pires, G. (2004). *Povos e culturas*. Cultura e Desporto. N.º 9, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa Universidade Católica Portuguesa. Lisboa.

<sup>9</sup> Serrado, R. (2014). *Jogo e desporto no Portugal contemporâneo (1870-1910)*. Cultura, Vol. 33, 219-251

<sup>10</sup> Ferreira, F. (2004). Síntese da história do desporto. Em: Pires, G. (2004). *Povos e culturas*. Cultura e Desporto. N.º 9, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa Universidade Católica Portuguesa. Lisboa.

retiradas de ocupações primitivas que se aproximavam de um aspeto embrionário da competição desportiva. Com o decorrer do tempo, os jogos foram evoluindo como forma de convívio.

Destacando as primeiras formas organizadas de promoção do desporto, a história regista, no ano de 1852, diversas atividades ligadas à vela e ao remo que levaram à criação do clube náutico Real Associação Naval<sup>11</sup>, em 1856, seguido do Real Ginásio Clube Português<sup>12</sup>, em 1878, que inicialmente ligado à ginástica, viria a incluir diversas modalidades, contribuindo assim decisivamente para o desenvolvimento desportivo português. Passados vinte e um anos surge a primeira federação desportiva: a União Velocipedia Portuguesa, a 14 de dezembro de 1899. Com a Implantação da República, ocorrida a 5 de outubro de 1910, verifica-se a expansão dos clubes no território português. O período referente ao Estado Novo, entre 1933 e 1974, retrata também uma época importante com a criação da MP<sup>13</sup> e da FNAT<sup>14</sup>, bem como da DGEFDSE<sup>15</sup>, em 1942, período em que emergem também os clubes e coletividades nas classes sociais mais baixas, totalizando-se mais de três centenas de instituições dessa natureza, localizadas sobretudo à volta dos centros urbanos de Lisboa, Porto e Setúbal. Essa concentração geográfica, conforme será descrito e discutido mais à frente no presente estudo, ainda se mantém nos dias de hoje.

---

<sup>11</sup>Ferreira, F. (2004). Síntese da história do desporto. Em: Pires, G. (2004). Povos e culturas. Cultura e Desporto. N.º 9, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa Universidade Católica Portuguesa. Lisboa.

<sup>12</sup> Ferreira, F. (2004). Síntese da história do desporto. Em: Pires, G. (2004). Povos e culturas. Cultura e Desporto. N.º 9, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa Universidade Católica Portuguesa. Lisboa.

<sup>13</sup> Mocidade Portuguesa

<sup>14</sup> Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), instituição criada em 1935, cujo nome permanece até Abril de 1975, sendo apenas no final de 1979 substancialmente modificados os Estatutos, quando passa a designar-se INATEL - Instituto Nacional para o Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores

<sup>15</sup> Direcção-Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar

Em 1943 foi ainda publicado o Decreto-Lei nº 32946, responsável pela organização do desporto português<sup>16</sup> e que só veio a ser ultrapassado com a primeira Lei de Bases do Sistema Desportivo, publicada em 1990<sup>17</sup>.

Mais tarde, com o fim da ditadura, em 1974, e com a nova redação da Constituição da República Portuguesa, em 1976, foi possível dar um passo importante na afirmação do desporto, nomeadamente pela introdução do artigo 79º<sup>18</sup>, referente ao papel da cultura física e do desporto. O papel das comunidades estrangeiras teve igualmente impacto no surgimento e desenvolvimento do desporto em Portugal (Gouveia, 2002)<sup>19</sup>, particularmente a partir do meio universitário, que se constituiu como bom alicerce ao desenvolvimento, pela promoção dos jovens estudantes, sobretudo na modalidade de futebol. Em 1920 foram instituídos ainda os primeiros concursos que habilitavam os professores para a lecionação da Educação Física<sup>20</sup>.

O século XX apresenta-se, portanto, como um período determinante na estruturação do sistema desportivo Português, com o surgimento de inúmeras federações e podendo dividir-se por três períodos. Um primeiro, desde o início do século e que se prolongou até à década de 1940, com a criação de 29 federações desportivas. Um segundo período, que se prolongou por mais três décadas, com o surgimento de mais 9 federações. Por fim, o terceiro período, mais rápido, ocupando as duas últimas décadas do século XX, com o desenvolvimento de mais 30 federações desportivas<sup>21</sup>.

---

<sup>16</sup> Correia, L., Relógio L., (2016). *O Novo Regime Jurídico das Federações Desportivas*. 2ª Edição, Vida Económica. Lisboa

<sup>17</sup> Lei n.º 1/90. de 13 de Janeiro. Lei de Bases do Sistema Desportivo. *Diário da República n.º 11/1990, Série I de 1990*. Assembleia da República. Lisboa.

<sup>18</sup> Artigo 79º da Constituição da República Portuguesa, destaca o papel da cultura física e do desporto, evocando que todos têm direito ao seu acesso e que o Estado está incumbido de juntamente com as “escolas, associações e coletividades desportivas, promover, estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão da cultura física e do desporto”

<sup>19</sup> A modalidade de hóquei em patins, surge deste movimento registando-se os primeiros encontros no ano de 1905 em Carcavelos

<sup>20</sup> Pereira, A. (2001). *A Excelência profissional em educação física e desporto em Portugal: Perfil a partir de sete histórias de vida*. Tese de Doutoramento em Ciência do Desporto. Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física - Universidade do Porto, Porto.

<sup>21</sup> Pires, G. (2004). Povos e culturas. *Cultura e Desporto*. N.º 9, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa Universidade Católica Portuguesa. Lisboa.

A definição das funções das federações desportivas veio a ser clarificada na década de 90 do século XX. Nesse período, verificou-se a publicação da primeira Lei de Bases do Sistema Desportivo e do Regime Jurídico das Federações Desportivas, constituindo-se como documentos importantes na estruturação e desenvolvimento do desporto, e sendo igualmente responsáveis pelo grande incremento no número de Federações Desportivas, tendo-se chegado às 69. Este crescimento desportivo levou à criação em 1992, do programa integrado de desenvolvimento desportivo por determinação do Ministro da Educação, Roberto Carneiro, marcando a primeira decisão quanto ao futuro do desporto português e o seu financiamento. Em 2009, o número de federações já se restringia a 62 federações e atualmente contamos com 52 federações desportivas reconhecidas ao abrigo do artigo 14º da Lei n.º 05/2007<sup>22</sup>, de 15 de janeiro.

Os relatos da história atrás descritos demonstram vários momentos de resistência à instituição e desenvolvimento do desporto. Sugerem ainda que, apesar do progresso, o modelo mantém-se, porém, idêntico. De facto, o modelo organizacional dos primeiros clubes e federações veio a ser replicado por outras modalidades, mantendo-se estruturalmente idêntico até à atualidade.

A estruturação dos factos históricos revela-se essencial para entender, no decorrer do tempo, a evolução e desenvolvimento desportivo. Decorridos 165 anos desde os primeiros indícios de um desporto organizado, os factos sugerem que, desde há aproximadamente duas décadas a esta parte, o desporto nacional entrou numa rota de estagnação. Da necessidade de contrariar esta aparente situação, urge uma análise detalhada do panorama desportivo e participação desportiva atual, com o propósito de identificar as principais áreas de atuação que possam ter impacto e que se revelem essenciais para que o atual sistema desportivo não se afaste dos ideais propósitos de desenvolvimento. Consequentemente, com o presente trabalho procura explorar-se as relações entre os sistemas desportivo e de educação, sugerindo-se que existe, essencialmente, falta de sinergias entre os sistemas desportivo e de educação

---

<sup>22</sup> Lei n.º 05/2017 de 15 de Janeiro. Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto. Diário da República n.º 11/2007, Série I de 2007. Assembleia da República. Lisboa.



que suprimam lacunas e aproveitem mutuamente os recursos que lhes estão afetos. Este incentivo deve também ser extensível à promoção de investigação e tecnologia associada ao desporto. O trabalho identifica ainda grupos populacionais estratégicos, como é o caso da participação das mulheres no desporto, que devem ser impulsionados. A qualidade e quantidade dos recursos humanos no desporto é também alvo de estudo, que se insinua como um fator de fragilização do sistema. Finalmente, a situação atual das infraestruturas desportiva, a dispersão geográfica do desporto e as tendências da população são também fatores de análise ao longo do estudo. Em suma, com o presente estudo pretende-se descrever e discutir criticamente um conjunto de indicadores com impacto relevante para o desenvolvimento desportivo português, nomeadamente considerando a participação desportiva.

#### **1.4 Fragilidades**

Foram identificadas fragilidades ao longo da investigação que se centraram sobretudo na análise dos dados fornecidos e publicados pelo Instituto Português do Desporto e Juventude, IP, nomeadamente ao nível da:

- Robustez dos dados estatísticos, designadamente derivada de variações elevadas de ano para ano;
- Metodologia de recolha de dados, designadamente na definição das categorias de dados. No que diz respeito aos escalões etários e sabendo que as idades por escalão etário variam de federação para federação, justificar-se-ia eventualmente uma recolha por idade, para além dos escalões etários;
- Diferenciação dos dados por sexo aquando da recolha.



## 2. REVISÃO DE LITERATURA

Após o final da II Guerra Mundial e até meados dos anos 80, a Europa apresentou essencialmente dois modelos do desporto distintos – o modelo da Europa de Leste, com uma orientação muito ideológica e o da Europa Ocidental, caracterizado como um modelo misto onde coexistiam organizações governamentais e não-governamentais, com ação de estruturas privadas e públicas. Por outro lado, tem-se verificado que nos países do Norte da Europa o Estado não manifesta qualquer influência reguladora, enquanto nos países do Sul da Europa o Estado intervém na regulação do desporto<sup>23</sup>.

A estruturação deste modelo recorre a uma organização que tem por base a existência de federações desportivas nacionais, que apresentam correspondência com as respetivas federações internacionais. Esta centralidade das federações desportivas como elementos estruturantes do tecido associativo, incluindo funções reguladoras, de promoção e de organização, foi também reforçada nas conclusões da Cimeira de Nice, pela Presidência do Conselho em 2000<sup>24</sup>.

Os clubes, por outro lado, estão na base desta estruturação do desporto, desempenhando um papel local de envolvimento da comunidade, com uma certa ideia de “desporto para todos”. Neste nível de atuação dos clubes existe uma ação voluntária particularmente importante para o desenvolvimento do desporto Europeu, verificando-se que Portugal se distingue neste âmbito, dado o vasto número de dirigentes e treinadores que desempenham as suas funções sem que isso resulte em qualquer remuneração pelo trabalho prestado<sup>25</sup>. Um segundo nível de ação é feito ao nível regional, através da existência de associações específicas para as modalidades, verificando-se que os clubes são membros destas estruturas. A atuação das associações regionais engloba a organização

---

<sup>23</sup> Confederação do Desporto de Portugal. (2002). O Modelo europeu do desporto: Documento de reflexão da Comissão Europeia. 1ª Edição, Confederação do Desporto de Portugal. Algés

<sup>24</sup> Parlamento Europeu. (2000). Conclusões da Presidência: Conselho Europeu de Nice. Acedido em 17 de março de 2017, em: [http://www.europarl.europa.eu/summits/nice1\\_pt.htm](http://www.europarl.europa.eu/summits/nice1_pt.htm)

<sup>25</sup> Confederação do Desporto de Portugal. ( ). O Modelo europeu do desporto: Documento de reflexão da Comissão Europeia.

da competição regional e coordenação da atividade dos seus membros. Segue-se o nível nacional, através da representação por federações nacionais em cada uma das modalidades. As federações das modalidades, levam a cabo a regulamentação técnica e legislativa da modalidade ao nível nacional e reúnem as estruturas regionais ou os clubes na ausência destas<sup>26</sup>.

No topo desta estrutura estão as federações e associações europeias que, organizadas numa lógica idêntica à das federações nacionais, atuam ao nível europeu, tendo como membros os vários países. O documento que define o Modelo Europeu do Desporto, apresentado pela Comissão Europeia, teve por base uma ampla consulta aos Estados-Membros, através de um questionário aplicado às federações nacionais e internacionais<sup>27</sup>.

Este modelo de atuação, pressupõe interdependência entre os níveis, não apenas ao nível organizacional, como ao nível regulamentar e competitivo. Apenas cumprindo com estes pressupostos, é que cada uma das estruturas apresentadas poderá organizar competições oficiais das respetivas modalidades sob uma lógica de promoção e de delegação. Existe, no entanto, uma nova tendência neste paradigma, incluindo competições fechadas e múltiplas federações desportivas, que pode pôr em risco o Modelo Desportivo Europeu como é conhecido atualmente.

A característica de base de abordagem do sistema, em que o desporto não é encarado como um negócio, sob influência principal do modelo não profissional e com utilização de recursos humanos voluntários afirma o desporto no seu papel social. Na realidade, tal como sublinhado pela *Declaração de Amesterdão*<sup>28</sup>, o desporto na Europa tem um papel social importante,

---

<sup>26</sup> Confederação do Desporto de Portugal. (2002). O Modelo europeu do desporto: Documento de reflexão da Comissão Europeia. 1ª Edição, Confederação do Desporto. Algés

<sup>27</sup> Yves Le Lostecque. (2000). *O Conselho Europeu de Nice e o Reconhecimento do papel central das federações desportivas*. Em: Confederação do Desporto de Portugal. (2002). *O Modelo europeu do desporto: Documento de reflexão da Comissão Europeia*. 1ª Edição, Confederação do Desporto. Algés

<sup>28</sup> União Europeia. (1997). *Tratado de Amesterdão*. Acedido em 23 de outubro de 2017, em: <https://europa.eu/int>

nomeadamente como forma identidade e de união das pessoas, seja esta ao nível local, regional ou nacional.

O desporto mantém-se assim como uma forma de representação nacional, partilhando da cultura e tradição para cada um dos países europeus. Por outro lado, pode também despoletar fatores negativos, incluindo o ultranacionalismo, o racismo ou a intolerância. De facto, é possível observar no decurso da história que o desporto já foi utilizado como forma de promoção de ideologias políticas ou tentativa de superiorização de uma nação<sup>29</sup>.

Importa referir também, que o desporto no que diz respeito à organização de grandes eventos, recebeu, entre os Estados-Membros da União Europeia, grande parte das mais importantes manifestações desportivas. Por exemplo, no que diz respeito a organização de Jogos Olímpicos de Verão, detém 54% das organizações, entre 1896-1996, foram organizados por países membro da União Europeia. O surgimento do desporto e do movimento olímpico, foi igualmente proveniente de iniciativas entre Estados-Membro da União Europeia. Uma última nota para o facto de a maioria das sedes das principais organizações desportivas se localizarem na Europa.

As fragilidades deste modelo colocam-se nomeadamente ao nível da proteção das federações contra modelos desportivos paralelos, área em que a Comissão Europeia remete para o Estado de cada país a criação de medidas de atuação, criando estratégias internas para que as federações mantenham o seu papel central na organização do desporto<sup>30</sup>. Neste sentido, e como expresso nas conclusões do Simpósio sobre “O papel das Federações na concepção do Modelo Europeu do Desporto<sup>31</sup>”, não havendo capacidade por parte da Comissão Europeia de desempenhar o papel de proteção destas organizações, deve o Estado assumir essa responsabilidade, bem como fazer uso das normas

---

<sup>29</sup> Confederação do Desporto de Portugal. (2002). *O Modelo europeu do desporto: Documento de reflexão da Comissão Europeia*. 1ª Edição, Confederação do Desporto de Portugal. Algés

<sup>30</sup> Yves Le Lostecque. (2000). *O Conselho Europeu de Nice e o Reconhecimento do papel central das federações desportivas*. Em: Confederação do Desporto de Portugal. (2002). *O Modelo europeu do desporto: Documento de reflexão da Comissão Europeia*. 1ª Edição, Confederação do Desporto de Portugal. Algés

<sup>31</sup> Confederação do Desporto de Portugal. (2002). *O Papel das federações na concepção do modelo europeu do desporto*. 1ª Edição, Confederação do Desporto de Portugal. Algés

já contidas nos Tratados e apoiar financeiramente as Federações Desportivas. Deve ainda incluir, naturalmente, as necessárias medidas para a respetiva fiscalização e garantia da transparência. Esta metodologia de transparência pressupõe ainda a publicação frequente das estatísticas referentes à atividade federativa e os respetivos estudos técnicos que forem solicitados pela Administração Pública Desportiva.

Na ótica do sucesso do Modelo Europeu do Desporto, foi ainda destacado nas conclusões deste simpósio a necessidade de promover sinergias entre o poder central, autarquias, movimento associativo e empresas ligadas ao ramo. Na generalidade, este é um contributo positivo para o desenvolvimento do desporto de base escolar, “desporto para todos” e desporto de rendimento, tanto nos meios rurais como nas cidades. Foi também, ainda que em forma de conclusão, abordado o papel da mulher tanto na participação desportiva como na participação no dirigismo, no treino e na arbitragem.

Vários desafios que pressupunham corresponder com o que foi idealizado para o Modelo Europeu do Desporto foram abordados por Gustavo Pires no seu artigo “Pierre de Coubertin e o Modelo Europeu de Desporto”, destacando sobretudo aqueles que derivaram da comercialização do desporto e, conseqüentemente, também da sua profissionalização. O autor apresentou o Modelo Europeu do Desporto na sua conceção como: social, na medida em que pretende ser acessível para todos; corporativo, ao pretender conjugar os interesses dos vários intervenientes; pedagógico, visando a promoção da educação e cultura; inclusivo, ao privilegiar uma prática igual entre os diferentes tipos de prática e piramidal de base aberta, regendo-se por princípios apenas desportivos. No entanto, o financiamento do desporto veio modificar os princípios originais, tornando-os respetivamente: económicos, ao serem geradores de negócios e intervirem na economia; individualistas, por desarticularem os interesses dos vários intervenientes; políticos, na medida em que passaram a sofrer influência de processos e atores políticos; exclusivo, deixando que haja uma dominância de elites; estrutura em rede, visto que também integrou no plano hierárquico interesses económicos, sociais e políticos, que inevitavelmente influenciam a estruturação.

Nessa lógica, Gustavo Pires defende que existe a necessidade de adaptação constante do Modelo aos novos desafios que o desporto enfrenta, desde os programas de educação desportiva ao alto rendimento, como também nas políticas públicas direcionadas às massas populacionais.

Uma adaptação eficiente a um Modelo Europeu do Desporto, ou um outro modelo que faça face às necessidades nacionais, requer uma definição e análise real do sistema desportivo na atualidade, bem como a identificação de estratégias que potencializem o sistema desportivo. Importa, por conseguinte, perceber como é que o desporto está estruturado em Portugal e quem são os principais atores e influenciadores do sistema desportivo. Todos estes factos estão explanados na *Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto*, aprovada pela Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro. De facto, a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto ao definir as bases das políticas de desenvolvimento da atividade física e do desporto, tem como princípio global “estabelecer o quadro geral do sistema desportivo e tem por objetivo promover e orientar a generalização da atividade desportiva, como fator cultural indispensável na formação plena da pessoa humana e no desenvolvimento da sociedade.”

No seu capítulo II, artigo 7º, define que é a Administração Pública que, na área do desporto, é responsável por apoiar e desenvolver a prática regular e de alto rendimento, através da disponibilização de recursos humanos e financeiros e incentivar a formação de agentes desportivos. Este exercício é feito pelo membro do Governo responsável, com o aconselhamento do Conselho Nacional do Desporto. Por conseguinte, a investigação, artigo 10º, é feita em cooperação com as Instituições de Ensino Superior. O Estado assegura também a participação Portuguesa nas instâncias desportivas europeias e internacionais conforme descrito no artigo 11º sobre a cooperação internacional.

A estruturação do Sistema Desportivo é feita através do capítulo III, definindo os papéis do Comité Olímpico e Comité Paralímpico nas suas competências para as participações sob a égide do Comité Olímpico Internacional. É disposto ainda o papel das federações desportivas, que englobam, por conseguinte, os clubes ou sociedades desportivas, associações e ligas profissionais que contribuam para o desenvolvimento desportivo da modalidade da respetiva federação. “De entre as diversas organizações, as federações desportivas destacam-se pelo

número de praticantes filiados, pela sua implementação geográfica, pela importância nacional e internacional do desporto de alta competição e pelos recursos que recebem do Estado, indispensáveis à consecução dos seus fins enquanto entidades com utilidade pública desportiva. O sector federado tem sido o motor do desenvolvimento do desporto em Portugal.” (Pires,1989).

O reconhecimento destas federações perante a administração pública e para a execução plena das suas funções, em representação da modalidade, é feito através do estatuto de utilidade pública desportiva o qual se rege pelo definido no Decreto-Lei n.º 248-B/2008 de 31 de Dezembro. Este estatuto é atribuído a associações de direito privado sem fins lucrativos, as quais se comprometem a promover o desenvolvimento da prática desportiva, sendo-lhes conferidas competências para o exercício exclusivo por modalidade ou conjunto de modalidades, de poderes regulamentares, disciplinares e outros de natureza pública. O sistema desportivo português é composto, na atualidade, por 56 federações desportivas dotadas de utilidade pública desportiva<sup>32</sup>.

O capítulo IV define o papel dos estabelecimentos de ensino na promoção da atividade física e prática desportiva nos vários escalões etários. A Lei define ainda os vários agentes que são reconhecidos para o efeito de desempenho de funções reconhecidas nesta área de atuação, obrigando aos respetivos contratos de trabalho e/ou respetivas competências e formações necessárias para o efeito.

O financiamento ao sistema desportivo é feito através da celebração de contratos-programa entre a administração pública e cada uma das estruturas a quem é afetada a responsabilidade de executar os objetivos assumidos.

A apresentação do último estudo completo sobre o sistema desportivo, no que à análise estatística diz respeito, ocorreu em 2009, através do Livro “Estatísticas do Desporto 1996-2009”<sup>33</sup>. Na análise efetuada no documento é destacado o incremento de 93% da prática de desporto federado em Portugal, entre 1996 e

---

<sup>32</sup> <http://www.idesporto.pt/conteudo.aspx?id=54&idMenu=12>

<sup>33</sup> Instituto do Desporto de Portugal, IP. (2011). *Estatísticas do desporto 199-2009*. Acedido em 15 de agosto de 2016, em: [idesporto.pt](http://www.idesporto.pt)



2009. No entanto, destaca-se também com apenas 8% no ciclo olímpico de 2005 a 2009. Relativamente ao número de atletas por clube, no mesmo período, é apresentado um aumento de mais de 40 praticantes federados por clube, traduzindo-se, conseqüentemente, num aumento de atletas federados por distrito. No que diz respeito à prática desportiva por género, esta é bastante superior no sexo masculino, com um valor de participação significativamente maior de homens a praticar desporto federado do que mulheres. No entanto, a taxa de crescimento no período de 2005 a 2009 foi maior nas mulheres do que nos homens, não sendo, contudo, suficiente para aproximar os valores do número de praticantes masculinos.

No que diz respeito aos escalões etários dos praticantes, os dados revelam que a prática desportiva é maior nos escalões etários mais jovens, alcançado 55% dos inscritos nas federações, enquanto os seniores apresentam 31%, os juniores 10% e os veteranos 5% dos praticantes inscritos nas federações.

Finalmente, analisando a variação dos recursos humanos, verifica-se que o número de treinadores pode ser dividido em 3 fases distintas, destacando-se o decréscimo significativo observado no período entre 2002 e 2005. Os juizes, árbitros e dirigentes, apresentaram, na globalidade, valores de crescimento durante o período de análise, isto é, entre 1996 e 2009.



### **3. METODOLOGIA**

#### **3.1. Introdução**

A fim de investigar a participação desportiva da população portuguesa foi concebido um estudo quantitativo que tem por objetivo caracterizar e analisar criticamente um conjunto de indicadores e determinantes que incluem nomeadamente o sexo, a idade, as modalidades desportivas, a implantação geográfica, a formação, a participação internacional ou a participação em órgãos dirigentes. São também exploradas as diferenças entre grupos e entre modalidades desportivas. Na realidade, os três grandes objetivos de uma investigação de natureza quantitativa como aquela que aqui desenvolvemos, e tal como descrito por Creswell,<sup>34</sup> passam por: i) recolher e analisar informação numérica; ii) recolher resultados para posterior medição do rendimento ou atributos de indivíduos e organizações; iii) determinar procedimentos e processos através dos quais se comparam grupos ou através dos quais se correlacionam fatores comuns a indivíduos ou grupos. Consequentemente, é pretensão desta secção enunciar a conceção experimental adotada, envolvendo os instrumentos e as variáveis selecionadas, os procedimentos relativos à recolha das variáveis e as metodologias de análise dos dados.

#### **3.2. Instrumentos e variáveis**

As variáveis alvo de análise na presente investigação foram obtidas tendo por base informações de bases de dados disponibilizadas por diversas instituições, conforme se descreve de seguida:

*Instituto Nacional de Estatística*

---

<sup>34</sup> Creswell J. (2008). Educational research: Planning, conducting, and evaluating quantitative and qualitative research (3rd ed.). Upper Saddle River, NJ: Pearson Education, Inc.

- Distribuição da população portuguesa, agrupada por grupos etários, entre a década de 1970 e o ano de 2015.

- Distribuição da população portuguesa, agrupada por sexo, entre o ano de 1960 e o ano de 2013.

*Instituto Português do Desporto e da Juventude*

- Praticantes desportivos federados, agrupados por escalão etário, entre os anos de 2003 e 2014.

- Praticantes desportivos federados, agrupados por escalão etário e por sexo, no ano de 2012.

- Praticantes desportivos federados, agrupados por sexo e por modalidades, entre os anos de 2007 e 2014.

- Praticantes desportivos federados, agrupados por sexo, por distrito e por Regiões, entre os anos de 2007 e 2014.

- Treinadores registados, agrupados por sexo e por modalidades, no ano de 2014.

- Dirigentes registados, agrupados por sexo, no ano de 2014.

- Árbitros ou juizes registados, agrupados por sexo, no ano de 2014.

- Número total de cursos de formação inicial de treinadores e atualizações, entre os anos de 2003 e 2013.

- Número total de formandos inscritos nos cursos de formação inicial de treinadores e atualizações, entre os anos de 2003 e 2013.

- Total anual de comparticipação financeira (euros) por programa – P6: Formação de recursos humanos, entre os anos de 2007 e 2014.

- Modalidades desportivas com cursos de treinadores validados, agrupados pelo grau de formação.

- Entidades prestadoras de serviços de formação de treinadores, agrupadas por federação desportiva e outras entidades, entre os anos de 2013 e 2017.

- Formação específica e geral ministrada pelas federações desportivas para a renovação do Título Profissional de Treinador Desportivo, entre os anos de 2013 e 2017.
- Número total de cursos e atualizações de formação de juizes e árbitros, entre os anos de 2003 e 2013.
- Número total de formandos em cursos de formação de juizes e árbitros, entre os anos de 2003 e 2013.

*Direção Geral de Educação – Coordenação do Desporto Escolar*

- Praticantes inscritos no Desporto Escolar, entre o ano letivo de 2008/2009 e o ano letivo de 2013/2014.
- Praticantes inscritos no Desporto Escolar, agrupados por modalidades praticadas.
- Praticantes inscritos no Desporto Escolar, participantes em competições femininas, masculinas e mistas, entre os anos letivos de 2013/2014 e 2015/2016.
- Número total de professores envolvidos nas atividades do Desporto Escolar, entre os anos letivos de 2013/2014 e 2015/2016.
- Número total de cursos de formação no Desporto Escolar e de professores participantes, entre os anos letivos de 2013/2014 e 2015/2016.

*PORDATA – Base de Dados Portugal Contemporâneo*

- Alunos matriculados no ensino básico, ensino secundário e ensino superior, agrupados por sexo, entre o ano de 1980 e o ano de 2015.

*European Commission, Directorate-General for Education and Culture*

- Special Eurobarometer 334 on Sport and Physical Activity, no ano de 2010.
- Special Eurobarometer 412 on Sport and Physical Activity, no ano de 2014.
- Special Eurobarometer 472 on Sport and Physical Activity, no ano de 2018.

### *Comité Olímpico de Portugal*

- Praticantes inscritos nos Jogos Olímpicos de Atenas (2004), Pequim (2008), Londres (2012) e Rio de Janeiro (2016), agrupados por sexo.

### **3.3. Procedimentos**

A recolha de toda a informação que suporta a identificação das variáveis atrás descritas foi feita por um só investigador.

A generalidade dos dados foi obtida a partir da consulta de bases de dados disponibilizadas pelos organismos respetivos e identificados anteriormente.

### **3.4. Análise dos dados**

Todos os dados recolhidos foram alvo de uma análise prévia de forma a detetar erros ou valores não aceitáveis (*outliers*). Foram também criadas várias categorias nos dados, sendo as variáveis agrupadas conforme descrito na secção das variáveis.

Após a análise prévia dos dados, procedeu-se à análise estatística, cujo principal objetivo consistiu na tentativa de estabelecer inferências populacionais. Na realidade, a utilização de técnicas estatísticas inferenciais explora habitualmente a existência de diferenças entre grupos ou a existência de associações entre variáveis. Isto é, por um lado a análise estatística inferencial pode ter como propósito a explicação de uma realidade existente, por outro lado, pode servir o propósito de, através de modelos preditores, tentar prospetivar uma realidade futura.

No âmbito do presente trabalho, a análise estatística dos dados foi numa primeira fase descritiva, apresentando medidas de tendência central (média) e de dispersão (desvio-padrão) da distribuição dos dados. Pontualmente, para as variáveis de interesse, recorreu-se à análise univariada da variância com um fator ou variável independente (ANOVA *one-way*) disponibilizada pelo programa SPSS, versão 24, nomeadamente para testar: *i*) a existência de diferenças de população entre os escalões etários; *ii*) a existência de diferenças entre o número de praticantes federados nos diferentes escalões competitivos; *iii*) a existência de diferenças entre o número de alunos matriculados em cada nível de ensino e, dentro de cada nível de ensino, entre o sexo masculino e o sexo feminino; *iv*) a existência de diferenças entre praticantes masculinos e femininos nas diferentes regiões. As comparações *a posteriori* são feitas com base na metodologia Fisher's Least Significant Difference (LSD) igualmente disponibilizada pelo SPSS.

A normalidade da distribuição dos dados foi também testada. Sabe-se que uma curva normal é aquela em que na distribuição dos dados a média, a mediana e a moda assumem o mesmo valor, no centro da distribuição, e em que 68.27% dos casos se encontram entre a média e um desvio-padrão; 95.44% dos casos estarão entre a média e dois desvios-padrão e 99.73% dos casos estarão entre a média e três desvios-padrão. A normalidade dos dados pode ser verificada através de um histograma ou do diagrama caule-e-folhas. Há, no entanto, operações estatísticas que permitem testar se os dados assumem uma distribuição normal, nomeadamente o teste de Kolmogorov-Smirnov-Lilliefors, disponível no SPSS e utilizado no âmbito do presente trabalho.

Quando se aplicam técnicas estatísticas de comparação entre grupos é assumido que a variância (quadrado do desvio-padrão) entre os grupos é semelhante, isto é, verifica-se a homocedasticidade ou homogeneidade da variância. Embora reconhecendo que o requisito da homogeneidade da variância perde relevância quando a dimensão dos grupos em comparação é igual, optou-se por testar a homogeneidade da variância com o protocolo de Levene, também disponível no SPSS.

O nível de confiança definido no presente trabalho para as análises estatísticas é de 95%, tendo sido todos os procedimentos adotados numa lógica de maximização da assunção de conclusões corretas.



## **4. RESULTADOS**

### **4.1. Portugal e o modelo Europeu do desporto**

Os fatores humanos são entendidos como estruturais para o crescimento e desenvolvimento desportivo de um país. Simultaneamente, o conceito de desenvolvimento expressa mudança e prevê alterações quantitativas e particularmente qualitativas do bem-estar de uma população e de um país. Deste modo, na presente secção pretende-se perceber quais as tendências de desenvolvimento da população Portuguesa, bem como o comportamento da população no que diz respeito à prática desportiva e compará-la com os restantes países da Europa. Segue-se a análise das estatísticas do setor federado português através dos dados das Federações Desportivas com Utilidade Pública Desportiva focando especial interesse nas federações que apresentam o maior número de praticantes desportivos. No seguimento destes dados, pretende-se detalhar a análise por escalões etários e por sexos, de modo a procurar perceber a influência de determinados *clusters* no setor. Requer-se, com esta análise, a compreensão das variações e das tendências da prática desportiva em Portugal, os motivos de o sistema desportivo estar estagnado e sem soluções eficientes de desenvolvimento desportivo, bem como identificar e compreender oportunidades que existem na sociedade capazes de fazer frente a este desafio.

#### **4.1.1. Situação demográfica de Portugal**

Começando por analisar a situação demográfica do país através dos dados apresentados pela ferramenta estatística utilizada em Portugal – “Censos” (2011), e descritos na Tabela 1, é visível um contínuo envelhecimento da população, derivado simultaneamente da baixa taxa de natalidade e do aumento da esperança média de vida. Os níveis baixos de natalidade são insuficientes para a renovação das gerações atuando, assim, na composição etária da população. Na Tabela 1, constam dados que ilustram que, com o passar dos anos, os grupos etários com mais população vão ficando cada vez mais

envelhecidos. Na realidade, comparando os grupos com a ANOVA, verifica-se que, entre os primeiros seis escalões etários não há diferenças significativas ( $P > 0,05$ ), apesar de ser notória a diminuição progressiva de população entre o escalão etário dos 0-9 anos até ao escalão dos 50-59 anos. Por outro lado, quando se comparam os escalões de menor idade com os de idade acima de 60 anos, as diferenças ( $P < 0,05$ ) são visíveis. Concretamente, comparando o escalão 60-69 anos com o escalão 70-79 anos verifica-se uma diminuição da população ( $P < 0,01$ ), que continua a decrescer no escalão 80-84 anos ( $P < 0,001$ ) e no escalão 85+ anos ( $P < 0,001$ ). Todas as tabelas com as análises estatísticas podem ser consultadas nos Anexos do presente trabalho.

**Tabela 1 - Distribuição da população por grupos etários ao longo dos anos**

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Censos 2011 e PORDATA

Anos	Grupos Etários										
	Total	0-9	10-19	20-29	30-39	40-49	50-59	60-69	70-79	80-84	85+
<b>1971</b>	8643756	1638287*	1583098	1167459	1072466	1058967	879842	739037	381013	79056	44536
<b>1980</b>	9766275	1667150	1706250*	1434755	1178935	1160185	1091485	831415	536735	104895	54470
<b>1990</b>	9983218	1233008	1652841*	1517814	1367706	1201620	1135841	1005570	616405	162975	89442
<b>2000</b>	10289898	1105055	1277141	1593980*	1515643	1390496	1187588	1084744	786512	196725	152019
<b>2010</b>	10573100	1047091	1130194	1266556	1615165*	1553698	1390487	1145709	920218	288293	215693
<b>2011</b>	10557560	1022521	1124533	1232332	1594965*	1557472	1406314	1170107	919885	298239	231195
<b>2015</b>	10358076	940319	1091586	1111097	1428551	1558189*	1455966	1239416	927943	337522	267490
<b>Média DP</b>	1002456	1236204	1366520	1331999	1396204	1354375	1221075	1030857	726959	209672	150692
	495486	298208	271504	184304	206392	212968	208089	184643	218555	100630	90027

\* valores mais altos de população por grupo etário/ ano

Pela leitura da Tabela 1 resulta que em 1971 a população até aos 50 anos (exclusive) apresentava duas vezes mais pessoas que a população com mais de 50 (inclusive). Em 2015, praticamente se igualou o valor, apresentando tantas pessoas com idades até aos 50 anos, como dos 50 anos para cima. Se compararmos apenas as pessoas até aos 20 anos (exclusive) e as pessoas dos 40 aos 59 anos, chegamos à conclusão que há 35 anos existiam duas crianças por cada adulto e que atualmente existe apenas 0,5 crianças por cada adulto<sup>35</sup>. Estes números são, num certo sentido, alarmantes, e apesar da necessidade de inverter esta tendência, não existem indicadores nesse sentido sendo, conseqüentemente, importante que o sistema desportivo se adapte às características demográficas que o país apresenta, e adote medidas que vão de encontro à situação atual da população.

Portugal faz parte do continente Europeu, o qual regista os maiores e melhores níveis de prática desportiva situando-se, não apenas no topo da participação desportiva, como também no topo dos resultados desportivos. Os países com maiores níveis de prática desportiva da Europa atingem os 90% de prática regular da sua população, pelo menos uma vez por semana. No entanto, este facto não se reflete em Portugal, que está na cauda da Europa, apresentando pouco mais de 30% nos mesmos parâmetros de prática desportiva da sua população<sup>36</sup>.

---

<sup>35</sup> Sobral, F. (2003). *Desporto para além do óbvio – Desporto e Demografia – Algumas implicações atuais e prospetivas*, p.64-65. 1ª Edição, Instituto do Desporto de Portugal. Lisboa.

A tendência para o envelhecimento demográfico é igualmente notória em diversos países da Europa. Espanha aparece no topo da tabela, onde aparece também a Itália, Finlândia, Grécia. Segundo o INE, se esta tendência não se alterar as previsões apresentam taxas acima de 19% de pessoas com mais de 65 anos em 2020. Esta tendência é sobretudo sustentada pela fraca taxa de natalidade e o aumento da duração média do ciclo de vida.

<sup>36</sup> European Commission. (2010). *Eurobarometer, sport and physical activity*, 2010. Acedido em 5 de fevereiro de 2016, em: [ec.europa.eu](http://ec.europa.eu)

Num estudo produzido pela Eurostrategies, CDES, AMNYOS e GSIC, “Study on the funding of grassroots sports in the EU”, apresentado em 2011, percebemos ainda que apenas 8% da população portuguesa é membro de um clube desportivo, 7% de um ginásio e 3% de outro tipo de clube desportivo. O que significa que 82% da população que não tem qualquer ligação a um clube ou estrutura desportiva. Afirma-se também nesse relatório que a promoção de atividade física não é uma prioridade nas políticas públicas portuguesas e que os investimentos feitos em desporto foram canalizados para infraestruturas, bem como para apoiar as equipas olímpicas na preparação dos seus atletas para participações internacionais

Acresce a estes factos que um dos grandes problemas com que o sistema desportivo Português se depara é a débil utilização dos dados estatísticos existentes, quer pela falta de qualidade na sua recolha, quer pela carência de uma análise profunda e concreta<sup>37</sup>. Esta falta de documentação e investigação não permite uma cuidada análise e produção de diretrizes, não dotando o sistema desportivo de medidas eficientes que coloquem o país num rumo idêntico ao dos restantes países europeus. Esta carência de informação e recolha de dados é um problema que já foi identificado há muito tempo e já com inúmeros decisores políticos com a pasta do desporto, mas pouco tem sido feito<sup>38</sup>, continuando a deixar Portugal a *anos-luz* da informação que já existe em outros países da Europa.

Existem documentos produzidos pelo Conselho da Europa que retratam casos de sucesso de sistemas desportivos europeus, altamente especializados, envolvendo técnicos e órgãos especializados que posteriormente se traduzem em elevados níveis de eficiência ao nível da quantidade e qualidade da prática.

---

<sup>37</sup> Comissão Europeia (2012). Conclusões do Conselho e dos Representantes dos Estados-Membros, reunidos no Conselho, de 27 de novembro de 2012, sobre o reforço da base factual para a elaboração de políticas desportivas, *Jornal Oficial da União Europeia*.

<sup>38</sup> Pires, G. (1996). *Desporto e política – Paradoxos e realidades*. O desporto, Madeira.

Estas medidas têm por base estudos estatísticos, planeamento e investigação científica, nomeadamente na área da saúde pública e benefícios para a sociedade através da inclusão pelo desporto. Estes exemplos de boas práticas foram a base de um conjunto de diretrizes provenientes do Conselho da Europa que deram origem à criação do Modelo de Desporto Europeu aplicado às federações, que hoje serve de referência para muitos países da Europa.

#### **4.1.2. Estatística da participação desportiva**

A análise estatística começa por comparar a composição da população com a participação desportiva. Entre o ano 1996 e o ano 2011 Portugal teve um aumento populacional de perto de 5%. No mesmo período, o aumento na participação desportiva corresponde a 49%<sup>39</sup>. Apesar do crescimento notável na prática desportiva, os valores continuam muito abaixo da média Europeia<sup>40</sup>. Estes dados significam que em 1996, por cada mil habitantes, 26 eram praticantes desportivos, tendo passado para 50 praticantes por mil habitantes, em 2011.

Dados mais recentes do ano de 2014 demonstram uma tendência de decréscimo populacional, enquanto a participação desportiva vai aumentando ligeiramente<sup>41</sup>. Este crescimento acaba por ser mais notório, como seria de esperar, devido à diminuição do total de habitantes, como podemos observar na Figura 1. Percebe-se, deste modo, que o aumento registado da prática desportiva é motivado

---

<sup>39</sup> Instituto Português do Desporto e Juventude (2011). Base de dados estatísticas. Acedido em 3 outubro de 2012, em: [idesporto.pt](http://idesporto.pt)

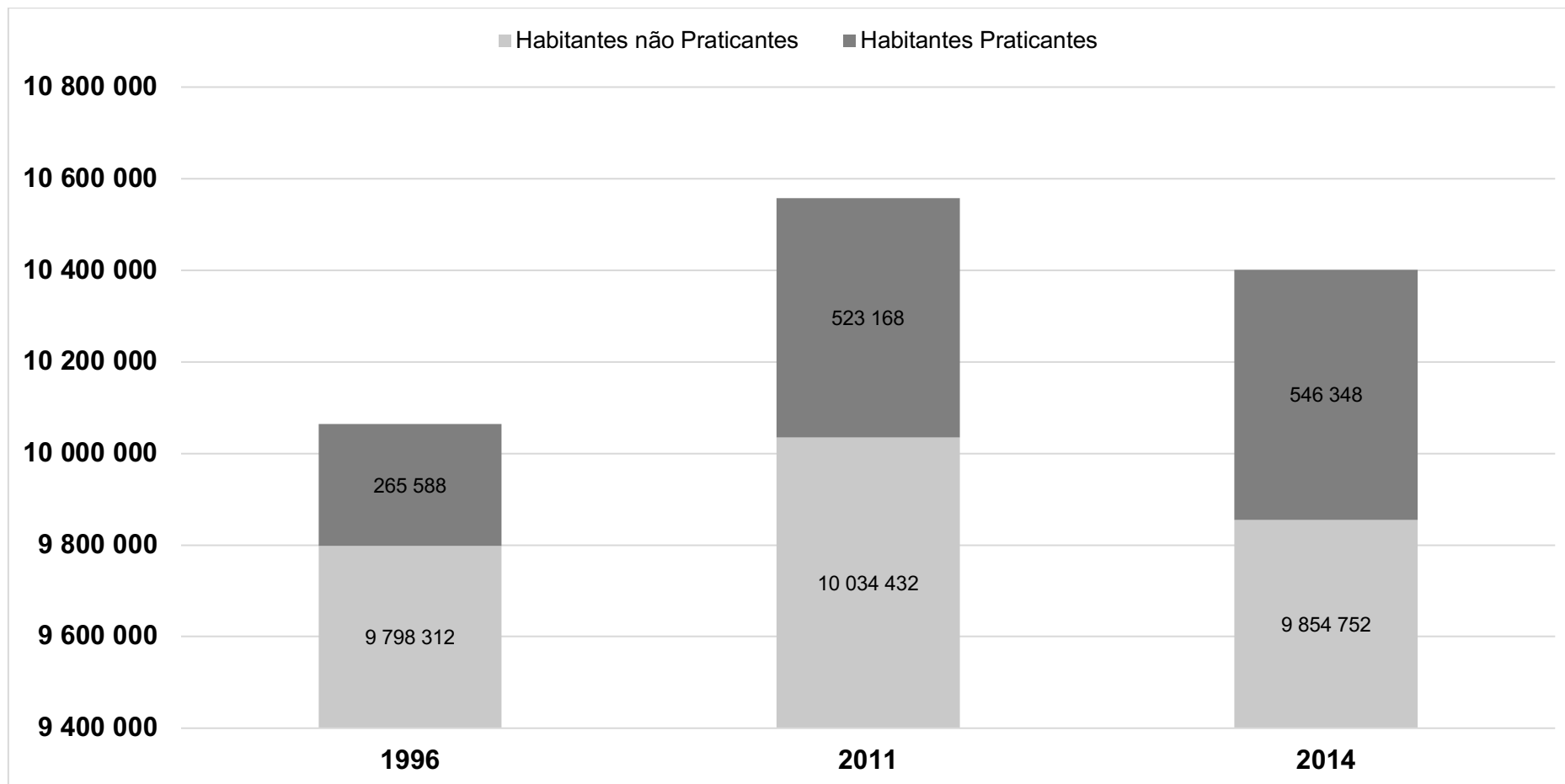
<sup>40</sup> European Commission. (2013 e 2018). Special Eurobarometer on sport and physical activity. Acedido em 5 fevereiro de 2015, em [ec.europa.eu/](http://ec.europa.eu/)

<sup>41</sup> Instituto Português do Desporto e Juventude (2014). Base de dados estatísticas. Acedido em 3 de abril de 2014, em: [idesporto.pt](http://idesporto.pt)

sobretudo por mudanças culturais e demográficas e não tanto pelo crescimento da procura.

#### **4.1.3. Participação desportiva por escalão competitivo**

Desagregando esta análise em função dos escalões competitivos (Tabela 2), encontramos diferenças significativas entre todos os escalões ( $P < 0.001$ ), a partir da aplicação da ANOVA (relatórios disponíveis nos Anexos). A participação desportiva, entre os anos de 2003 e 2014, assume os maiores valores nos escalões mais jovens, ou seja, os escalões etários até ao escalão de juniores, denominado na Tabela 2 por “até juniores”, são os que apresentam maior número de praticantes ( $261257 \pm 46822$ ), correspondendo a 53,8% do total de praticantes. No escalão de juniores, verifica-se uma queda muito acentuada no número médio de praticantes ( $46237 \pm 2992$ ), correspondendo somente a 9,8% do total. No escalão de seniores, ao estarem inscritos 31,4% do total de praticantes, revela uma subida significativa relativamente ao escalão precedente ( $149784 \pm 15381$ ). Por fim, o escalão de veteranos é o que apresenta menor número médio de praticantes ( $26414 \pm 6876$ ), correspondendo a apenas 5,4% do total. Nota para o facto de os dados provenientes da metodologia de recolha do IPDJ não definirem uma idade exata para cada escalão etário e, portanto, o intervalo de idades por escalão poder variar de federação para federação.



**Figura 1 - Total de habitantes Portugueses praticantes e não praticantes desportivos por ano**

Fonte: PORDATA



**Tabela 2 - Praticantes desportivos federados: total e por escalão etário**

Fonte: Publicações IPDJ, I.P.

<b>Anos</b>	<b>Até juniores</b>	<b>%</b>	<b>Juniores</b>	<b>%</b>	<b>Seniores</b>	<b>%</b>	<b>Veteranos</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>
<b>2003</b>	185 302	49	40 014	11	132 695	35	18 454	5	376 465
<b>2004</b>	207 034	52	42 489	11	132 990	33	19 377	5	401 890
<b>2005</b>	210 554	46	46 734	10	178 166	39	19 197	4	454 651
<b>2006</b>	213 512	48	43 347	10	171 791	38	20 356	5	449 006
<b>2007</b>	250 501	52	46 589	10	162 608	34	24 392	5	484 090
<b>2008</b>	263 035	54	46 587	10	154 739	32	24 638	5	488 999
<b>2009</b>	280 899	55	48 982	10	156 366	31	26 311	5	512 558
<b>2010</b>	290 169	56	49 079	9	151 485	29	28 235	5	518 968
<b>2011</b>	298 620	57	49 799	10	144 652	28	30 097	6	523 168
<b>2012</b>	304 217	58	48 979	9	139 671	27	31 300	6	524 167
<b>2013</b>	310 037	59	45 394	9	135 325	26	33 239	6	523 995
<b>2014</b>	321 204	59	46 852	9	136 918	25	41 374	8	546 348
<b>Média</b>	261 257	53,8	46 237	9,8	149 784	31,4	26 414	5,4	483 692
<b>DP</b>	46 822	4,2	2 993	0,7	15 381	4,4	6 876	1,0	53 162

O escalão “até juniores” diz respeito aos escalões de formação – infantis, iniciados e juvenis, que na maioria dos casos vão até aos 16 anos de idade, dependendo da modalidade; a partir daí são considerados juniores, até aos 18 anos, ou seja, já com algum grau de especialização e preparação para o escalão de maior nível de competição – o escalão “sénior”, que se inicia aos 18 anos e que se refere a todos os atletas que se encontrem em competição, variando de modalidade para modalidade. O escalão “veteranos” diz respeito sobretudo à prática desportiva de lazer, ou ao período após pico de performance dos atletas, variando muito a idade inicial, mas em média situa-se a partir dos 25 anos. Nota para o ano de 2014, onde a percentagem deste grupo etário teve um crescimento significativo face aos anos anteriores. Percebemos que o incremento da prática desportiva é significativo, estamos a chegar aos 5% da população. No entanto, esse crescimento parece estar a acontecer à custa de indivíduos abaixo do escalão juniores existindo, por outro lado, uma fatia da população veterana que, pelos dados demográficos, sugere ser um potencial para as organizações do desporto. Na realidade, estas organizações não os ignoram, mas ainda não os aproveitam totalmente.

#### **4.1.4. Participação desportiva por sexo**

Numa lógica de diferenças entre sexos, continua a ser o escalão “até juniores” o que apresenta maior número de praticantes em ambos os sexos, enquanto que, no caso do escalão juniores e seniores, no caso do sexo feminino é o primeiro que apresenta uma percentagem mais elevada, invertendo-se no sexo masculino. A queda da participação desportiva no sexo feminino coincide com o período de entrada para a faculdade e de procura do primeiro emprego, originando um abandono da prática. No caso dos “veteranos” é onde se observa um contraste maior, visto que no sexo masculino os valores atingem a maior percentagem de prática, enquanto no feminino tem um acentuado decréscimo. Em termos de rácio, por cada mulher, existem 5 homens a praticar desporto. Nos restantes escalões, o rácio varia entre 2 e 3 homens

por cada mulher. Estes dados refletem uma discrepância que nos dias de hoje já não se deveria verificar e não corresponde ao desejável num país com regime democrático estabelecido há mais de 40 anos e integrante da EU há mais de 30 anos. A Tabela 3 ilustra a situação descrita.

**Tabela 3 - Número total de praticantes desportivos federados em 2012, por escalão etário e sexo**

Fonte: IPDJ, I.P.

<b>Escalão/ Sexo</b>	<b>Feminino</b>	<b>%</b>	<b>Masculino</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>	<b>Rácio H/M</b>
Até Juniores	86464	28	223573	72	310037	2,6
Juniores	13219	29	32175	71	45394	2,4
Seniores	28369	21	106123	79	134492	3,7
Veteranos	5354	16	27884	84	33238	5,2
<b>Total</b>	<b>133406</b>	<b>25</b>	<b>389755</b>	<b>75</b>	<b>523161</b>	<b>2,9</b>

#### **4.1.5. Participação desportiva por modalidade**

No que diz respeito às tendências por federações desportiva, de entre as que apresentam um maior número de praticantes, no período entre 2007 e 2014, separando as modalidades coletivas das individuais, chegamos à conclusão que as modalidades coletivas apresentam percentagens de participação mais alta no escalão até juniores que as modalidades individuais, respetivamente 78% para 58%, sendo que a modalidade com maior percentagem de praticantes neste escalão é a modalidade de voleibol. No caso do escalão “juniores” e “seniores” a participação é idêntica entre as modalidades individuais e coletivas. O escalão “veteranos” apresenta um grande desnível, já que as modalidades coletivas no período de tempo indicado não têm qualquer praticante, apresentando um valor de participação de 0% neste escalão, em contraste com as modalidades individuais que chegam aos 18%. O ciclismo é a modalidade que atinge valores mais altos neste escalão apresentando 64% de participação no escalão “veteranos”. O que significa que a procura jovem é uma procura grupal, pertencer a um grupo é decisivo para a prática, e que no caso dos adultos a procura é uma procura individual, não conseguem reunir um grupo que consolide um padrão de consumo. Tendencialmente percebe-se que ainda existe uma preocupação com os escalões de formação, no entanto existe uma grande ineficiência na manutenção desses praticantes nos escalões de especialização, confirmando uma vez mais o desajustado modelo de desenvolvimento.

Entende-se com isto que, para além de existir uma desigualdade entre os segmentos da população como vimos na diferença entre sexos, é igualmente notório um grande decréscimo de participação nos escalões acima do período de formação que só volta a ser recuperada nos escalões veteranos. Assim, ao contrário do que seria de esperar, a participação desportiva não consegue apresentar um modelo consistente, ou seja, as federações desportivas não conseguem encontrar o seu propósito e vão à procura do aumento dos praticantes mais fáceis para cumprir metas de crescimento, perdendo totalmente a noção de carreira desportiva. O praticante é visto como uma utilidade e não como objeto de trabalho. Existe por isso um crescimento sem desenvolvimento,

derivado do desequilíbrio das taxas de participação entre sexos e entre escalões de formação e retenção, ou seja, um baixo nível de fidelização a médio/ longo prazo, perdendo significado para o desporto nacional.

Existem, também, federações que para alcançarem maiores taxas de participação enveredam pela criação de *clusters* e padrões de consumo, em modalidades não convencionais ou de aventura<sup>42</sup>. No entanto caracteriza-se por uma prática com quadros técnicos precários, uma prática pouco intensiva e onde só consegue atrair os praticantes duas vezes por semana. A tentativa de especialização leva ao afastamento o que é característico de um sistema *bulímico*, uma prática nivelada que dura curtos períodos de tempo e o processo reinicia-se a cada período de tempo.

Com esta diferenciação surgem questões fulcrais no real propósito das federações desportivas. Será que são as variantes das modalidades tradicionais que estão a democratizar o desporto? São estas as ambições e os objetivos presentes nos documentos estratégicos das federações? Parece que as federações se veem asfixiadas a tentar alcançar objetivos que não estiveram na base da sua criação, faltando definir exatamente qual o seu “output”, se o desporto de elite, se as medalhas, se os praticantes seniores. É importante cada organização identificar o tipo de praticantes que têm e quais os objetivos para cada grupo de praticantes, nomeadamente enquadrá-los com quadros técnicos adequados, ou então continuar-se-á a caminhar à deriva sem saber o que se quer realmente alcançar.

---

<sup>42</sup> Marivoet, S. (2001). *Tendências e Obstáculos da Procura Desportiva em Portugal (1988-1998)* – Atas da Conferência Internacional sobre Economia do Desporto, Ministério da Juventude e do Desporto, Lisboa. 59-72

#### 4.1.6. Paradoxo - Demografia vs Prática desportiva

Os dados apresentados anteriormente levam-nos a extrair algumas conclusões de que se dará nota de seguida. Há 35 anos atrás viviam em Portugal seis jovens com menos de 20 anos por cada idoso com mais de 70 anos, hoje verifica-se praticamente uma relação de um para um. Existe assim uma população cada vez mais envelhecida, motivada quer pela baixa taxa de natalidade quer pelo aumento da esperança média de vida. Por outro lado, o desporto tem conseguido apresentar valores de crescimento. Ou seja, estamos perante um aparente paradoxo – menos jovens para cada idoso, uma população envelhecida, mas ainda assim a prática desportiva continua a aumentar. Este aumento, porém, apresenta-se pouco sustentado visto que, por um lado, não segue a normal estruturação da pirâmide desportiva, apostando em *clusters* diferenciados e nichos da população que não sustentam o seu principal propósito que é o desporto federado e de competição e, por outro, carece de uma falta de sustentação em dados estatísticos, estudos e informação.

Esta falta de organização retira credibilidade ao sistema desportivo português, que não consegue, tal como os restantes países da Europa, aplicar as diretrizes necessárias para a aplicação e concretização do Modelo Europeu do Desporto, derivado à sua imperícia e falta de estratégia, o que impede de alcançar *outputs* idênticos aos restantes parceiros Europeus<sup>43</sup>. Não foi este o primeiro caso, regista-se, nos finais dos anos cinquenta, através de um estudo produzido pelo Conselho da Europa, que tinha como objetivo desenvolver políticas desportivas que implementassem os “ciclos de desenvolvimento do desporto”<sup>44</sup>, que passavam por uma etapa de promoção, uma de formação e concluía-se com a reorganização do sistema desportivo. No entanto, o sistema em Portugal bloqueou, não chegando sequer à parte de formação necessária para a posterior reorganização.

---

<sup>43</sup> Tenreiro, F. (2016), *O desenvolvimento do Desporto, Gestão, Economia e Regulação*, IPDJ, I.P., Fundação do Desporto. Lisboa. 25-34

<sup>44</sup> Pires, G. (1996). *Desporto e política – Paradoxos e realidades*. O desporto, Madeira.

Portugal afastou-se dos níveis de produção desportiva dos restantes países Europeus, e continua sem conseguir apetrechar-se dos meios para lá chegar. Existe, portanto, uma necessidade de identificar os constrangimentos que originam estas conclusões e perceber porque é que Portugal está tão mal preparado para enfrentar os modelos desportivos Europeus.

#### **4.1.7. Desporto na escola e desenvolvimento desportivo**

A Educação Física em Portugal faz parte do programa curricular obrigatório<sup>45</sup> no ensino básico e secundário, tendo como principais os objetivos a formação e desenvolvimento integral dos alunos na diversidade dos seus componentes e promover a prática de atividades corporais, lúdicas e desportivas, bem como os valores sociais que se associam.

O conjunto de diretrizes para a orientação de atividades físicas e desportivas nas escolas faz igualmente parte das orientações da União Europeia para a Atividade Física<sup>46</sup>. O desafio passa por encontrar formas de ministrar a Educação Física de forma saudável e apelativa, motivando o interesse por parte das crianças e jovens.

Apesar das várias diretrizes e orientações legislativas, ainda estamos longe dos objetivos pretendidos, visto que, os valores de inatividade parecem continuar a crescer<sup>47</sup>. Não havendo, por isso, forma de sustentar alterações como a que foi

---

<sup>45</sup> Decreto-Lei n.º 95/91 de 26 de fevereiro. *Diário da República nº 47/1991, Série I-A de 1991*. Ministério da Educação. Lisboa.

<sup>46</sup> Instituto do Desporto de Portugal, IP. (2009), Orientações da União Europeia para a Atividade Física, Políticas recomendadas para a promoção da Saúde e do Bem-Estar, *Instituto do Desporto de Portugal, IP*

<sup>47</sup> European Commission. (2014). Special Eurobarometer 412 on Sport and physical activity. Acedido em 5 de fevereiro de 2015, em [ec.europa.eu/](http://ec.europa.eu/)



decretada<sup>48</sup> em 2012 onde a disciplina de Educação Física deixou de contar para efeitos de acesso ao Ensino Superior, exceto quando o aluno pretenda prosseguir estudos nesta área, esta alteração, teve no entanto um retorno, recentemente em 2018, voltando a disciplina a contar para a média de acesso ao ensino superior para o ano letivo 2018/2019. Parece igualmente preocupante que os anos escolares onde se identifica um maior abandono na prática desportiva sejam o 11º e o 12º ano, anos estruturais na formação do jovem e onde será importante que o mesmo adquira e mantenha hábitos de vida ativa e saudável.

#### **Tabela 4 - Participação no Desporto Escolar**

Fonte: Direção Geral de Educação, Relatório Anual

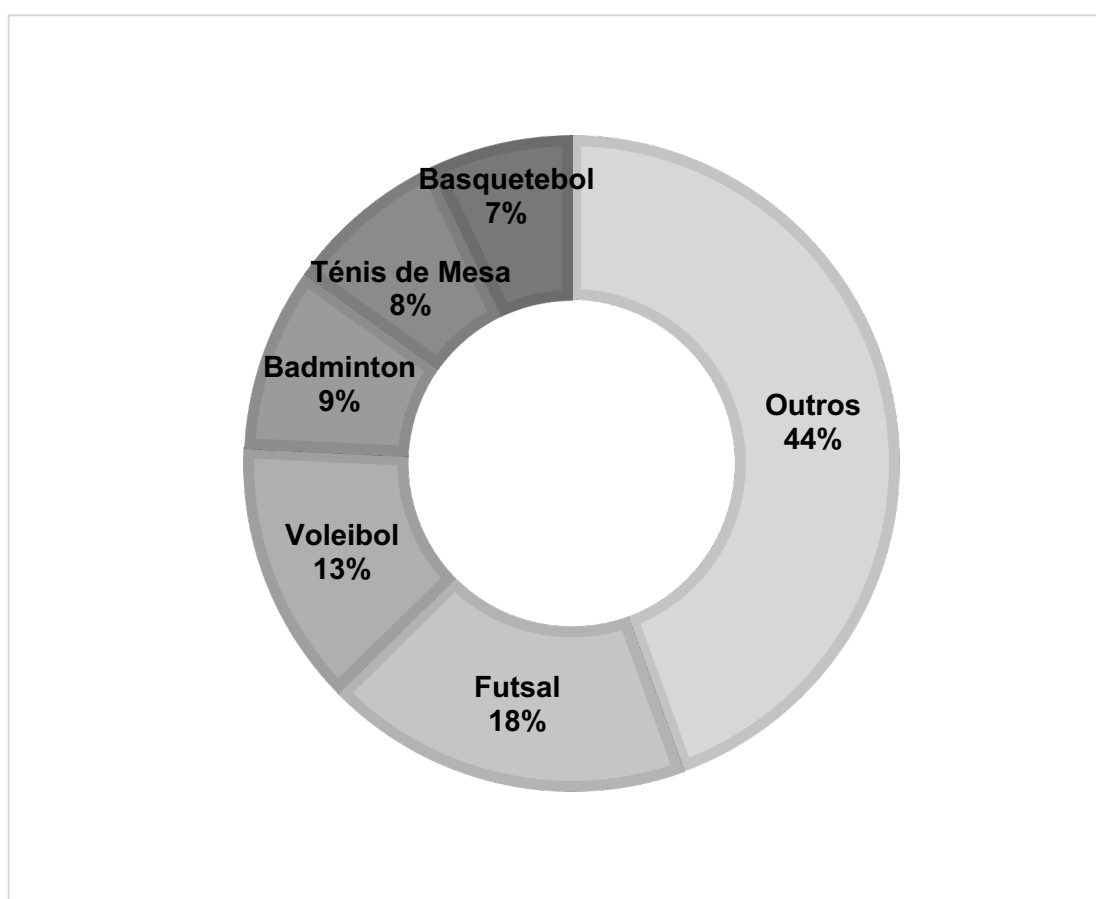
	<b>Total Praticantes</b>	<b>Taxa de Crescimento</b>
2008/ 2009	142286	
2009/ 2010	158736	11,6%
2010/ 2011	172225	8,5%
2011/ 2012	185378	7,6%
2012/ 2013	172706	-7,3%
2013/ 2014	181343	4,8%

Ainda enquadrado dentro da escola, mas de uma forma desobrigada, os alunos podem participar no desporto escolar de forma regular. Esta oferta engloba os alunos do 5º ao 12º ano, coincidente com os dois anos onde se verifica um maior abandono da prática. Neste âmbito, cada escola é vista como um clube que pode ministrar várias modalidades desportivas, onde na generalidade, os dados estatísticos apresentam um crescimento gradual ao longo dos anos, exceto na época de 2012/ 2013, o que coincide no tempo com alterações de carácter

<sup>48</sup> Decreto-lei n.º 139/2012 de 5 de julho. *Diário da República n.º 129/2012, Série I de 2012.* Ministério da Educação e da Ciência. Lisboa.

normativo que produziram mudanças nas regras e condições de funcionamento, podendo por isso ter tido influência nos resultados quantitativos.

A percentagem média de crescimento desde a época de 2008/ 2009 até 2013/ 2014 é de 5%, contrário ao comportamento do número de alunos inscritos no ensino secundário que tem vindo a decrescer segundo as publicações do Anuário Estatístico de Portugal. No ano letivo de 2012/ 2013 num universo de 993 590 alunos inscritos no ensino público e privado (entre o 5º e o 12º ano) em Portugal continental, percebemos que 17,4% dos alunos participam em algum grupo ou equipa do Desporto Escolar. Estes números distribuem-se da seguinte forma pelas várias modalidades. O futsal é o que detêm um maior número de equipas, como podemos ver no Figura 2.



**Figura 2 - Participação no Desporto Escolar por modalidade**

Fonte: Direção Geral de Educação, Relatório Anual

Apesar de algumas iniciativas de cooperação entre o meio escolar, através do Ministério da Educação e o sistema desportivo, nomeadamente através de protocolos com as federações desportivas como é o caso do mais recente protocolo assinado com a Federação Portuguesa de Futebol (FPF), no mês de abril de 2016, que estabelece uma parceria para a promoção de eventos, estágios, competições desportivas conjuntas e formação dos profissionais, estas sinergias são ainda escassas, não existe uma articulação entre setores ao mesmo tempo que existe uma falta de homogeneidade entre modalidades.

Portugal necessita de se identificar com modelos de sucesso estudados e implementados por outros como forma de inovação e crescimento. No Canadá, foi adotado o Modelo de Desenvolvimento da Participação Desportiva de Cotê et al., (2007<sup>a</sup>)<sup>49</sup>, que apresenta diversas considerações sobre a importância da prática desportiva nas idades mais jovens. Esta teoria afirma que deve haver uma diversidade da prática desportiva em jovens atletas, o que resultará mais tarde em melhores desempenhos, bem como, num prolongamento da prática desportiva ao longo da vida.

A definição de diretrizes como as que são apresentadas neste artigo, sustentadas por estudos e avaliações do universo em que se quer atuar, são essências para que as medidas adotadas bem como a estruturação dos planos de atuação, tenham resultados positivos. O estudo sugere também que existe uma relação positiva entre as medidas adotadas nos escalões de formação e o sucesso do desenvolvimento desportivo de uma forma global. Estudos e análises que escasseiam em Portugal e que são essenciais para o elo de ligação entre estes dois setores, Escolar e Federado.

---

<sup>49</sup> J. Cotê et al (2016), Evidence-based policies for youth sport program, *International Journal of Sport Policy and Politics*, **8**: 51-65

O estudo sugere que as políticas desportivas devem sustentar-se na teoria dos 3 P's, "Desempenho, Participação e Desenvolvimento Pessoal".

Estamos perante um problema de convergência de recursos e sinergias entre setores. A inclusão do desporto na Constituição Portuguesa coloca este obstáculo ao serviço de toda a comunidade e desta forma terá de ser a Escola a auxiliar na resolução deste problema, local onde desde cedo o indivíduo poderá fazer as suas escolhas livremente conforme a sua motivação.

Manuel Patrício, nas suas diversas reflexões sobre o papel da Escola Cultural, refere isto mesmo – “a criança ou jovem que decidem integrar-se num clube escolar (...) realizam com essa decisão um ato de preferência indiscutivelmente axiológico e o que escolherem é muito valioso para si. O professor ou animador só tem que estar pedagogicamente à altura dessa escolha, organizando e orientando competentemente os trabalhos. A raiz motivadora é aqui mais forte que no caso da dimensão curricular: a área de atividade educativa não é imposta de fora, mas livremente escolhida a partir das entranhas vocacionais do educando”<sup>50</sup>.

A escola resolve os problemas do mundo que a rodeia, e, portanto, sendo esse o seu propósito, deve o desporto encontrar neste meio uma forma de se resolver. É na escola que o sistema desportivo encontra a sua matéria-prima, podendo direcioná-la de forma mais eficaz para as modalidades desportivas onde cada indivíduo mais se identifica e adapta, ao invés de permitir que os jovens sejam influenciados por modas e tendências, sendo sempre as modalidades mais mediáticas a beneficiarem dos jovens com mais aptidões.

---

<sup>50</sup> Patrício, M. (1997), *A Escola Axiológica – Educação Valores e Vocações, A Escola Cultural e os Valores*, 3ª edição, Porto Editora. Porto

#### **4.1.8. Discussão**

Podemos concluir que ao longo dos anos, segundo os dados estatísticos apresentados, não tem havido alterações significativas na estruturação da prática desportiva por grupos etários, o que nos sugere falta de medidas e de implementação de políticas que tenham como objetivo primordial a promoção de determinados grupos etários que possam fragilizar o desenvolvimento desportivo, e a normal estruturação da pirâmide desportiva, como é o caso do grupo etário entre os 15 e os 19 anos, que como foi possível verificar, é o período onde existe um decréscimo acentuado de participação desportiva o que acaba por, inevitavelmente influenciar a prática desportiva após estas idades, tornando-se difícil de recuperar depois de um período de afastamento.

Para além disso, percebemos também que o ambiente escolar tem tomado medidas de incentivo à prática, que apesar de pouco significativa em proporção têm alcançado resultados positivos e que tem claramente uma boa margem de progressão. Desta forma o desenvolvimento desportivo pode passar por aproveitar estas estruturas da rede de ensino, básico, secundário e superior, que apresentam as condições estruturais e organizacionais para proporcionar uma participação desportiva de qualidade, dotando-as dos meios e dos recursos necessários, bem como reafirmando o papel do desporto na formação dos jovens.

A Sociedade Portuguesa de Educação Física, através de um artigo publicado por Nuno Ferro intitulado “O Desporto Escolar na Europa – O Desporto Escolar em Portugal”, evidenciou o papel da escola destacando a estrutura e a dinâmica como “a chave para o desenvolvimento de uma oferta de formação desportiva generalizada a toda a população, garantindo o benefício desta formação a todas as crianças e jovens”, visto que já se dispõe de infraestruturas e oportunidades para a prática da atividade física.

Para o sucesso destas medidas é igualmente necessário que as atividades desportivas sejam devidamente estruturadas e orientadas, tendo o sistema desportivo um papel fundamental na capacitação dos profissionais do desporto. Medida igualmente destacada por Nuno Ferro, que na sua análise entende que a “relação do Desporto Escolar com o sistema federado é um ponto-chave para o desenvolvimento desportivo do país. A cooperação e a complementaridade entre estes dois sistemas devem estar no centro das preocupações”.

Por outro lado, e não sendo o objetivo primordial do desporto escolar e universitário, visto que as diretrizes fundamentais são a prática desportiva como desenvolvimento e formação do indivíduo, de uma forma sustentável o sistema escolar pode dar apoio ao sistema desportivo através da preparação dos escalões de formação, utilizando os recursos existente no meio escolar e universitário para “alimentar” o sistema desportivo. Por um lado, o desporto escolar coincide com os escalões de formação, onde o contato com várias modalidades desportivas influencia o atleta positivamente no que diz respeito ao seu desempenho e no prolongamento do indivíduo na participação desportiva ao longo da vida, sendo por isso um fator positivo para o aumento da participação desportiva no sistema federado e no caso do desporto universitário é uma forma de alguns atletas contactarem com mais momentos competitivos, nacionais e internacionais, que aumentem a sua experiência e qualidade.

Portugal, à imagem dos restantes países da Europa necessita encontrar as suas próprias estratégias de desenvolvimento, de acordo com a sua realidade. Não só o Conselho da Europa trabalha na produção de diretrizes de apoio ao desporto, que se tornam documentos essenciais de apoio ao desporto nacional, como existem já diversos exemplos de boas práticas de outros países similares ou distintos dos países Europeus que podem servir de exemplo para identificar soluções e oportunidades, estabelecer objetivos e traçar estratégias para a evolução de cada organização desportiva.

## 4.2. Participação desportiva e igualdade

O desenvolvimento desportivo é um fator preponderante para o progresso do sistema desportivo. No entanto, este fator está sujeito a um conjunto vasto de determinantes que têm sofrido algumas oscilações ao longo dos anos e que ganham importância quando analisadas separadamente. A sua análise possibilita uma posterior reflexão sobre as metodologias adotadas em Portugal no que ao desporto diz respeito, bem como, perspetivar uma melhoria e conseqüente crescimento e evolução. Um dos indicadores que merece a nossa atenção é a participação equitativa no desporto entre mulheres e homens.

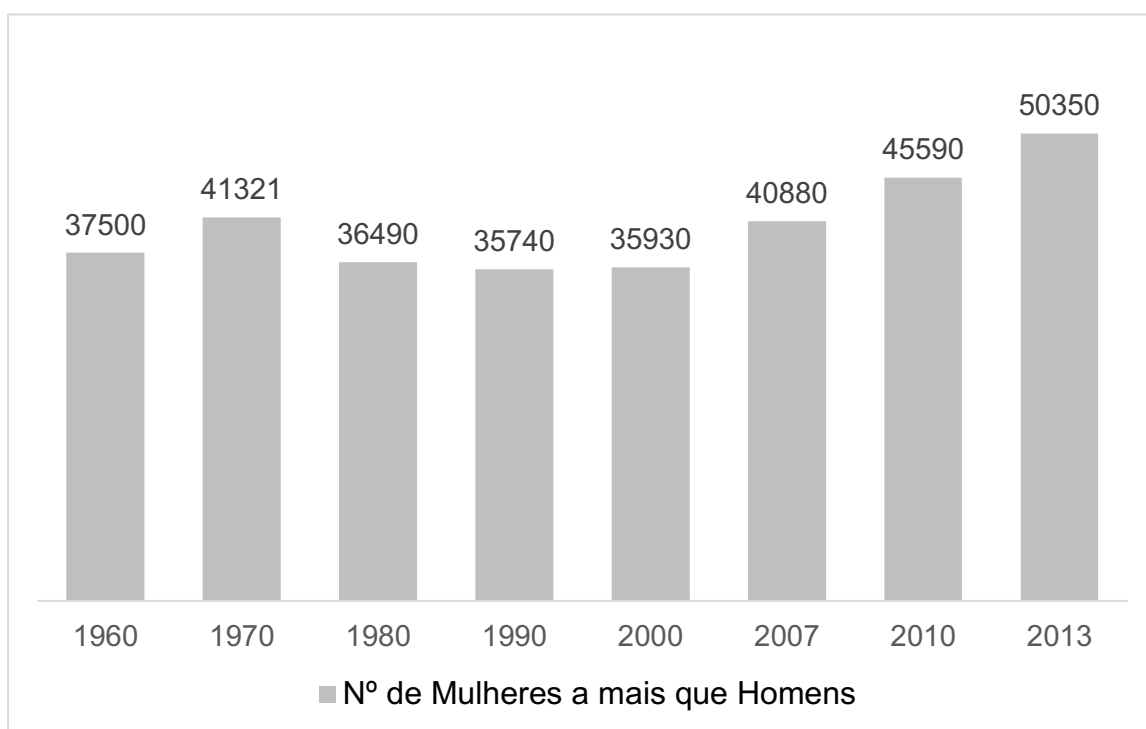
De acordo com dados referentes ao período compreendido entre 2003 e 2013, Portugal apresenta uma população de mulheres que excede em 43 mil a população de homens<sup>51</sup>. É igualmente uma realidade que esta assimetria tem vindo a ser cada vez mais notória ao longo dos anos, como ilustrado pela Figura 3. Por outro lado, na frequência do ensino básico os dados apontam para uma predominância de homens no ensino básico, enquanto nos ensinos secundário e superior o predomínio já passa a ser feminino, apesar de no ensino secundário se verificar uma tendência de inversão nos últimos anos (2013-2015), como é visível na Tabela 5. Em contradição, no campo da participação desportiva, a realidade não é a mesma. No desporto federado, que assume uma parte significativa da prática desportiva nacional, o diferencial inverte-se e a participação desportiva é, consideravelmente, superior no sexo masculino comparativamente ao sexo feminino.

Na realidade, quando se compara o número de estudantes matriculados em cada nível de ensino, observam-se diferenças significativas ( $P < 0,001$ ) que refletem a maior prevalência de estudantes a frequentar o ensino básico (1229131±161372), comparativamente com o secundário (384558±86319) e

---

<sup>51</sup> Instituto Nacional de Estatística (2015). *Revista de Estudos Demográficos*. Acedido em 1 de outubro de 2015, em <http://www.ine.pt>

com o superior ( $331851 \pm 101331$ ). Por outro lado, verifica-se que entre o secundário e o superior não há diferenças no número de estudantes matriculados ( $P = 0,137$ ), conforme pode ser verificado nos relatórios do SPSS em Anexo. Acresce que o número total de homens e o total de mulheres que frequenta os três níveis de ensino também é semelhante ( $P = 0,887$ ).



**Figura 3 - População Portuguesa - Número de Mulheres a mais que Homens (1960-2013)**

Fonte: INE

Tal como analisado no primeiro estudo, os valores da participação desportiva refletem um diferencial de 25% de mulheres para 75% de homens. Valores que não se adequam a um país com o grau de desenvolvimento que Portugal apresenta e a que aspira. Estes valores aproximam-se a taxas de participação



da realidade dos países onde perduram os menores níveis de escolaridade<sup>52</sup>, ficando mais predisposto a preconceitos, segundo Marivoet (2001). De facto, Portugal está suficientemente bem colocado no que aos níveis de escolaridade diz respeito, não se justificando estas baixas taxas de participação desportiva por parte do sexo feminino.

Se analisarmos a taxa de participação feminina noutras áreas, esta décalage não parece verificar-se com a mesma amplitude, apesar da tendência para a preponderância do sexo masculino. Por exemplo, nos altos cargos públicos ligados à educação, como é o caso das instituições de ensino superior, o diferencial também é notório, verificando-se que nos conselhos gerais das universidades públicas portuguesas 39% dos membros são mulheres e 61% são homens<sup>53</sup>, afastando por isso a ideia de que a principal razão possa ser a falta de formação.

---

<sup>52</sup> Marivoet, S. (2001). *Hábitos Desportivos da População Portuguesa*, Instituto Nacional de Formação e Estudos do Desporto. Lisboa.

<sup>53</sup> Bases de dados das instituições de ensino superior. Acedido em 3 de junho de 2016, em: <http://www.uc.pt>, <http://www.up.pt>; <http://www.uminho.pt>; <http://www.utad.pt>; <http://www.ua.pt>; <http://www.ualg.pt>.

**Tabela 5 - Alunos matriculados: por nível de ensino e sexo**

Fonte: PORDATA

Anos	Ensino Básico			Ensino Secundário			Ensino Superior		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
<b>1980</b>	1 538 389	795 459	742 930	169 516	83 437	86 079	80 919	45 370	35 549
<b>1990</b>	1 531 114	789 141	741 973	309 568	145 111	164 457	157 869	68 123	89 746
<b>2000</b>	1 240 836	637 865	602 971	417 705	199 674	218 031	373 745	162 524	211 221
<b>2007</b>	1 155 181	601 265	553 916	356 711	169 214	187 497	366 729	168 821	197 908
<b>2008</b>	1 187 184	614 327	572 857	349 477	165 148	184 329	376 917	175 177	201 740
<b>2009</b>	1 283 193	652 999	630 194	498 327	239 288	259 039	373 002	174 000	199 002
<b>2010</b>	1 256 462	640 302	616 160	483 982	235 870	248 112	383 627	179 151	204 476
<b>2011</b>	1 206 716	619 937	586 779	440 895	217 456	223 439	396 268	184 627	211 641
<b>2012</b>	1 157 811	599 332	558 479	411 238	204 089	207 149	390 273	181 515	208 758
<b>2013</b>	1 093 523	568 091	525 432	398 447	200 665	197 782	371 000	173 745	197 255
<b>2014</b>	1 057 459	550 584	506 875	385 210	194 857	190 353	362 200	168 252	193 948
<b>2015</b>	1 041 698	542 318	499 380	393 618	199 822	193 796	349 658	162 323	187 335
<b>Média</b>	1 229 131	643 302	594 829	384 558	187 886	196 672	331 851	325 274	323 339
<b>DP</b>	161 372	81 530	80 092	86 319	42 831	44 079	101 331	229 447	203 944

### 4.2.1. Desporto escolar

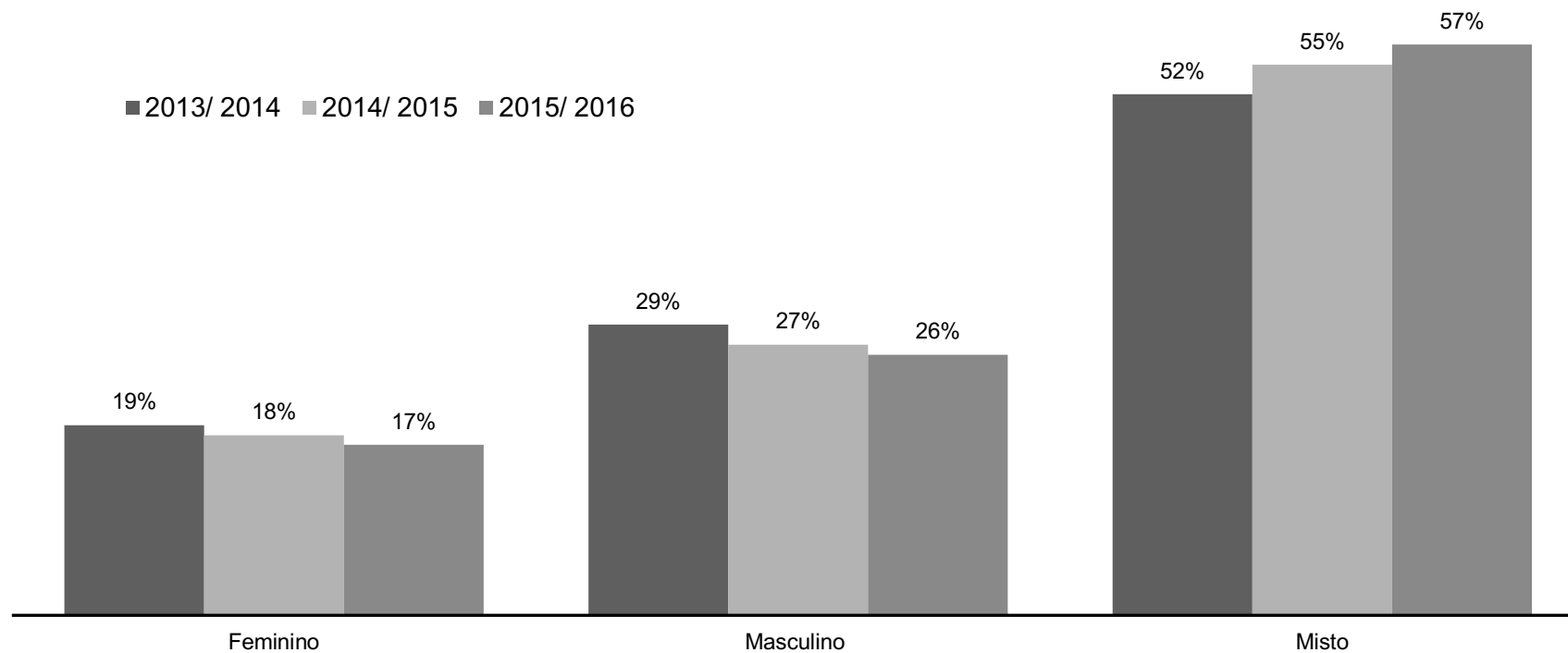
Os dados mostram-nos que esta realidade de prática no desporto escolar também aponta para uma participação feminina inferior à masculina. Dados de 2009/2010 registam que 6% das raparigas<sup>54</sup> que frequentam o ensino secundário participam no desporto escolar. Destaca-se um decréscimo na participação mais acentuado na transição do escalão iniciado a juvenil (15 anos), com uma quebra de 51% nos rapazes e 41% nas raparigas. A concentração da participação tanto nas raparigas como nos rapazes está centralizada sobretudo nas modalidades de voleibol, futsal e basquetebol. No entanto, existe um valor de participação mista muito elevado, que tem inclusivamente vindo a crescer inversamente à participação feminina e masculina, como ilustra a Figura 4. A participação em equipas mistas, ou seja, em equipas constituídas por raparigas e rapazes. Esta participação, distribui-se sobretudo pelas modalidades de badminton, natação e ténis de mesa.

É essencial dar nota de que o Desporto Escolar é um sistema aberto a toda a comunidade escolar representando, em vários casos, a única forma de acesso dos jovens a uma prática desportiva organizada. Por esta razão é importante realçar o papel da escola pública de qualidade na promoção da Educação Física e do desporto<sup>55</sup> a crianças e jovens, inculcando hábitos para a vida e implementando medidas para ir ao encontro de uma igualdade de participação entre sexos.

---

<sup>54</sup> Almeida C., Cruz, I. (2010) *Treinadoras: dirigir outros desafios situação das treinadoras em Portugal*. Associação Portuguesa de Mulheres no Desporto. Queijas.

<sup>55</sup> Decreto de Aprovação da Constituição. *Diário da República n.º 86/1976, Série I de 1976*. Presidência da República. Lisboa.



**Figura 4 - Participação feminina, masculina e mista em competições do Desporto Escolar entre a época 2013/ 2014 e a época 2015/ 2016**

Fonte: Direção Geral da Educação - Coordenação do Desporto Escolar

#### **4.2.2. Participação por federação desportiva**

A participação desportiva federada em Portugal, com base na discrepância entre o sexo feminino e masculino, é um constrangimento nunca ultrapassado, supondo-se por isso que a supressão desta lacuna não tenha sido uma prioridade para o sistema desportivo, dado que os valores de participação feminina têm vindo a manter-se baixos com o decorrer dos anos. Apesar da participação desportiva global ser animadora e espelhar um aumento ao longo dos anos, quando falamos na participação desportiva feminina, ao contrário do que seria de esperar, dado que a população é constituída maioritariamente por mulheres, os valores já não são tão animadores. Entre 2003 e 2013, a média na proporção tem sido de 3,4 homens para 1 mulher, tendência que não tem vindo a evidenciar sinais de mudança.

Este comportamento é idêntico na maioria das federações desportivas, onde o número de atletas masculinos é largamente superior ao feminino. Considerando as seis federações de modalidades coletivas e seis federações de modalidades individuais com maior número de praticantes, o que equivale a 72% do total de praticantes das federações desportivas com utilidade pública, apenas duas federações – Federação Portuguesa de Ginástica e Federação Portuguesa de Voleibol – apresentam valores superiores de praticantes do sexo feminino do que do sexo masculino, existindo ainda uma terceira federação onde os valores se aproximam em ambos os sexos – Federação Portuguesa de Natação. No caso da ginástica, em 2007, existiam 8995 praticantes femininos para 5706 masculinos e, em 2014, 11532 praticantes femininos para 2208 praticantes masculinos. No voleibol, a diferença é de 18186 praticantes femininos para 18058 praticantes masculinos, em 2007 e de 23137 praticantes femininos para 19939 praticantes masculinos, em 2014.

**Tabela 6 - Praticantes Femininos e Masculinos por Federação Desportiva**

Fonte: Extraído da informação disponibilizada pelo IPDJ, I.P.

<b>Modalidades Coletivas</b>		<b>2007</b>	<b>2014</b>	<b>Média por Sexo</b>	<b>Média por Modalidade</b>	<i>Ratio entre Sexos</i>
Andebol	Fem	11677	19828	15390	40025	1,60
	Masc	20580	30286	24635		
Basquetebol	Fem	13582	14262	15385	38325	1,49
	Masc	20444	21328	22940		
Futebol	Fem	5599	7198	5964	148277	23,86
	Masc	130788	149899	142313		
Patinagem	Fem	3301	4834	4032	10958	1,72
	Masc	7067	6976	6926		
Râguebi	Fem	218	465	350	5377	14,36
	Masc	3192	6218	5027		
Voleibol	Fem	18186	23137	21659	41502	0,92
	Masc	18058	19939	19843		

Nota: As médias e o rácio foram calculados no período de tempo entre 2007 e 2014

Dos rácios apresentados nas Tabelas 6 e 7, destaca-se a Federação Portuguesa de Futebol com 24 homens por cada mulher praticante, a Federação Portuguesa de Ciclismo com 19 homens por cada mulher e a Federação de Rugby com 14 homens por cada mulher praticante, como as Federações que atingem os diferenciais mais altos entre praticantes masculinos e femininos.

## Tabela 7 - Praticantes Femininos e Masculinos por Federação Desportiva

Fonte: Extraído da informação disponibilizada pelo IPDJ, I.P.

Modalidades Individuais		2007	2014	Média por Sexo	Média por Modalidade	Ratio entre Sexo
Atletismo	Fem	4409	5677	5449	14238	1,61
	Masc	7545	9158	8789		
Ciclismo	Fem	199	812	428	8560	19,02
	Masc	5064	12414	8133		
Ginástica	Fem	8995	11532	8639	10998	0,27
	Masc	5706	2208	2359		
Judo	Fem	2927	2891	2978	12337	3,14
	Masc	8856	9569	9360		
Natação	Fem	3555	10597	5221	11862	1,27
	Masc	4721	11098	6641		
Federação de Ténis	Fem	5389	6220	7568	22155	1,93
	Masc	12397	13056	14588		

Nota: As médias e o rácio foram calculados no período de tempo entre 2007 e 2014

Analisando individualmente cada federação, verificamos que existe uma *masculinidade* na participação desportiva. Por outro lado, a evolução na participação ao longo dos anos demonstra que os valores se vão mantendo idênticos, indicando, aparentemente, que não têm sido implementadas estratégias no sentido de aproximar a participação entre sexos. De um modo geral, o comportamento entre a participação feminina e masculina é idêntico entre os vários escalões etários, verificando-se que o escalão “até juniores” é o que tem maior número de praticantes em ambos os sexos.

### 4.2.3. Participação desportiva feminina e masculina no território

A diferença entre sexos pode ainda ser visível ao nível do território, conforme resulta dos dados constantes da Tabela 9. Apesar de, em ambos os sexos,

serem os mesmos distritos que ocupam as posições cimeiras com maior número de praticantes, a ordem não é a mesma. Olhando para um período de 10 anos (entre 2004 e 2014) em média, Lisboa aparece como o distrito com maior número de praticantes masculinos (20% do total de praticantes masculinos) seguida do Porto (18%), no caso dos praticantes femininos é exatamente o contrário aparecendo primeiro o Porto (20%) e só depois Lisboa (19%). A terceira posição no masculino é Aveiro (8%), seguindo-se Braga, enquanto no feminino aparece Setúbal (9%) e só depois Aveiro, já Braga no masculino aparece na 5ª posição. Estes dados mostram, portanto, que a participação desportiva não está igualmente distribuída entre sexos pelo território Português. As áreas metropolitanas parecem ter uma tendência mais favorável à participação feminina. O desporto está tendencialmente distribuído consoante as modalidades e consoante os géneros, significando que uma mesma modalidade poderá ter maior implantação numa região para um dos sexos e em outra região para o outro.

Pela utilização da ANOVA *one-way* (*outputs* em Anexo) é possível verificar que em 2004 os homens praticantes ( $15980 \pm 16033$ ) eram em maior número ( $P = 0,003$ ) do que as mulheres praticantes ( $4114 \pm 4546$ ). Na realidade, essa tendência mantém-se em 2014 ( $P = 0,010$ ), observando-se que os homens praticantes ( $20097 \pm 20375$ ) continuam a ser em maior número do que as mulheres praticantes ( $7081 \pm 7219$ ). Comparando o total por região, os homens ( $206649 \pm 213774$ ) mantêm a participação superior ( $P = 0,007$ ) às mulheres ( $64211 \pm 68639$ ).



**Tabela 8 - Participação Desportivo por Sexo e por Distrito**

Fonte: Extraído da informação disponibilizada pelo IPDJ, I.P.

% Prat. Masc	% Prat. Fem	Distritos	Ratio m/f
8	7	Aveiro	3,40
1	1	Beja	4,78
7	5	Braga	4,07
1	1	Bragança	4,24
1	1	Castelo Branco	3,79
4	4	Coimbra	3,32
2	1	Évora	4,68
5	5	Faro	3,00
1	2	Guarda	2,58
5	4	Leiria	3,74
20	19	Lisboa	3,26
1	1	Portalegre	4,08
18	20	Porto	2,76
4	4	Santarém	3,56
7	9	Setúbal	2,63
2	2	Viana do Castelo	3,79
2	2	Vila Real	2,83
3	4	Viseu	2,49
4	5	Região A. dos Açores	2,46
3	3	Região A. da Madeira	2,80

**Tabela 9 - Praticantes Femininos e Masculinos por Região**

Fonte: PORDATA

Anos	Praticantes Homens					Praticantes Mulheres				
	2004	2014	Total Região	Média	Ordenação	2004	2014	Total Região	Média	Ordenação
Portugal	319601	402884	4135674	387696		82289	141629	1284232	125313	
Continente	293798	375501	3841601	359995		73479	130791	1173101	114189	
Aveiro	24595	33935	330161	30922	3º	5129	12017	97160	9086	4º
Beja	5029	5115	56489	5270		690	1232	11380	1102	
Braga	22939	30794	288090	26714	5º	4858	8454	69964	6564	6º
Bragança	2608	3268	32294	3065		526	749	7861	723	
Castelo Branco	4481	4904	52106	4806		1123	1323	13586	1269	
Coimbra	14017	15900	177357	16206	8º	3473	5599	52841	4885	9º
Évora	6499	7347	71646	6506		969	1973	15285	1391	
Faro	19616	19801	220441	19853	6º	6974	7307	71387	6624	5º
Guarda	3706	7637	60009	5455		790	3973	23306	2115	
Leiria	16473	20681	201104	18133	7º	4355	7513	56388	4848	10º
Lisboa	63097	77983	830879	76887	1º	17832	25490	247596	23605	2º
Portalegre	3920	3895	46412	4134		644	736	11485	1013	
Porto	53495	68853	712989	67091	2º	14350	26111	247078	24297	1º
Santarém	12944	15317	166928	15472		2714	5090	44913	4350	
Setúbal	19671	28038	302628	28155	4º	4369	11130	104334	10701	3º
Viana do Castelo	7655	8491	94211	8654		2245	2147	27089	2281	
Vila Real	5456	6908	66426	6027		1162	2391	21804	2133	
Viseu	7599	16634	131435	12717	10º	1275	7556	49641	5114	8º
Região Autónoma dos Açores	14857	16034	166424	14857	9º	4924	6923	65221	6040	7º
Região Autónoma da Madeira	10946	10414	124948	11472		3886	3915	45910	4096	
Média	15980	20097	206649	19120		4114	7081	64211	6112	
DP	16033	20375	213774	19952		4546	7219	68639	6691	

#### 4.2.4. Regulamentação desportiva

As federações desportivas têm sido as responsáveis pela regulamentação e orientação de cada uma das modalidades. Estas organizações são estruturas que apresentam uma relação de dependência estatal, derivada da canalização financeira por parte da administração pública, que, em contrapartida, exige o cumprimento do documento regulador do desporto nacional, o Regime Jurídico das Federações Desportivas. Este documento garante não só o cumprimento dos requisitos impostos e delineados pelo sistema desportivo, como também, tem como objetivo, promover uma igualdade entre as estruturas através da atribuição de utilidade pública desportiva, sendo esta uma tentativa de manter “uma relação de comunhão de interesses” (Correia, 1999) com o Estado. São estas estruturas, as responsáveis pela adoção de medidas que contribuem para uma igualdade na participação desportiva, igualdade essa, que se associa não apenas ao acesso geral, independentemente do estrato social, como também à paridade na participação. O direito ao Desporto por todos está igualmente contemplado na Constituição da República<sup>56</sup> e na Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto<sup>57</sup>.

Seguramente que não é apenas um desafio da sociedade portuguesa. O problema da igualdade entre Homem e Mulher é um tema recorrentemente abordado, na sociedade em geral e na Europa em particular. Os jogos da antiguidade foram a primeira barreira do acesso das mulheres ao desporto, facto que se prolongou, nomeadamente nas primeiras edições dos Jogos Olímpicos que também não permitiam o acesso das mulheres<sup>58</sup>. Ambos os momentos são, no entanto, registos longínquos. Hoje em dia e num passado mais recente, assiste-se a uma tentativa de colocar este assunto na “ordem do dia”.

---

<sup>56</sup> Decreto de Aprovação da Constituição. *Diário da República n.º 86/1976, Série I de 1976*. Presidência da República. Lisboa.

<sup>57</sup> Lei n.º 5/2007 de 16 de Janeiro. *Diário da República n.º 11/2007, Série I de 2007*. Assembleia da República. Lisboa.

<sup>58</sup> Constantino J. (2006). *Desporto – Geometria de Equívocos*. 3ª Edição, Livros Horizonte. Lisboa.

Retrocedendo ao ano de 1981, regista-se que o Conselho de Ministros Europeu com a tutela do desporto adotou uma resolução que previa uma maior participação das mulheres no desporto<sup>59</sup>. Desde este período, seguiram-se várias recomendações que procuravam a igualdade de género em todas as áreas de atuação desportiva, bem como a criação de grupos de trabalho ou comissões de mulheres em diversos países europeus, com o objetivo da promoção das mulheres no desporto<sup>60</sup>. Mais tarde, o ano de 2010 fica marcado nesta matéria com o Comité de Ministros a ser chamado a reunir novamente para rever o “Código Ético do Desporto” exigindo uma igual participação das mulheres e homens no desporto na vertente coletiva e individual, sem qualquer discriminação<sup>61</sup>.

Uma iniciativa de destaque foi implementada pelo Governo Alemão que incentivou fortemente a participação das mulheres no desporto através do financiamento de programas de investigação e promoção de simpósios e *workshops* relacionados com mulheres no desporto<sup>62</sup>.

#### 4.2.5. Participação internacional

Dados do Euro barómetro (2010) colocavam Portugal, juntamente com a Itália, Bulgária e Grécia na cauda da Europa no que diz respeito à participação desportiva, sendo os únicos países a passarem os 50% de inatividade, com uma média de 60%. No que toca às tendências de participação, as mesmas, assemelham-se a Portugal, onde o futebol aparece com taxas de participação

---

<sup>59</sup> Enlarge partial agreement on sport (2011) *Gender equality and (elite) sport*. Acedido em 17 de fevereiro de 2018, em: [http://www.coe.int/t/dg4/epas/resources/texts/Res\(81\)3\\_en.pdf](http://www.coe.int/t/dg4/epas/resources/texts/Res(81)3_en.pdf)

<sup>60</sup> Hartmann-Tews, I., Pfister, G. (2003). *Sport and Women – Social issues in international perspective*. *International Society for Comparative Physical Education and Sport*. 1: 266-280

<sup>61</sup> Council of Europe (2010). *Recommendation of the Committee of Ministers to member states on the revised Code of Sports Ethics, 1088th meeting of the Ministers’ Deputies*. Committee of Ministers.

<sup>62</sup> Hartmann-Tews I., Luetkens, S. (2003). *The inclusion of women into the German sport system*. Institut für Soziologie und Genderforschung. New York.

superior no masculino e a ginástica no feminino. Respetivamente os homens preferem desportos de risco e aventura, privilegiando o confronto e a competição, enquanto as raparigas procuram a componente estética do desporto. Os dados do presente estudo também evidenciam uma tendência do sexo masculino de uma progressão nos estudos menos marcada que as jovens do sexo feminino, principalmente depois do ano de 1980, sugerindo que possa existir uma maior pressão familiar e social direccionada ao sexo feminino para o sucesso da carreira escolar ao nível do ensino básico e secundário, o que pode dificultar a carreira dual.

No que diz respeito à participação por grupo etário, segundo dados do Eurobarómetro (2014), nos países da União Europeia a diferença entre sexos é notória sobretudo no escalão etário entre os 15 e os 24 anos de idade. Sendo um facto que os jovens rapazes tendem a praticar desporto mais regularmente que as raparigas, numa escala de 74% para 26%, respetivamente. A idade referência, onde é identificado o maior decréscimo de prática desportiva, nomeadamente uma redução de 71% para as mulheres e 70% para os homens, é a partir dos 55 anos de idade. Num estudo de Marivoet<sup>63</sup> concluiu-se que as disparidades na prática desportiva entre os homens e as mulheres tendem a ser mais marcantes nos países do Sul da Europa comparativamente os do Norte da Europa e que também no Norte da Europa existe um maior envolvimento jovem na prática desportiva e o abandono da prática é mais tardio. Por outro lado, é igualmente importante seguir as tendências e têm vindo a ser perceptível que as mulheres tendem a preferir uma prática desportiva informal e desvinculada (Breuer and Rittner, 2002).

Apesar da escassez de dados e estudos comparativos entre a participação feminina e masculina, visto que a maioria dos estudos direccionados à participação desportiva utilizam uma linguagem neutra, ou seja, utilizando os

---

<sup>63</sup> Marivoet, S. (2003). *Assimetrias na participação desportiva: os casos de Portugal e Espanha no contexto europeu*. Movimento. (Porto Alegre), v. 9, n. 2, pp. 53-70.

termos no masculino para referenciar ambos os sexos, impedindo a comparação entre eles, é, contudo, perceptível que a Europa alcança já um notório aumento da participação feminina. Existem também alguns países que têm vindo a alterar os seus estudos de forma a implementarem metodologias diferentes direcionadas ao aumento da prática direcionada para esta lacuna na participação. No entanto, apesar da implementação de algumas medidas, não é possível perceber o impacto visto que não existe posteriormente estudos ou metodologias para avaliar os efeitos dessas ações<sup>64</sup>. Na tentativa de comparar os vários países da Europa, foram solicitados dados dos rácios por género<sup>65</sup>, obtendo na Eslovénia um rácio de 70% de homens para 30% de mulheres (Pisot, R.) enquanto na Alemanha o rácio apresentado é praticamente igual com 56% e 44%, respetivamente<sup>66</sup>.

Existem iniciativas para tentar suprimir ou, pelo menos, reduzir o diferencial entre sexos, e a identificação de resultados positivos e a comparação de metodologias entre territórios pode ser uma forma de identificar casos de sucesso que possam ser replicados com o mesmo efeito positivo. No entanto, a falta de informação e registos comparativos, entre períodos de tempo, apresentam-se como as principais barreiras a esta concretização<sup>67</sup>.

Alargando à participação internacional, além da Europa, tem havido um trabalho desenvolvido desde 1994, pelo “Grupo de Trabalho Internacional para as Mulheres e o Desporto” International Working Group on Womens and Sport, o qual realiza de 4 em 4 anos uma conferência onde pretende definir objetivos e passos para a igualdade entre as mulheres e os homens no desporto. Em cada

---

<sup>64</sup> Laker, A. et al (2002). *The sociology of sport and physical education: An introduction*. 1<sup>st</sup> edition, RoutledgeFalmer, New York.

<sup>65</sup> Pfister, G. (2011). *INF25 Gender equality and elite sport*. Enlarge partial agreement on Sport. Strasbourg.

<sup>66</sup> Pfister, G. (2011). *INF25 Gender equality and elite sport*. Enlarge partial agreement on Sport. Strasbourg.

<sup>67</sup> Hartmann-Tews, I., Pfister, G. (2003). *Sport and Women – Social issues in international perspective*. International Society for Comparative Physical Education and Sport. New York

uma destas iniciativas é definido um documento estratégico, com objetivos e metas para os 4 anos até à conferência seguinte. A última edição, publicou o documento "Brighton Declaration on Women and Sport - Lead the Change, Be the Change", bem como, um outro documento com as conclusões e recomendações adotadas por todos os participantes. Este trabalho contínuo e as conferências organizadas periodicamente são ações direcionadas para todos os governos, autoridades públicas, organizações, empresas, estabelecimentos de ensino e investigação que sejam responsáveis ou tenham influência na conduta, desenvolvimento e promoção do desporto e da atividade física, bem como promotores de emprego, educação, gestão, treino, desenvolvimento ou responsabilidade na igualdade de oportunidades para mulheres e homens no desporto e na atividade física. Integram mais de 400 estruturas, com ligação ao desporto de todo o mundo. O trabalho fundamental deste grupo de trabalho baseia-se em dez princípios fundamentais definidos nos seus documentos orientadores. Princípios de igualdade e equidade, acesso às infraestruturas, desporto na escola, desenvolvimento da participação, desporto de alta competição, liderança, educação, treinam e desenvolvimento, informação desportiva e investigação, recursos disponíveis e a cooperação interna e internacional.

As recomendações apresentadas na última edição, que decorreu na Finlândia<sup>68</sup>, são direcionadas para ações a serem implementadas nos diferentes países por parte das estruturas governamentais e federações. Estas recomendações, basearam-se no desporto como promoção da saúde e do bem-estar para a vida; na sustentabilidade através do aumento dos recursos humanos nos sistemas desportivos que integrem de igual forma homens e mulheres e que aumento a percentagem de mulheres em lugares de decisão; a promoção da criatividade e inovação para um aumento da prática; medidas que equilibrem a participação na gestão, liderança e no treino; medidas que eliminem todo o tipo de discriminação da participação das mulheres no desporto; a criação de metodologias e

---

<sup>68</sup> IWG (2014) Helsinki calls the world of sport to lead the change, be the change. *6th IWG World Conference on Women and Sport*. Helsinki.

ferramentas de recolhas de dados e a cooperação entre os países e a cooperação e a criação de redes de partilha de informação e boas práticas. Esta plataforma de participação apresenta-se como um meio importante de ação e de capacitação ao nível da igualdade na participação desportiva, que no caso de países, como Portugal, sem medidas aparentemente fortes, para alterar tendências que já sem mantêm por longos períodos de tempo, se apresenta como uma oportunidade.

**Tabela 10 - Participação Feminina e Masculina (%) nos Jogos Olímpicos de verão (2004 – 2018)**

Edição	Cidade	Masculino	Feminino	Fonte
XXVIII	Atenas 2004	80%	20%	Site COP
XXIX	Pequim 2008	68%	14%	Site COP
XXX	Londres 2012	62%	38%	Relatório Chefe de Missão
XXXI	Rio de Janeiro 2018	68%	32%	Relatório de Missão

Ao mais alto nível competitivo, especificamente a participação em Jogos Olímpicos, existe também uma preocupação na equidade da participação por parte do Comité Olímpico Internacional e das comissões organizadoras. Também aqui Portugal se destaca igualmente pela negativa. Numa altura em que as últimas organizações dos Jogos Olímpicos salientam o facto de terem praticamente igualado o número de eventos femininos e masculinos e respetivamente a participação como 44,2% de participação feminina e 55,8%<sup>69</sup>, Portugal, nas últimas edições de 2004, 2008, 2012 e 2016, respetivamente Jogos Olímpicos de Atenas, Pequim, Londres e Rio de Janeiro, apresentou em média apenas 26% de participação feminina, nas suas comitivas, como resulta da leitura da Tabela 9. Alcançou, entretanto, em Atenas 3 medalhas exclusivamente

<sup>69</sup> International Olympic Committee. 2016. Factsheet women in the olympic movement. Acedido a 15 de novembro de 2015, em: [https://stillmed.olympic.org/Documents/Reference\\_documents\\_Factsheets/Women\\_in\\_Olympic\\_Movement.pdf](https://stillmed.olympic.org/Documents/Reference_documents_Factsheets/Women_in_Olympic_Movement.pdf)



pelo sexo masculino. Mas após essa participação, tem-se verificado que as medalhas se distribuem por ambos os sexos – uma medalhada de prata no triatlo feminino e uma medalha de ouro no atletismo masculino, em 2008; uma prata para o masculino na canoagem, em 2012 e bronze no feminino no judo, em 2016<sup>70</sup>.

#### **4.2.6. Igualdade nos técnicos desportivos**

Direcionando a análise para o treino, são também os homens que lideram. O sistema desportivo apresenta 15665 treinadores para 2502 treinadoras, no ano de 2014, como descrito na Tabela 10. Havendo federações que não apresentam treinadores em ambos os sexos e algumas que apresentam valores inferiores a 5 treinadores e nenhuma treinadora no ano de 2014. Considerando as anteriores federações, que apresentam maior número de praticantes e respetivamente um maior número de treinadores, a única federação que apresenta mais treinadoras que treinadores é a Federação Portuguesa de Ginástica, com 327 treinadoras para 195 treinadores.

A Federação Portuguesa de Vela e a Federação Nacional de Karaté, aparecem como exceções, que apesar de não serem das que retratam maior número de praticantes, apresentam idêntico número de treinadores ao das 12 com mais treinadores. Também a Federação Portuguesa de Atletismo consegue praticamente equiparar o número com 439 treinadoras para 512 treinadores. Neste universo, o *rátio* é de 12 treinadores para 1 treinadora, com a Federação Portuguesa de Futebol uma vez mais a destacar-se com um rácio de 69 treinadores por cada treinadora. Não obstante o facto de a percentagem de treinadoras ser reduzida, de acordo com Matos Almeida e Cruz (2010), apenas

---

<sup>70</sup> Comité Olímpico de Portugal. (2004, 2008, 2012, 2016). Relatórios de missão. Acedido em 17 de abril de 2015, em: [www.cop.pt](http://www.cop.pt)

47% das mulheres com atividade no treino em Portugal têm um contrato de trabalho nesta função e apenas 10% o fazem de forma permanente.

**Tabela 11 - Treinadoras e Treinadores por Federação Desportiva (2014)**

Fonte: IPDJ, I.P.

<b>Federação Desportiva</b>	<b>Masculino</b>	<b>Feminino</b>	<b>Rácio M/F</b>
Aikido	191	24	8
Andebol	935	160	6
Artes Marciais Chinesas	77	29	3
Atletismo	512	439	1
Badminton	61	13	5
Basquetebol	939	156	6
Canoagem	95	11	9
Ciclismo	248	18	14
Corfebol	7	9	1
Dança Desportiva	15	14	1
Desporto para deficientes	138	42	3
Esgrima	50	12	4
Desporto Universitário	125	24	5
Futebol	5811	84	69
Ginástica	195	327	1
Golfe	125	11	11
Hóquei	37	7	5
Judo	291	46	6
Karaté	1714	346	5
Kickboxing	123	6	21
Lutas Amadoras	66	7	9
Minigolfe	12	4	3
Natação	388	113	3
Orientação	59	12	5
Paraquedismo	47	47	1
Patinagem	482	143	3
Pentatlo Moderno	36	10	4
Pesca Desportiva	197	1	197
Petanca	34	2	17
Remo	47	3	16
Râguebi	436	86	5
Surf	274	13	21
Taekwondo	99	11	9
Ténis	395	23	17
Ténis de Mesa	209	20	10
Tiro	122	5	24
Tiro com Arco	31	3	10
Triatlo	62	12	5
Vela	353	45	8
Voleibol	446	156	3
Voo Livre	40	1	40
Xadrez	141	7	20
<b>Total</b>	<b>15665</b>	<b>2502</b>	
<b>Média</b>	<b>373</b>	<b>60</b>	<b>6</b>

As treinadoras com os rendimentos mais elevados estão ligadas a modalidades individuais, existindo uma minoria de treinadoras em desportos coletivos (Matos Almeida e Cruz, 2010)<sup>71</sup>. Dados do Canadá referentes a esta área referem também que, relativamente a salários, mulheres com a mesma formação que homens, auferem rendimentos inferiores.<sup>72</sup>

Segundo a Associação Portuguesa de Mulheres e Desporto, em 2009 estavam inscritas 15% treinadoras e 85% treinadores, valores que em comparação com 2014, como vimos anteriormente, eram superiores na participação feminina do que os mais recentes, o que sugere que a participação das mulheres no treino tem vindo a decrescer.

Ao nível do treino, os dados gerais dos países Europeus retratam pouca representação por parte das mulheres, verificando-se que na sua maioria, ou quase totalidade, são direcionadas para o treino das crianças e jovens e em alguns casos atletas mulheres<sup>73</sup>. Isto é, o alto rendimento está, salvo raras exceções, afastado da orientação feminina.

O desporto não vive só, ou apenas dos praticantes. São os atletas um reflexo desta estrutura? A verdade é que o panorama se mantém. Árbitros, juizes, dirigentes e como vimos anteriormente, treinadores, todos estes meios humanos estão representados na sua grande maioria por homens, cerca de 80%, enquanto que as mulheres permanecem representadas entre os 15% e os 20% (IPDJ, IP).

---

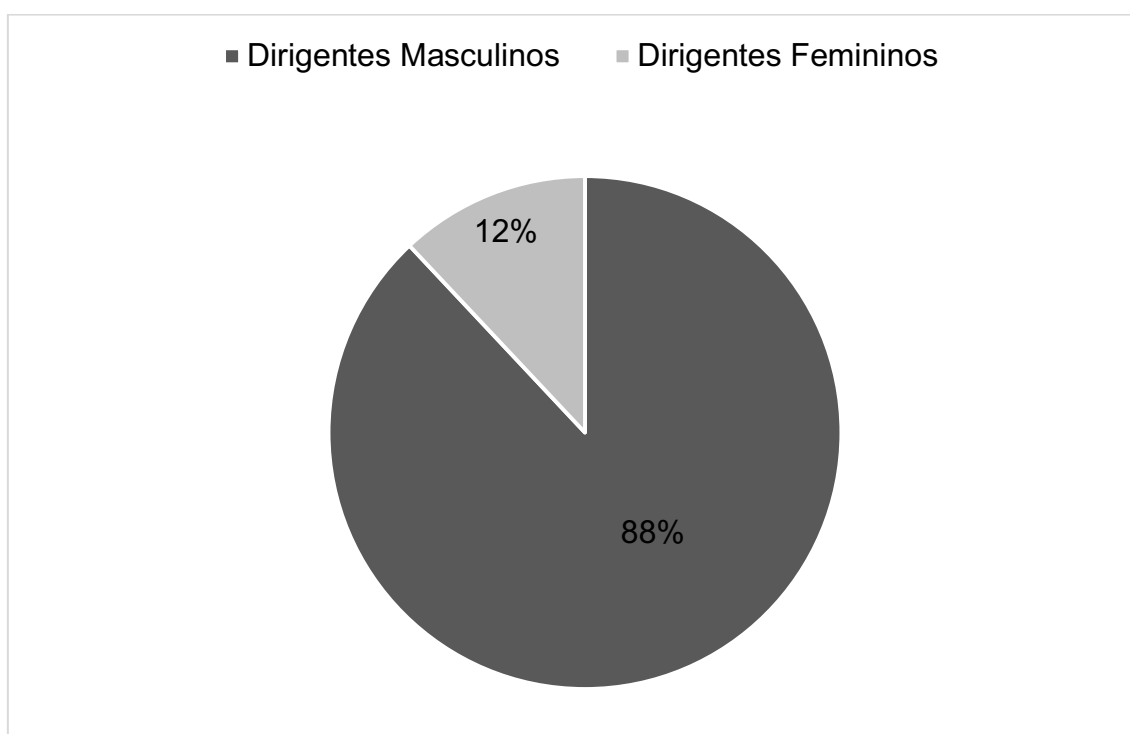
<sup>71</sup> Enlarge Partial Agreement on Sport (2011). *Gender Equality and (elite) Sport*. Council of Europe. Strasbourg.

<sup>72</sup> Hall, M. (2003). Girls' and women's sport in Canada: from playground to podium. Em: Hartmann-Tews, I., Pfister, G. (2003). *Sport and Women – Social issues in international perspective*. *International Society for Comparative Physical Education and Sport*. 1: 161-178

<sup>73</sup> Hartmann-Tews, I., Pfister, G. (2003). *Sport and Women – Social issues in international perspective*. *International Society for Comparative Physical Education and Sport*. 1: 266-280

#### 4.2.7. Igualdade nos dirigentes

Segundo a Associação Portuguesa Mulheres e Desporto, em 2010, a representação nos órgãos sociais da totalidade das Federações Desportivas com Utilidade Pública, era de 86% de Homens e 14% de Mulheres (1262 homens e 202 mulheres). Destacaram-se nesses dados a Federação de Dança Desportiva (38%) e Remo (50%), como aquelas que conseguem ter valores de participação mais aproximados entre homens e mulheres. No ano de 2014, o registo do IPDJ, IP, relativamente à participação de dirigente na globalidade do sistema desportivo, indicou uma participação de 12% de dirigentes mulheres para 88% de dirigentes homens.



**Figura 5 - Participação de homens e mulheres no dirigismo do setor desportivo (2014)**

Fonte: IPDJ, I.P.

Este é um *ratio* que importa também ao parlamento europeu, demonstrado através de um relatório apresentado em janeiro de 2017, sobre “boa governação no desporto”, onde a participação das mulheres em cargos de liderança mereceu destaque. O relatório realizado pelo *Diretor do College of Business Administration*<sup>74</sup> que reportou que no Comité Olímpico Internacional e nas federações desportivas internacionais existe uma representação minoritária de mulheres em cargos superiores. Os valores mostraram perto de 6% de presidentes mulheres, 12% de vice-presidentes e 13% de representação em comités executivos. Nove das trinta e cinco federações internacionais tinham mulheres em lugares de liderança e três delas não tinham mulheres nesse papel. No caso do comité olímpico internacional a representação é de 24% de mulheres. Nos escassos estudos sobre a participação das mulheres em lugares de liderança no desporto, as referências apontam sempre para valores muito reduzidos. No caso da Alemanha as mulheres estão representadas em 35%<sup>75</sup>, no caso da França a representação ronda os 5%, ainda pior do que na política<sup>76</sup>, no caso da Espanha os valores rondam os 10%<sup>77</sup>, na República Checa os valores apontam para os 20% (Klementová 1998).

#### **4.2.8. Igualdade nos árbitros e juizes**

No caso da arbitragem nacional, os últimos dados conhecidos datam de 2009, como 80% de homens e 20% de mulheres em atividade. A federação de

---

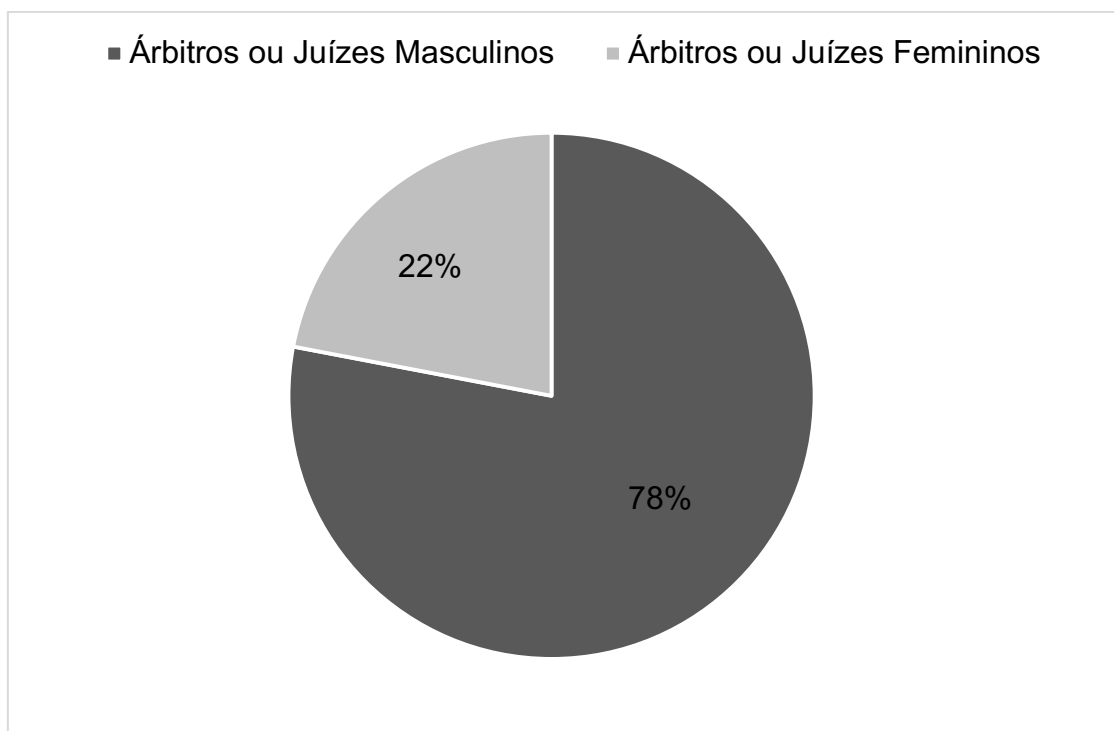
<sup>74</sup> Lapchick, R. (2016). *Gender report card: international sports report card on women in leadership roles*. The Institute for Diversity and Ethics in Sport

<sup>75</sup> Hartmann-Tews, I., Luetkens, S. (2001). *The inclusion of women into the German sport system*. Em: Hartmann-Tews, I., Pfister, G. (2003). *Sport and Women – Social issues in international perspective*. *International Society for Comparative Physical Education and Sport*. 1: 53-69

<sup>76</sup> Dechavanne, N. and Hartmann-Tews, I. (2001). *Sport Development and Inclusion of Women in France*. Em: Hartmann-Tews, I., Pfister, G. (2003). *Sport and Women – Social issues in international perspective*. *International Society for Comparative Physical Education and Sport*. 1: 70-82

<sup>77</sup> Puig, N. and Soler, S. (2000). *Womens and Sport in Spain*. Em: Hartmann-Tews, I., Pfister, G. (2003). *Sport and Women – Social issues in international perspective*. *International Society for Comparative Physical Education and Sport*. 1: 83-101

atletismo aparece como a federação com maior participação feminina, com 1/3 do total de árbitras.



**Figura 6 - Participação mulheres e homens no setor da arbitragem (2014)**

Fonte: IPDJ, I.P.

É importante que na elaboração e implementação políticas desportivas a participação nas várias áreas desportivas, tanto pelos homens como pelas mulheres, seja tida em conta. A atuação conjunta de ambos contribui para o sucesso, face à complementaridade que existe entre ambos os sexos. Apenas com um empenho generalizado será possível mudar mentalidades e alterar a indiferença que perdurou anos e anos sob um modelo desequilibrado de participação entre homens e mulheres. De facto, esta realidade não é um problema só do desporto verificando-se, por exemplo, num relatório do Conselho da Europa sobre a participação de mulheres e homens nos parlamentos nacionais e nos governos dos estados-membros do Conselho da Europa, que a

participação das mulheres é de apenas 26% e 23%<sup>78</sup>, respetivamente. Não é só ao desporto que se exige igualdade de composição nos cargos de decisão. Existem algumas propostas para a implementação de quotas, facto que está a ser utilizado em algumas organizações europeias ou até mesmo em estruturas nacionais de alguns países europeus. No entanto, as opiniões dividem-se. O mérito deve ser privilegiado e as quotas poderão ser entendidas como uma forma de descredibilização, de quem possa beneficiar delas.

#### **4.2.9. Boas práticas na promoção da igualdade**

Comparando Portugal aos restantes países da Europa, percebe-se que deveria existir uma preocupação em compreender o que os restantes países têm feito com o propósito de minimizar esta desigualdade no desporto e olhar para as boas práticas que são partilhadas. As soluções encontradas em países onde a taxa de participação feminina é maior são uma boa base de aprendizagem. A grande maioria dos *websites* de organizações desportivas no resto da Europa têm projetos direcionados especificamente para o aumento da participação feminina no desporto, não apenas para o aumento da prática desportiva, como também para o envolvimento das mulheres nos vários cargos e funções dentro do desporto.

##### *a. Title IX*

Nos Estados Unidos da América existe uma intencionalidade política por parte do governo manifestada pelo Title IX, uma lei de 1972, que obriga as instituições de educação à promoção da igualdade combatendo a discriminação. Estas orientações legislativas estabelecem assistência financeira federal para providenciar recursos iguais para os rapazes e as raparigas nas diferentes

---

<sup>78</sup> Council of Europe. (2015). *Equality between Women and Men*. Acedido em: 15 de março de 2016, em: [www.coe.int/equality](http://www.coe.int/equality)



configurações educacionais. Esta lei teve efeito nas escolas secundárias, colégios e universidades, que são os maiores promotores de desporto amador dos EUA. A sua implementação igualou os recursos financeiros para a prática no feminino e no masculino, o que correspondeu a uma aproximação na participação desportiva em muitas áreas (Gems & Pfister 2009). Os dados refletem um aumento exponencial na participação feminina. No ano de implementação 1972/73, foram realizados 7 campeonatos nacionais para equipas femininas, na época desportiva de 1980/ 1981 o número já tinha aumentado para 39 campeonatos envolvendo 6 mil equipas femininas (Everhart and Pemberton, 2001)<sup>79</sup>.

Existem outros exemplos na Nova Zelândia e no Reino Unido de tentativas de combinar estas políticas de financiamento com estratégias rigorosas, bem como, na França onde a candidatura a financiamento público exige estatutos que garante a igualdade de acesso entre as mulheres e os homens<sup>80</sup>. Apesar destes exemplos ainda existem muitos países onde a igualdade ainda nem está contemplada em Livros Brancos do Desporto, Estatutos das Federações ou Regulamentos Educativos<sup>81</sup>. Apesar do poder do Estado na orientação e legislação desportiva, essa é uma realidade que não acontece, bem pelo contrário, tem-se visto uma grande incapacidade do Estado na orientação do desporto e na definição de linhas estratégicas.

#### *b. This Girl Can*

“This Girl Can” foi uma campanha promovida no Reino Unido (Sport England) que difundiu a prática de atividade física e desporto entre as raparigas e

---

<sup>79</sup> International Year of Sport and Physical Education (2005). *2nd Magglingen Conference on Sport and Development - Promoting gender equity through sport*. Magglingen.

<sup>80</sup> Hartmann-Tews, I., Pfister, G. (2003). *Sport and Women – Social issues in international perspective*. *International Society for Comparative Physical Education and Sport*. 1: 1-14

<sup>81</sup> Hartmann-Tews, I., Pfister, G. (2003). *Sport and Women – Social issues in international perspective*. *International Society for Comparative Physical Education and Sport*. 1: 1-14

mulheres começando por partilhar o exemplo de mulheres de sucesso no desporto, difundindo-se por todas aquelas que praticavam algum tipo de atividade física. As participantes divulgavam os seus exemplos e a sua prática diária nas redes sociais da campanha mostrando que era possível envolver mais mulheres. Esta campanha acabou por se tornar viral, passando além-fronteiras do inicial objetivo e alastrando-se por toda a Europa, Ásia e América. Esta campanha teve mais de 32 milhões de visualizações e foi distinguida com 29 prémios.

### *c. Jogo das Raparigas*

Existem também alguns exemplos em Portugal, de que se destaca o *Jogo das Raparigas*, cujo projeto é desenvolvido pela Associação Portuguesa de Mulheres no Desporto (APMD) e financiado pelo POPH (QREN). Tem como objetivo promover o aumento da participação feminina no futebol e futsal, através do combate à invisibilidade por parte das redes de comunicação social, promoção do envolvimento das mulheres nas várias funções do desporto, e sensibilização de agentes públicos estratégicos, nomeadamente clubes, associações distritais do desporto para a necessidade de implementação de medidas e programas específicos que promovam a igualdade e da não discriminação, o projeto é igualmente dirigido às Escolas e docentes de Educação Física.

#### **4.2.10. Discussão**

Existe ainda um diferencial acentuado no que diz respeito à participação feminina nos vários escalões, áreas de implementação e setores do desporto. Percebemos que existem já várias recomendações e regulação neste âmbito e que em Portugal o fator educativo não será a razão para a escassa participação feminina. Atendendo aos exemplos que são reportados de outros países, é sugerido que o envolvimento de mulheres no desporto através da promoção de iniciativas e campanhas de aproximação deste setor populacional, bem como a criação de mais condições para a sua prática que afastem qualquer

entendimento ou fenómeno que associe uma determinada modalidade a um género em particular.

A escola como local de formação disponibilizada à sociedade, como criação de hábitos para a vida e como um meio de acesso para todos, que no caso de alguns jovens é a única forma de se envolverem no desporto, deve ser potencializada e é neste meio que as igualdades têm de ser encontradas. Deve passar por este serviço uma estratégia de promoção, sobretudo no sexo feminino, à semelhança do que é feito no “Jogo das Raparigas”, recorrendo aos recursos que já estão providenciados. Recursos humanos profissionalizados e capazes e recursos materiais e físicos, procurando que, também na orientação, seja dado o exemplo de envolvimento de profissionais homens e mulheres.

Um olhar adequado para as diferentes realidades e modalidades é um fator preponderante. Nomeadamente no que diz respeito à cultura desportiva de cada modalidade, às características da modalidade e às aparentes tendências dos interessados. Já vimos que as modalidades individuais tendem a envolver mais treinadoras mulheres, e que existem tendências de localização de cada modalidade e entre sexos.

A aposta em escalões onde é visível o abandono da prática feminina são as idades chave para a implementação de medidas. Este momento de abandono da prática reflete-se ao nível dos quadros competitivos, que começam a ficar desajustados e a baixar o nível competitivo por falta de participantes. Deste modo, a adequação dos quadros competitivos deve ser considerada. O desporto escolar é um exemplo que sugere que os quadros mistos em idades mais precoces podem resultar. Poderá esta ser uma forma de adaptação para os escalões em idades mais baixas, nomeadamente em modalidades em que os quadros competitivos não têm participação suficiente que lhes atribua expressão suficiente.

As medidas implementadas em Portugal estão à volta de uma intencionalidade que visa promover, sensibilizar e alertar. No entanto, já percebemos que a intencionalidade apenas não é suficiente para resolver o problema e para alcançar um resultado efetivo. O Title IX é um bom exemplo de que por vezes são necessárias medidas mais rigorosas e diretivas por parte de quem financia o desporto e que poderá ser a única solução que realmente altere o paradigma. Em alguns estudos Europeus as conclusões mostram que tem havido um esforço nas ações políticas em prol da promoção da prática feminina e de programas especiais direcionados para este grupo populacional que, no entanto, acabam por não ser aplicados eficazmente. A aplicabilidade e adequabilidade das medidas é de extrema importância para que haja uma alteração do paradigma mais eficiente. Na realidade, se olharmos para trás verifica-se que é recente a aceitação cultural da inclusão das mulheres no desporto. Em 1918, à pergunta, “O que é o Olimpismo?”, Coubertin respondeu com a seguinte definição: “É a religião da energia, o cultivo de uma intensa vontade desenvolvido através da prática dos desportos masculinos, com base na higiene adequada e espírito público, rodeado de arte e pensamento...” (Gustavo Pires, n’A Bola). Isto foi há apenas 100 anos e muito caminho já foi sem dúvida percorrido, embora menos que o desejável para uma total paridade de oportunidades de acesso e prática.

### 4.3. Qualificação do setor desportivo português

O desporto é, por si só, um lugar de aprendizagem e de formação. De facto, quando falamos em desporto, associamo-lo a uma prática desportiva, independentemente do nível e do espaço onde se insere, mas, simultaneamente, uma cultura desportiva e de bem-estar físico e psíquico, onde se integram os valores desportivos e da educação pelo desporto, que toda e qualquer pessoa que se envolve retira, entre elas a responsabilidade, a disciplina, o respeito, o espírito de equipa a dedicação, entre outros valores de formação e desenvolvimento do indivíduo. São indiscutíveis os benefícios formativos e os *soft skills* que o desporto mobiliza. Esta é a primeira e mais importante área de formação que é disponibilizada pelo desporto à sociedade civil, que se inicia desde cedo no jardim-de-infância, seguindo-se a escola através da Educação Física, que faz parte do programa curricular.

Num segundo nível deve perceber-se que relações se têm estabelecido entre o sistema desportivo e o sistema de ensino. Ou seja, como em qualquer área de estudo, parte-se do pressuposto que deve ser estudada, analisada e investigada, só assim podendo esperar progressos, melhoria e desenvolvimento. Sabendo, à partida, a dificuldade na sinergia entre o sistema desportivo e educativo, é importante explorar as oportunidades ao nível da investigação e da criação de tecnologia de apoio ao desporto, nomeadamente, máquinas e equipamentos mais confortáveis e anatomicamente mais eficazes. Neste ponto enquadra-se ainda, a necessidade que existe de caracterizar o sistema desportivo de uma forma cuidada, rigorosa e que consiga dar resposta às necessidades. A recolha de informação e seu tratamento estatístico servirão de um suporte à produção de diretrizes de apoio ao sistema desportivo e às políticas públicas.

Por fim, com efeito muito significativo no desenvolvimento desportivo e representando a base ao desporto, a formação dos recursos humanos, seja treinadores, árbitros ou dirigentes, essenciais ao crescimento e sucesso desportivo. Pretende-se com este estudo verificar se no século XXI o setor

desportivo tem acompanhado a tendência e a exigência de outros setores sociais, no que diz respeito ao apetrechamento de recursos humanos, cada vez mais diferenciados, cada vez mais qualificados e com uma multiplicidade de valências.

#### **4.3.1. O desporto como área de investigação**

A qualificação e a diferenciação das áreas do saber são obtidas, em grande medida, pelo progresso científico e pela qualidade da investigação. No entanto, o estudo e análise do desporto, salvo poucas exceções, como o interesse de um investigador em particular, têm sido feitos sem grande estruturação e de certa forma avulsa, sendo, no entanto, essencial para o progresso e qualidade do desporto. Em primeiro lugar, através da afetação que o conhecimento biomecânico, fisiológico entre outros tem no rendimento dos atletas e, por outro lado, através da evolução tecnológica ao nível do *design* de equipamentos e inovação<sup>82</sup>. Esta carência da investigação na área das ciências do desporto em Portugal, como área científica independente, deve-se, em grande parte, à falta de apoio da estrutura em Portugal que assume o papel de definir e priorizar as áreas de investigação – a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), associado aos inúmeros cursos criados nas várias Instituições de Ensino Superior (IES) todos na área das ciências do desporto, que, neste caso, banaliza e descredibiliza esta área de investigação<sup>83</sup>. Na realidade, atualmente, a área de investigação em ciências do desporto está ausente das áreas contempladas em Bolsas de Doutoramento e Pós-Doutoramento, o que dificulta a formação de jovens cientistas nesta área (Silva, A, 2016).

As estruturas de cúpula do sistema desportivo assumem este desajustamento, como menciona o documento orientador do Comité Olímpico de Portugal

---

<sup>82</sup> Silva, A. (2016). *Ciências do Desporto: Contributos para o Rendimento Desportivo*. 1, Comité Olímpico de Portugal. Lisboa

<sup>83</sup> Silva, A. (2016). *Ciências do Desporto: Contributos para o Rendimento Desportivo*. 1, Comité Olímpico de Portugal. Lisboa

publicado em 2015 sobre a situação desportiva nacional, que refere que “o desporto enquanto objeto de estudo e investigação científica está longe dos horizontes imediatos das políticas de Investigação e Desenvolvimento”<sup>84</sup>. A dificuldade de articulação entre o sistema desportivo e educacional, foi já sinalizada, assumindo que “a universidade não se encontra devidamente sincronizada com as necessidades do sistema desportivo”<sup>85</sup>. Resta saber, se a universidade compreende as necessidades do sistema desportivo e se o sistema desportivo tem sido capaz de aproveitar as valências das universidades.

#### **4.3.2. A gestão do desporto como área de ensino**

A preocupação com o corpo marca o primeiro sinal do ensino da Educação Física ao nível escolar, que à altura era disponibilizado apenas a quem frequentava colégios destinados aos mais abastados<sup>86</sup>. No entanto, apenas no último quarto do século XIX é que a Educação Física ganha importância no panorama sociocultural português fazendo já parte do programa letivo de alguns estabelecimentos educativos públicos e privados, bem como a criação de clubes e ginásios, o que conseqüentemente aumentou o número de praticantes.<sup>87</sup> No final do século XX é decretada a obrigatoriedade da Educação Física no ensino secundário e segue-se com a implantação do regime republicano, a publicação de documentos legislativos, sob forma de decreto de lei em março de 1911, onde define a estrutura da Educação Física por graus de ensino, bem como a formação neste domínio para professores e a criação de duas Escolas de Educação Física, nas Universidades de Lisboa e Coimbra, com o propósito de divulgar a ciência da especialidade e formar Professores de Educação Física. Gerada alguma controvérsia nas metodologias adotadas que não resultaram

---

<sup>84</sup> Comité Olímpico de Portugal (2015). *Valorizar e afirmar socialmente o desporto: Um desígnio nacional*. Acedido em 28 de outubro de 2016, em: [comiteolimpicoportugal.pt](http://comiteolimpicoportugal.pt)

<sup>85</sup> Constantino, J. (2006). *Desporto - Geometria de Equívocos*. Livros Horizonte. Lisboa.

<sup>86</sup> Ferreira, A. (2004). *O ensino da Educação Física em Portugal durante o Estado Novo*. *Prespectiva*, Florianópolis, v. 22 n. especial, p. 197-224

<sup>87</sup> Ferreira, A. (2004). *O ensino da Educação Física em Portugal durante o Estado Novo*. *Prespectiva*, Florianópolis, v. 22 n. especial, p. 197-224

como tinha sido expectado, são criadas as condições, em 1930, com a criação da Escola Superior de Educação Física na Sociedade de Geografia de Lisboa e em 1933, com a Escola de Educação Física do Exército. Seguiu-se em 1936 a criação da Mocidade Portuguesa, que se “destinava a estimular o desenvolvimento integral da capacidade física da juventude” escolar e não escolar<sup>88</sup>.

Data o ano de 1940 a criação, pelo Ministro que tutelava a Educação<sup>89</sup>, do INEF, Instituto Nacional de Educação Física, com o intuito de formação docentes de Educação Física. Esta criação foi acompanhada pela instituição do Estado Novo que integrava uma ideologia de resolução dos problemas mais importantes da educação nacional<sup>90</sup>. Com esta constituição, é claramente marcada a necessidade de criação de uma estrutura autónoma e independente para a área científica da Educação Física. Uma orientação mais aproximada de uma componente da área da medicina<sup>91</sup>.

Mais tarde, é então criado o Instituto Superior de Educação Física de Lisboa, que deu origem à atual Faculdade de Motricidade Humana da Universidade de Lisboa, em 1974<sup>92</sup>, juntamente com a criação de uma Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física na Universidade do Porto<sup>93</sup>. Este foi um momento importante de afirmação da Educação Física, dando oportunidade de renovar,

---

<sup>88</sup> Declaração do Ministro que tutelava a educação, Pacheco Gomes, 1991

<sup>89</sup> Declaração do Ministro que tutelava a educação, Pacheco Gomes, 1991

<sup>90</sup> Proposta de Lei apresentada pelo ministro da Educação Nacional em 1939 “Instituir um centro de estudos científicos e de prática racional da educação física, como instrumento de unidade didáctica e de orientação geral, e com finalidade profissional de formar os respectivos agentes de ensino, oficial ou particular, tendo-se em vista o revigoramento da raça no plano da educação integral e os interesses da defesa da Pátria.” (CRESPO, 1991, p. 17).

<sup>91</sup> Moreira, A., Ferreira, A. (2012), *Professores de Educação Física em Portugal: Entre a Formação Inicial e o Exercício Profissional*. Revista Portuguesa de Pedagogia. no 46-II, 2012, 69-90

<sup>92</sup> Neto, C. (2015). *A criação dos institutos superiores de educação física (Dec. Lei 675/75)*. Revista Portuguesa de Ciências do Desporto. 16, 12-25.

<sup>93</sup> Despacho Normativo n.º 73/89, de 4 de agosto. *Diário da República n.º 178/1989, Série I de 1989*. Ministério da Educação. Lisboa.



relançar, de revalorizar e de fazer renascer a Educação Física em Portugal (Brás, 1996). É na década de oitenta, com a passagem de institutos a faculdades que o “desporto” entra na nomenclatura destas instituições, afirmando a sua importância como área científica.

A década de noventa ficou marcada pela proliferação de Instituições de Ensino Superior que atuavam igualmente na formação de professores de Educação Física, crescimento que evidencia o reconhecimento da área científica, mas ao mesmo tempo diferenciou a nomenclatura da área de investigação (Ferreira & Moreira, 2012), perdendo-se a identidade do ramo científico.

Hoje em dia, a formação já se diferenciou por múltiplas áreas de atuação, sendo pertinente uma atenção especial à formação em gestão do desporto, especialmente quando se pretende perceber o que tem vindo a ser feito para garantir a boa gestão das organizações desportivas em Portugal. A falta de legislação que exija formação dirigida para a gestão do desporto na atuação em cargos de liderança no movimento desportivo Português, coaduna com uma indefinição daquilo que são as valências mínimas para o rigor que os cargos exigem.

Em Portugal, a Faculdade de Motricidade Humana foi a primeira a iniciar a formação na área da Gestão do Desporto, através da abertura de uma licenciatura dentro do quadro epistemológico das Ciências do Desporto<sup>94</sup>. Desde então existem já mais Instituições de Ensino Superior a promover formação na área da gestão do desporto nos vários níveis de ensino. No entanto, existe ainda alguma indefinição relativa às exatas necessidades no campo dos conteúdos que devem ser lecionados. Alguns contributos foram dados em 1999 por

---

<sup>94</sup> Sarmiento, J.; Pires, G., (2005). *Gestão do desporto: Novos desafios, diferentes soluções*. Em: Pires, G. (2004). *Povos e culturas*. Cultura e Desporto. N.º 9, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa Universidade Católica Portuguesa. Lisboa.

Danylchuck<sup>95</sup>, destacando como aspetos fundamentais de um programa em gestão do desporto o domínio das atividades desportivas, a gestão e competências organizacionais em desporto, ética, marketing, comunicação, finanças, economia do desporto, direito do desporto, política desportiva e experiência de terreno. Os quais foram mais tarde reforçados pelo autor, destacando quatro áreas fundamentais sob as quais o conhecimento deveria evoluir, nomeadamente, o envolvimento com as faculdades de economia e gestão, incrementar diversidade e especialização, enfatizar os aspetos internacionais e globais e melhorar a capacidade empreendedora.

#### **4.3.3. Situação do desporto Português**

Um contributo que também o sistema educacional pode dar ao sistema desportivo, é a capacidade de caracterizar o desporto em Portugal, criando um sistema estatístico que congregue todos os dados. Os dados credíveis que existem sobre o desporto em Portugal resultam de estudos europeus, como é o caso do *Eurobarómetro* e do *Compass* o que reforça a ideia de incapacidade própria endógena de Portugal garantir sistemas credíveis de dados que reportam o sistema. A administração pública, nas suas várias tentativas não tem sido capaz de assegurar este serviço ao desporto português. Através de uma análise comparativa, a partir dos dados do IPDJ (Estatísticas do Desporto), é perceptível que os dados, em algumas situações, não correspondem à realidade, apresentando oscilações de um ano para o outro muito difíceis de alcançar, como por exemplo oscilações no número de clubes de 203 clubes em 2010, para 1014 clubes para 2011 e logo em 2012, novamente um valor aproximado do ano de 2010 com 218 clubes, na federação de ginástica, ou oscilações no número de treinadores de 194 em 2010 para 613 treinadores em 2011, na federação de rugby, ou mais um exemplo na federação de natação que passou de 7350 treinadores em 2012 para 514 em 2013. Para além deste facto, não existe uma

---

<sup>95</sup> Sarmento, J.; Pires, G., (2005). *Gestão do desporto: Novos desafios, diferentes soluções*. Em: Pires, G. (2004). *Povos e culturas*. Cultura e Desporto. N.º 9, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa Universidade Católica Portuguesa. Lisboa.

análise periódica dos dados que lhes dê o significado devido. Só com esta metodologia será possível sustentar opções estratégicas e delinear ações a longo prazo, nomeadamente na aposta em determinadas áreas do desporto em detrimento de outras. Qualquer que seja o rumo que o desporto deve assumir, o mesmo tem obrigatoriamente de estar suportado por dados, sob pena de que as medidas implementadas sejam ridicularizadas por estarem desenquadradas da realidade. É igualmente necessário perceber quais as tendências e para onde se deve caminhar, o que só é possível através de um trabalho de fundo e guiado tecnicamente por profissionais que saibam quais os dados a recolher e de que forma devem ser recolhidos. A administração pública tem de assumir a importância da informação, que nos dias de hoje já não se imagina que não esteja organizada. Tem havido uma ineficiência na disponibilização de dados para estudos que pretendem comparar os vários países europeus. Portugal continua a não aparecer por “indisponibilidade de dados”.

#### **4.3.4. Plano Nacional de Formação de Treinadores (PNFT)**

Uma das bases do desenvolvimento desportivo é a formação. Necessitamos de pessoas com formação e capazes, para conseguir atingir os patamares de exigência que os dias de hoje impõem, tal como acontece nos restantes países da Europa. A formação desportiva de recursos humanos em Portugal passou a estar inserida no âmbito da formação profissional a partir de 1999 e enquadrada a partir de 2008 no Decreto-Lei nº248-A/2008 de 31 de dezembro que define o acesso e exercício da atividade dos treinadores, essenciais ao formato competitivo que cada federação desportiva assume. E, portanto, é necessário que exista um modelo bem estruturado e flexível.

O papel do treinador é definido pelo regime de acesso e exercício da atividade de treinador de desporto previsto na Lei nº40/2012, que revogou o anterior Decreto-Lei e que estabelece o Regime Jurídico do Sistema Nacional de Qualificações, no seguimento da Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto que assenta no reconhecimento de treinadores devidamente qualificados e é

essencial para garantir um desenvolvimento qualitativo e quantitativo das diferentes atividades físicas e desportivas, bem como, a garantia da ética, do desenvolvimento do espírito desportivo, da saúde e da segurança dos praticantes. Esta legislação define a atividade do treinador, o regime de acesso, a emissão dos títulos profissionais e diferencia os vários graus do título de treinador.

Após cinco anos de vigência, foi recentemente feita uma proposta de alteração à Lei com o principal objetivo de a ajustar à realidade, após uma auscultação de parceiros do sistema desportivo. Esta proposta de alteração prevê algumas alterações que incidem sobretudo no aumentando do espectro de atuação no grau I de treinador, no encurtamento para 3 anos do período em que o título profissional caduca sem frequentar ações de formação, no enquadramento de treinadores em novas modalidades, ainda sem recursos humanos com formação, apoio às carreiras duais no apoio de atletas-treinadores e acesso de praticantes de alto nível diretamente para o grau II de treinador e encurtamento dos períodos de exercício da atividade em cada nível permitindo um mais rápido acesso ao topo de carreira. Considerando que a proposta de alteração mencionada, não foi ainda publicada, será considerada de seguida a Lei nº40/2012 conforme está atualmente em vigor.

O Título Profissional de Treinador/a de Desporto (TPTD) é um documento oficial que comprova legalmente a aptidão da pessoa a que se remete relativamente à sua qualificação com treinador(a) de desporto. Este título tem a validade de 5 anos, renovável mediante a realização de formações gerais e específicas da modalidade a que se insere. Pode ser obtido através de cursos de treinadores, via formação académica, via qualificações obtidas no estrangeiro, via reconhecimento de qualificações de nacionais de países terceiros e via reconhecimento, validação e certificação de competências profissionais. Este título está enquadrado pela portaria nº326/2013 que define que a validade do título numa dada modalidade caduca sempre que o seu titular não frequente com aproveitamento ações de formação contínua num período de 5 anos.

Face ao legislado, apenas as modalidades integradas em Federações com utilidade pública podem ter treinadores devidamente legais e a exercer a sua profissão. O IPDJ, IP, é a estrutura nacional que medeia e regista a evolução e o comportamento deste setor profissional. Segundo as suas publicações o registo foi iniciado no ano de 1997 e atualizado até ao ano de 2013 que prevê o número de cursos e o número de atualizações feitos anualmente, bem como, o número total de formandos que realizaram, anualmente, cursos ou atualizações.

Este Decreto-Lei revoga o anterior e entra em vigor após a implementação do Plano Nacional de Formação de Treinadores (PNFT) no ano de 2011, que pretende definir com a supervisão do IPDJ, IP os requisitos, metodologias e modelo de formação para cada nível de formação. O principal objetivo deste PNFT é que “a cada etapa da preparação do atleta, corresponda igualmente, uma formação específica do treinador”<sup>96</sup>.

A formação dos agentes desportivos, nomeadamente treinadores, até há relativamente pouco tempo, era uma área pouco premente no desporto, a apatia era visível não apenas por parte das autoridades públicas como também por parte do movimento associativo<sup>97</sup>. Estes vários anos de indefinição e pouco rigor no controlo da formação dos agentes desportivos, possibilitou que muito do desporto Português fosse orientado por “não profissionais” o que inevitavelmente condicionou o desenvolvimento desportivo e a qualidade da orientação.

O ano de 2011 ficou marcado pela tentativa de suprimir essa lacuna. Baseado nas necessidades há muito identificadas, foi criado o Plano Nacional de Formação de Treinadores, um trabalho em grande parte desenvolvido pelos técnicos da Administração Pública. Apesar da demora na implementação, hoje

---

<sup>96</sup> Instituto do Desporto de Portugal, IP, (2011). Referências de formação geral, programa nacional de formação de treinadores, IDP,IP. Lisboa

<sup>97</sup> Instituto do Desporto de Portugal, IP, (2011). Referências de formação geral, programa nacional de formação de treinadores, IDP,IP. Lisboa

em dia, existe já uma realidade mais equilibrada em cada modalidade e até mesmo entre federações desportivas. Essa realidade está definida pelo Programa Nacional de Formação de Treinadores (PNFT) e pela Lei n.º 40/2012 de 28 de agosto. Este programa consiste na complementaridade de dois formatos. A formação inicial que diz respeito à formação para adquirir o título de treinador nos seus diferentes graus (grau I, II, III, V), cada um com graus de exigência diferentes e conseqüentemente saídas profissionais diferentes. Existe também a intitulada formação contínua, direcionada para que já tem algum dos graus do título de treinador e tem de realizar formações que atribuem créditos necessários para a renovação do título, sem a qual o grau de treinador acaba por expirar num prazo de 5 anos após emissão.

#### *a. Formação inicial*

A formação inicial é composta por uma componente geral, promovida pelo IPDJ e uma componente específica de cada uma das modalidades ou especialidades, que é da responsabilidade das federações. A formação intitulada inicial é constituída por quatro graus de formação, com objetivos gerais e específicos na ótica do atleta e da sua performance, respeitando a fase de iniciação, orientação, especialização de rendimento e alto rendimento. Para cada um dos graus, está estabelecido pelo PNFT, quais as funções do formando e para que nível de praticantes a formação corresponde.

O Grau I diz respeito a etapas elementares da carreira desportiva do praticante, estando encarregue dos escalões de formação de crianças e jovens, onde toda a sua ação como treinador carece de supervisão. Tem um papel importante de educador no desporto, fomentando ambientes positivos de aprendizagem. A formação de Grau I de treinador corresponde a um total mínimo de 81 horas, como estágio tutorado de 550 horas, distribuídas ao longo de uma época desportiva, totalizando 631 horas de formação.

O Grau Treinador nível II, diz respeito ao primeiro grau de treinador que concede autonomia para o treino autónomo dos praticantes nas diferentes etapas desportivas, englobando desde a sessão de treino ao planeamento anual. A este profissional é concedida a permissão de supervisionar treinadores de grau I, caso não hajam treinadores de grau superior na estrutura. A formação para este nível corresponde a um total mínimo de 123 horas de formação geral e específica da modalidade e um estágio de 800 horas distribuídas ao longo de uma época desportiva, o que perfaz um total de 923 horas.

O perfil mais direcionado para o alto rendimento desportivo é o grau de treinador nível III, com mais apetências para a liderança de equipas de profissionais da área e contato com ambientes de exposição pública. A este profissional exigem-se já diversas valências de conhecimento específico da modalidade, bem como das ciências do desporto, com conhecimentos científicos e metodológicos robustos. A formação é distribuída equitativamente entre formação geral e formação específica da modalidade de 118 horas e estágio profissionalizante de 1100 horas, distribuídas ao longo de uma época desportiva, totalizando 1281 horas.

O nível IV de treinador é direcionado sobretudo para funções de coordenação, direção, planeamento e avaliação focando-se sobretudo na inovação e empreendedorismo e numa lógica pluridisciplinar das direções e seleções técnicas regionais e nacionais. Compete aos treinadores com o nível IV a função de tutor dos formandos nos restantes níveis de treinadores.

#### *b. Formação contínua*

A formação contínua refere-se às unidades de crédito (uc) necessárias para a renovação do TPTD, num espaço de 5 anos, onde qualquer entidade formadora autorizada pelo IPDJ, conforme definido pela Portaria nº326/2013. Dentro das estruturas autorizadas estão, as federações desportivas com UPD, instituições

de ensino superior, entidades formadoras do sistema nacional de qualificações e entidades com estruturas formativas certificadas na área do desporto, podendo promover formações gerais e específicas desde que aprovadas pelo IPDJ. No caso dos treinadores do nível I e II de treinadores, as uc necessárias têm de ser repartidas entre formação específica 5 créditos e formação geral 5 créditos. O nível III e IV de treinador não têm obrigatoriedade no tipo de formação (geral ou específica), desde que dentro do ramo.

Neste formato bem diferente da formação inicial, as federações não têm qualquer informação sobre o que é feito e aprovado, podendo haver federações que mantenham uma postura pró-ativa na procura de informação ou outras que se mantenham à margem, por falta de capacidade ou por desconhecimento e acabem por não saber como está a ser feita a formação da modalidade que tutelam. Um exemplo disso são o número de federações que não estão a promover qualquer formação específica da sua modalidade e não havendo outras entidades a fazê-lo, vão em novembro de 2018 caducar, visto que, com o período transitório os primeiros títulos foram atribuídos em 2013 e tem a durabilidade de 5 anos, o que significa que brevemente existirá um grande número de treinadores com a cédula caducada. Este problema terá certamente três finais possíveis. Ou estas federações têm rapidamente conhecimento deste problema e começam a fazer cursos específicos das modalidades, bem estruturados e organizados, ou se apercebem em cima do fim de tempo, quando os treinadores virem a suas cédulas quase a caducar e solicitarem por formações, podendo as federações optar por realizar cursos intensivos em dois ou três fins de semana só para não ficarem sem um grande volume dos seus treinadores, ou vimos realmente grande parte do leque de treinadores a verem-se impedidos de praticar a sua atividade profissional por falta de formação contínua na vertente da sua modalidade. Esta é sem dúvida uma das áreas onde observamos um grande distanciamento entre federações, as mais organizadas e com recursos humanos próprios que fazem face a estas necessidades e outras que por desconhecimento ou incapacidade técnica e financeira vão ficando à margem das necessidades comprometendo o desenvolvimento do sistema desportivo.



As federações desportivas vêm-se obrigadas a cumprir, dentro de prazos e procedimentos, tarefas que estão além da sua capacidade organizacional e se tornam inexecutáveis dada a sua realidade não só ao nível logístico como ao nível financeiro para a viabilização de formações conforme as necessidades estipuladas pelos cursos. Este facto torna-se um problema quando se apresenta como uma força bloqueadora da capacidade do sistema desportivo e não contribui para o aparecimento de mais e melhores treinadores. Sobretudo porque se implementou um modelo para o qual a maioria das Federações não estava preparada, o que não contribui para o sucesso do projeto. Por outro lado, as Federações Desportivas tentaram-se adaptar ao que lhes era exigido, sob pena de condicionarem a subsistência da sua estrutura, no entanto, quando se tenta resolver um problema em vez de o planear e preparar antes de executar, normalmente as soluções não são as mais benéficas para um dos lados, e neste caso acaba por ser para o lado dos formandos, que se vêm condicionados a formações excessivamente caras e muitas vezes fora da área de residência e trabalho. Para além deste facto, o modelo de estágios, apesar de ser um aspeto muito positivo neste novo modelo, prevê longos prazos de formação, difíceis de conciliar com outras atividades profissionais, apesar da grande vantagem da sua supervisão. Prevê também, custos financeiros e logísticos muito difíceis de suportar sobretudo para o formando, visto que, não havendo apoios, que por parte do Estado, quer por parte das Federações – algumas sem capacidade de sustentar a sua atividade regular, menos ainda, encargos extra - ficam sem capacidade de levar os estágios até ao fim ou dentro de prazos aceitáveis.

A implementação desta metodologia de formação é relativamente recente e seria de prever que a sua aplicação fosse um processo moroso e que teria diferentes níveis de adaptação conforme a modalidade, visto que, estas estruturas têm dinâmicas e recursos diferentes. Neste sentido a Confederação de Treinadores de Portugal, tentou em dois anos de implementação sinalizar algumas das dificuldades e lacunas que o PNFT, estando nos principais problemas apontados a dificuldade de acesso a formações para renovação de cédulas nos locais mais

afastados dos centros urbanos, as metodologias de e-learning e b-learning<sup>98</sup> são uma solução apesar da pouca utilização até ao momento, bem como, a dificuldade em encontrar possibilidades e oportunidades de estágios, sobretudo pela dificuldade em encontrar orientadores com o nível de formação necessário. A realidade aponta ainda para uma falta de fiscalização<sup>99</sup>, fiscalização que a Confederação de Treinadores assume ser da responsabilidade das federações da modalidade, no controlo de treinadores que orientam treinos e competições sem cédula de treinador e a falta de enquadramento na orientação visto que antigos graus tinham acesso ao treino de determinados escalões que com a reconversão por parte da sua federação lhes retirou o direito a estar encarre desse determinado escalão.

A continuação do aperfeiçoamento e divulgação é essencial para o sucesso e aperfeiçoamento do PNFT, bem como a articulação com as várias entidades que fazem parte do processo, nomeadamente as Federações Desportivas e possíveis Entidades Formadoras, Instituições de Ensino Superior que promovem cursos conferentes de graus de treinadores, entre outras entidades desportivas.

#### **4.3.5. Estatísticas**

Com a instituição de um modelo, mais regrado, mas ao mesmo tempo melhor estruturado, previa-se que também o sistema desportivo, tivesse uma diferenciação na sua rede de formação para melhor. No entanto, conforme o gráfico número 1, percebe-se que após o ano de 2011, ano da aplicação do PNFT, ao contrário do que era expetável, os anos que se seguem, são anos com um menor número de cursos de treinadores e atualizações de cédulas de

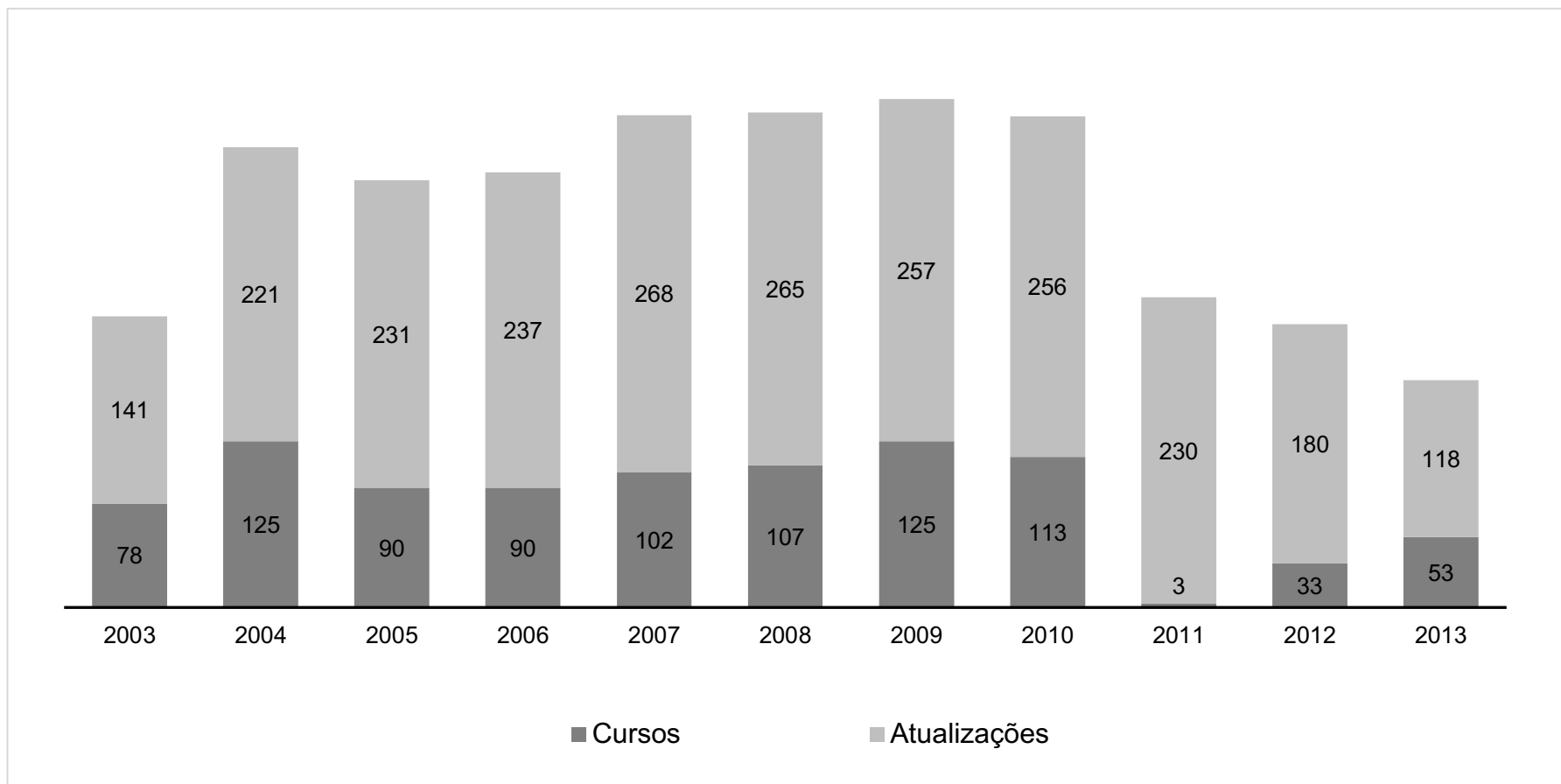
---

<sup>98</sup> Portaria nº326/2013 de 1 de novembro. *Diário da República n.º 212/2013, Série I de 2013*. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa

<sup>99</sup> Confederação do Desporto de Portugal. (2015). *Reflexão sobre o Programa Nacional de Formação de Treinadores*, CDP. Algés

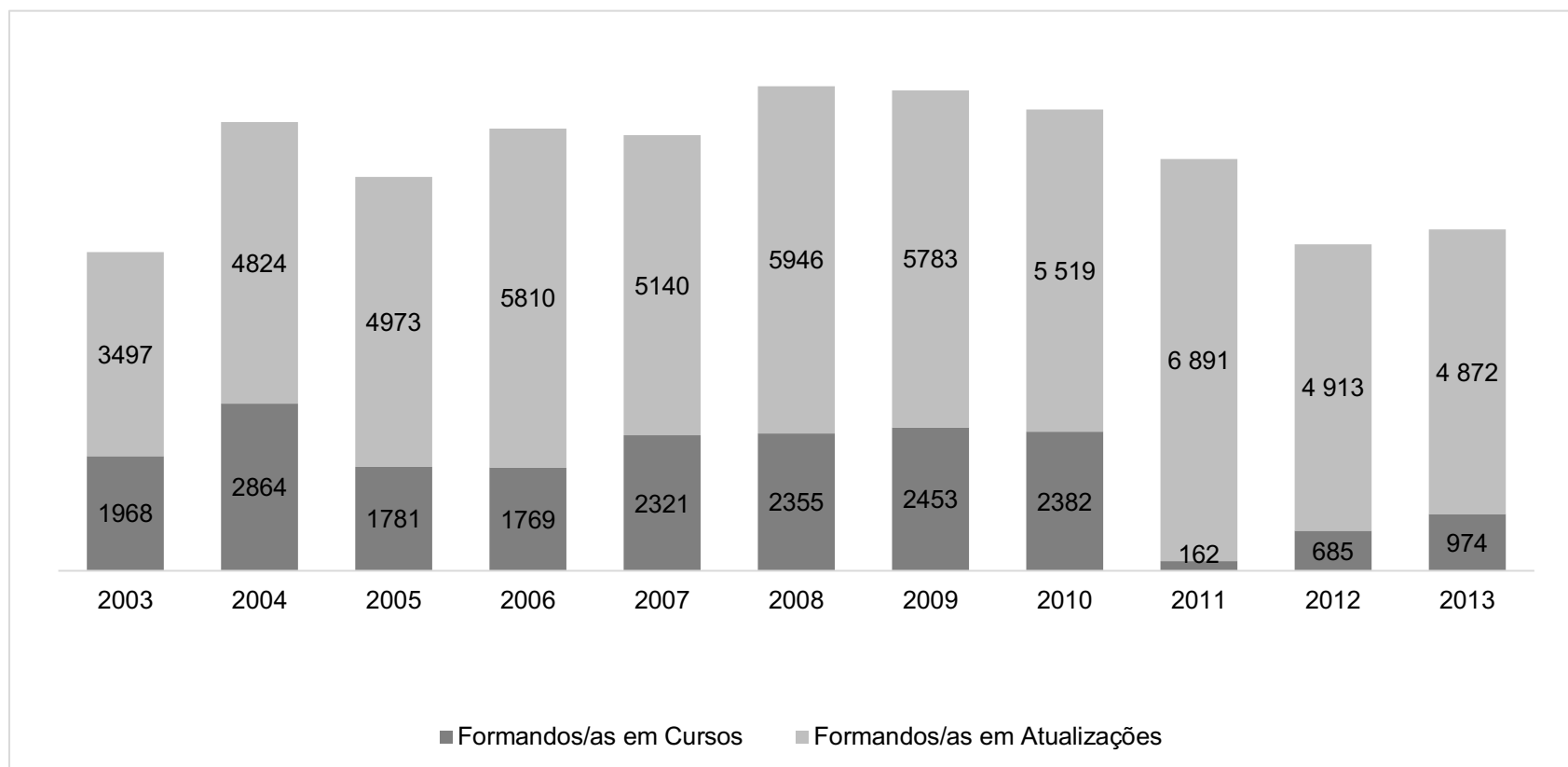
treinadores, bem como, um menor número de formandos em cursos e atualizações, conforme a Figura 7.

Esta diminuição na participação poderá também significar que com as alterações e as novas metodologias o sistema desportivo ainda está numa fase de adaptação, apesar dos 5 anos decorridos, aos novos modelos e que os resultados efetivos vão apenas ser identificáveis nos anos seguintes, para os quais, até ao momento ainda não estão dados disponíveis.



**Figura 7 - Número Total de Cursos e Atualizações de Treinadores/as**

Fonte: IPDJ, IP.



**Figura 8 - Número Total de Formandos em Cursos e Atualizações de Treinadores/as**

Fonte: IPDJ, I.P.

Deve ainda considerar-se os profissionais que são anualmente formados pelas Instituições de Ensino Superior. Estas estruturas oferecem várias valências e uma multiplicidade de áreas de atuação, técnicas, em cada uma das modalidades, de liderança ou de investigação através dos seus programas curriculares na área da educação física e das ciências do desporto. Anualmente saem perto de 1000<sup>100</sup> profissionais das instituições de ensino superior portuguesas. No entanto, a qualidade vem sempre associada a uma capacidade financeira que as federações e clubes em Portugal, salvo raras exceções, não possuem, e que acaba por se tornar um obstáculo à utilização destes recursos qualificados. A verdade é que o crescimento do sistema desportivo, depende da sua qualidade, se não se criarem condições estruturais e financeiras, para ter um desporto de qualidade, não será possível evoluir para um outro patamar de prática desportiva, bem como, promover um maior envolvimento da sociedade. Urge uma distinção clara do que é uma atividade profissional e o que é uma atividade social cujos rendimentos não são comparáveis ao salário mínimo nacional atribuindo o que torna a atividade de treinador, uma atividade altruísta.

O desporto sobreviveu durante muito tempo de ex-atletas que dedicavam a sua vida, ou parte dela, a promover e a acompanhar as gerações de atletas que se seguiam. Não é que essa “normal” sucessão, não possa acontecer, mas é certo de que a formação e as valências são essenciais. É, portanto, fundamental formar recursos humanos qualificados e recrutar-los nas Instituições de Ensino Superior e é urgente que os quadros técnicos nacionais possam usufruir de pessoas qualificadas, dinâmicas e com qualidade para a função que é exigida.

---

<sup>100</sup> Direção Geral do Ensino Superior. Dados Estatísticos. Consultado em: 3 junho de 2016, em: <https://www.dges.gov.pt/pt>

#### **4.3.6. Realidade de cada uma das federações desportivas**

Sabendo, à partida, a forte influência do trabalho das Federações Desportivas na continuidade e sucesso dos cursos de treinadores, tentou-se perceber inicialmente qual tem sido a variação do número de treinadores e quais as Federações que têm tido um papel ativo na validação dos diferentes graus de treinador. No que diz respeito ao número global de treinadores, apesar de até 2012 se registar um aumento, a partir deste ano o valor tem vindo a decrescer significativamente. No ano de 2007, estavam no ativo 15027 treinadores, em 2012, 20090, e no ano de 2014 os valores já tinham decrescido para 18366 treinadores.

No que toca à formação de treinadores, a Federação de Andebol de Portugal, a Federação de Hóquei em Patins na modalidade de hóquei em patins, a Federação de Basquetebol, a Federação de Ciclismo, a Federação de Golfe e a Federação de Voleibol têm todas as normas e premissas necessárias para terem ativos os três graus de formação de treinadores.

Retiramos também que 13 Federações, incluindo o Futebol, o Remo e o Judo, não têm nenhum grau de formação de treinador com validação definitiva, apenas provisória<sup>101</sup>, o que significa que ainda não adaptaram as suas formações ao figurino definido pelo PNFT. Fora isso, existem 18 federações que não estão incluídas no quadro de cursos de treinadores desportivos validados e que muitas das federações têm apenas a formação geral ativa, não podendo seguir para nenhuma das especializações. Podemos observar estes dados nos quadros que se seguem (quadro 11 e 12).

---

<sup>101</sup> Instituto Português do Desporto e Juventude, IP (2016). Dados Estatísticos. Cursos de Treinadores de Desporto Validados, IPDJ, IP, Consultado em: 10 de agosto de 2016, em: [idesporto.pt](http://idesporto.pt)

No entanto, se analisarmos o quadro da lista de atualizações de formação contínua certificadas do Título Profissional de Treinador Desportivo, pelo IPDJ, percebemos que desde 2014 até 2017<sup>102</sup> praticamente todas as federações têm promovido formação geral e específica. Na última coluna da Tabela 12 vemos que apenas a Federação de Desportos de Inverno, Boxe, Lutas Amadoras, Pesca Desportiva, Surf, Tiro, Tiro com Arco, Pesca Desportiva e Vela, ou seja, 9 Federações em 45 não têm promovido formação para atualização dos títulos de treinadores, metade das que aparentemente não têm as formações validadas no quadro com cursos validados. Analisando em pormenor, das estruturas validadas para ministrar formações específicas, percebemos que em 1432 formações entre 2013 e 2017<sup>103</sup>, 1094 foram promovidas por federações desportivas e 338 por outras entidades e que no mesmo período de tempo as Federações Desportivas ministraram 1266 formações, gerais e específicas, como ilustram as figuras 10 e 11.

As federações estão a trabalhar para disponibilizarem à sua rede de treinadores formas de renovarem os seus títulos, mas aparentemente não têm capacidade para validar os cursos de treinadores das suas modalidades. Isto leva a crer que, aparentemente, não é uma questão de falta de dinamismo e vontade, mas uma dificuldade em aceder aos requisitos impostos pelo IPDJ. Cruzando as Federações que têm Associações Nacionais de Treinadores, com as que não têm percebemos também que existe uma influência positiva destas estruturas, mas, no entanto, não corresponde na totalidade às modalidades com melhor desempenho na estruturação das formações para cada grau de treinador.

As federações que apresentam algum crescimento no número de treinadores, são apenas 7 e não têm relação direta com nenhum dos pontos anteriormente analisados. Sugerem os dados que apesar de passados perto de 6 anos da implementação do PNFT, as Federações Desportivas não conseguiram cumprir

---

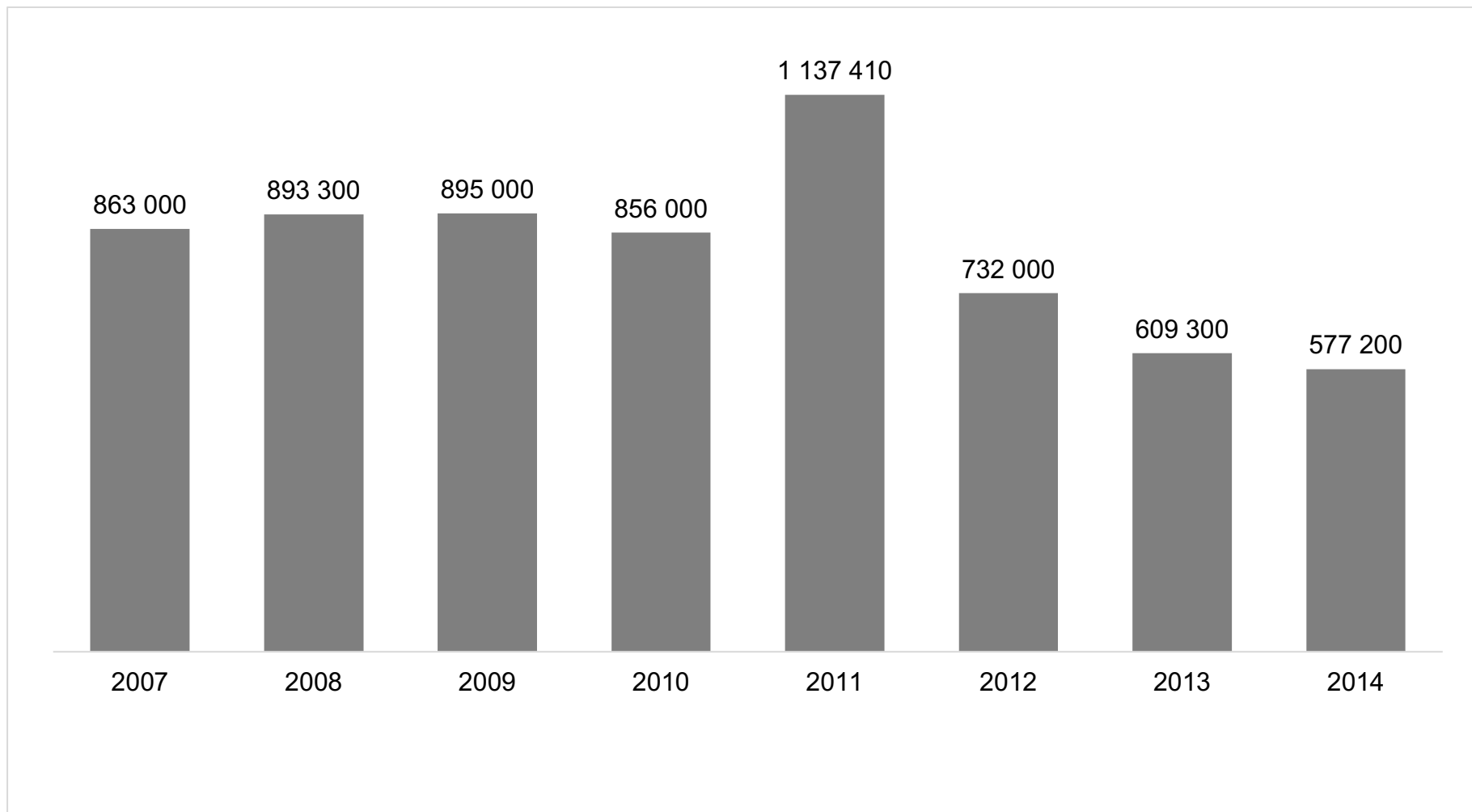
<sup>102</sup> Período de tempo com dados disponíveis, disponível no site do IPDJ

<sup>103</sup> Incluindo formações já agendadas para o ano de 2017



com os requisitos necessários para se adaptarem às necessidades, colocando em perigo a formação dos treinadores da sua área de intervenção.

Desta forma, o Estado como promotor e instalador dos processos necessita de intervir garantindo que a ferramenta, que inicialmente se via como uma melhoria nas qualificações e conseqüentemente do sucesso do desporto Português, não se traduz num grave problema que poderá originar a extinção de algumas modalidades por falta de cumprimento dos requisitos. Numa ótica financeira, com a implementação do Plano Nacional de Formação de Treinadores, esperava-se que também a Administração Pública reforçasse o apoio que é dado anualmente através do Programa 6 direcionado para formação de Recursos Humanos, o que não tem vindo a acontecer nos anos subsequentes à implementação do PNFT como é visível na Figura 9.



**Figura 9 - Total Anual de Participação Financeira por Programa - P6: Formação de Recursos Humanos**

Fonte: IPDJ, IP

**Tabela 11 - Modalidades com Cursos de Treinadores de Desporto Validados**

Fonte: IPDJ, I.P.

Modalidade		Grau I	Grau II	Grau III	c/ Assoc. Nac. Treinadores	Crescimento no nº Treinadores	c/ formações na componente específica p/ revalidação de TPTD
Andebol	Andebol	VD	VD	VD	✓		✓
Campismo e Montanhismo	Desportos de Montanha	VP	n.a	n.a			✓
	Pedestrianismo	VP	VP	VP			✓
	Canyoning	VP	VP				
Desportos de Inverno	Esqui Alpino	VD	VD				
	Snowboard	VD	VD				
Ginástica	Ginástica	VD	n.a.	n.a.	✓		✓
	Ginástica Acrobática	n.a.	VP				✓
	Ginástica Artística Feminina	n.a.	VP				
	Ginástica Artística Masculina	n.a.	VP				
	Ginástica para Todos	n.a.	VP				✓
	Ginástica Rítmica	n.a.	VP				✓
	Ginástica de Trampolins	n.a.	VP				✓
	Ginástica Tumbling	n.a.	VP				✓
	Teamgym		VP				✓
Hóquei	Hóquei	VD	VD				✓
Patinagem	Hóquei em Patins	VD	VD	VD	✓		✓
	Patinagem Artística	VD	VD				✓
	Patinagem de Velocidade	VD	VD				✓
Triatlo	Triatlo	VD	VD				
Equestre	Equitação Geral	VD	VD				✓
Karaté	Karaté	VD	VD		✓	✓	✓
Aikido	Aikido	VD	VP				✓

Artes Marciais Chinesas	Qi Gong	VP	VP	VP			✓
	San Da	VD	VP	VP			
	Tai Ji	VD	VP	VP			✓
	Wushu Kung Fu	VD	VP	VP			✓
Atividades Subaquáticas	Ativ. Subaq	VP					✓
Atletismo	Atletismo	VP	VD		✓		✓
Badminton	Badminton	VD	VD	VP	✓	✓	✓
Basquetebol	Basquetebol	VD	VD	VD	✓		✓
Boxe	Boxe	VP			✓	✓	
Canoagem	Canoagem	VD	VP				✓
Ciclismo	Ciclismo	VD	VD	VD			✓
Corfebol	Corfebol	VD	VD				✓
Dança Desportiva	Dança Desportiva	VD		n.a.			✓
	Danças Latinas	n.a	VP	VP			
	Danças Standard	n.a	VP	VP			
Desporto para Pessoas com Deficiência	Goalball	VD	VP				
	Boccia	VP	VP	VP			✓
Esgrima	Esgrima	VD	VD				✓
Futebol	Futebol	VP	VP	VP	✓		✓
	Futsal	VP	VP	VP			✓
Golfe	Golfe	VD	VD	VD	✓		✓
Judo	Judo	VP	VP		✓		✓
Kickboxing e Muaythai	Kickboxing e Muaythai	VP					✓
Lutas Amadoras	Lutas Amadoras	VP			✓		
Motonáutica	Motonáutica	VP	VP				✓
Natação	Natação	VD	n.a.	n.a.	✓	✓	✓
	Natação Pura	n.a.	VD	VP			✓
	Natação Sincronizada	n.a.	VD	VP			✓
	Polo Aquático		VP	VP			✓
Orientação	Orientação	VD	VP				✓
Pentatlo Moderno	Pentatlo Moderno	VD	VP	VP			✓
Pesca Desportiva	Pesca Desportiva	VP				✓	

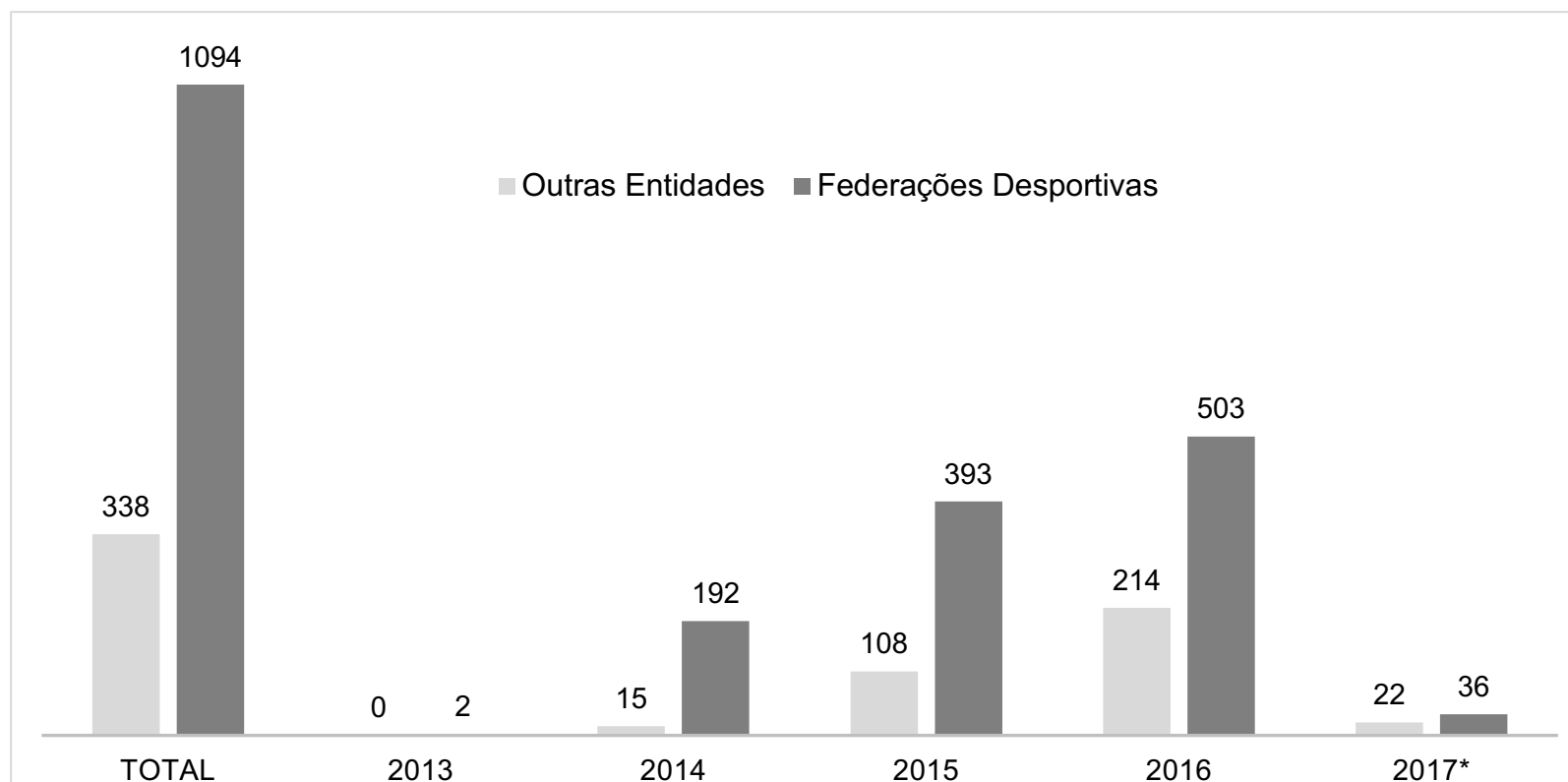
Petanca	Petanca	VP	VP				✓
Remo	Remo	VP			✓		✓
Râguebi	Râguebi	VD	VD	VP	✓	✓	✓
Surf	Surfing	VD					
Taekwondo	Taekwondo	VD	VD	VP	✓		✓
Ténis	Ténis	VD	VD	VP	✓		✓
	Padel	VP					
Ténis de Mesa	Ténis de Mesa	VD	VD		✓		✓
Tiro	Tiro	VP	VP		✓	✓	
Tiro com Armas Caça	Tiro com Armas de Caça	VP					✓
Tiro com Arco	Tiro com Arco	VD					
Vela	Vela	VD	VP	VP	✓		
Voleibol	Voleibol	VD	VD	VD	✓		✓
Xadrez	Xadrez	VP	VP				✓

VD (validação definitiva) - Atesta o cumprimento das normas e premissas regularmente definidas; VP (validação provisória) - É o estado que antecede a realização do 1º curso/grau de formação de acordo com o novo figurino no âmbito do Programa Nacional de Formação de Treinadores; n.a. (não aplicável).

**Tabela 12 - Federações não consideradas no quadro com cursos de treinadores de desporto validados e número de treinadores ativos**

Fonte: IPDJ, IP.

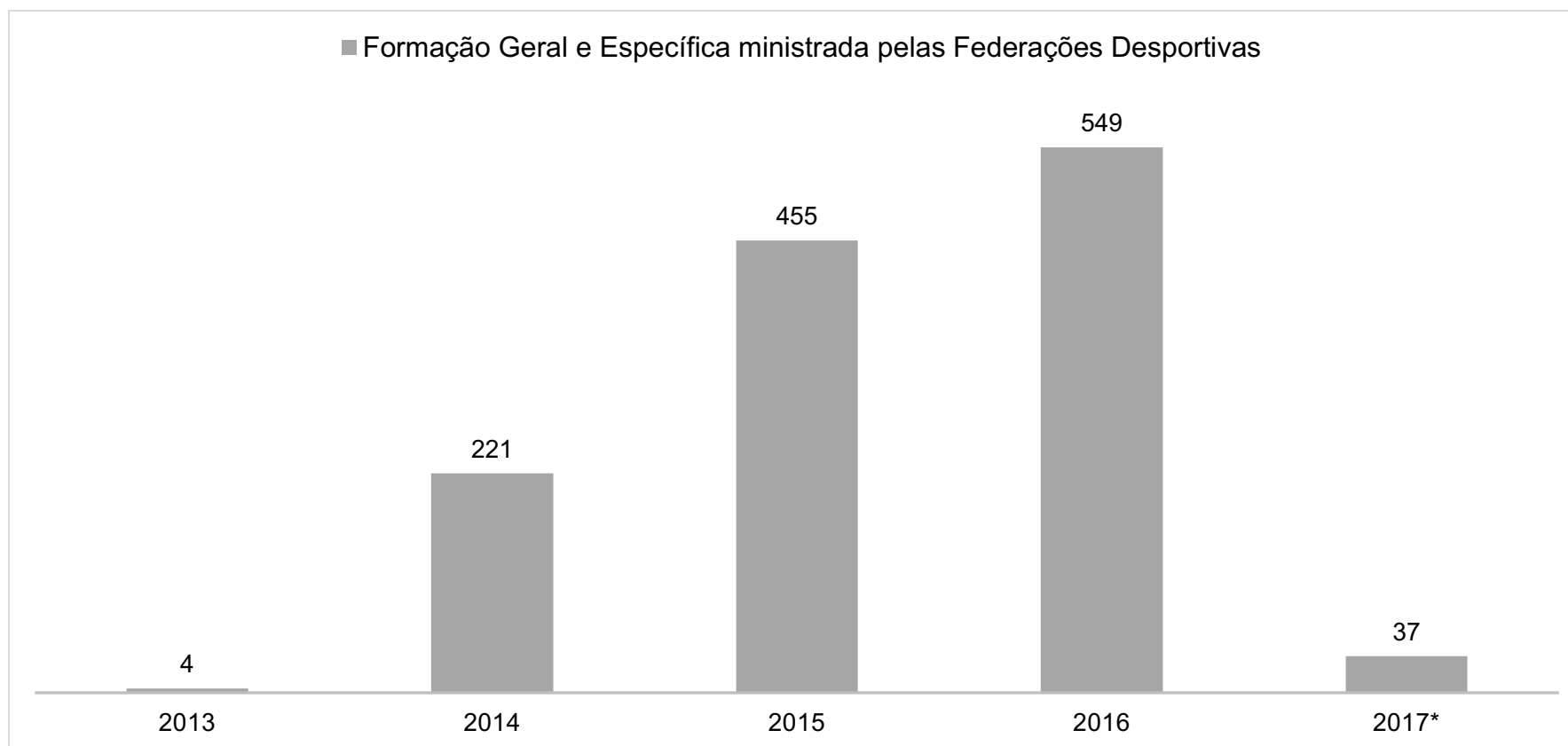
Modalidades	Treinadores Ativos	
	2011	2014
Aeromodelismo	115	87
Aeronáutica	-	
Arqueiros e Besteiros	-	
Automobilismo	0	0
Basebol e Softbol	-	
Bilhar	2	2
Bridge	0	0
Budo	-	
Columbofilia	0	0
Cultura Física	-	
Damas	0	16
FADU	não aplicável	
Halterofilismo	-	
Hovercraft	-	
Jet Ski	-	
Minigolfe	9	16
Motociclismo	0	
Paraquedismo	59	94
Pesca de Alto Mar	0	
Ski Náutico	-	
Squash	-	
Triatlo	73	74
Voo Livre	33	41



**Figura 8 - Formação Específica ministrada por federações e outras entidades no âmbito da renovação do Título Profissional de Treinadores Desportivos**

\* Inclui as formações já agendadas para o ano de 2017, no entanto, ainda não ministradas

Fonte: IPDJ, I.P.



**Figura 9 - Formação Específica e Geral ministrada por Federações Desportivas no âmbito da renovação do Título Profissional de Treinadores Desportivos**

\* Inclui as formações já agendadas para 2017

Fonte: IPDJ, I.P.



Retiramos dos dados anteriormente apresentados que o envolvimento de especialistas por via académica para a criação das diretrizes do PNFT foi considerado, atestando qualidade ao programa, no entanto, este modelo poderia beneficiar ainda mais com o envolvimento do ensino superior também para a sua aplicação prática. Desta forma seria possível solucionar dificuldades financeiras, qualitativas e de deslocalização com que algumas federações se deparam. Por outro lado, este modelo de formação, para federações mais organizadas, assenta numa ideia oportunidade de negócio em que obriga os treinadores a pagarem as suas formações, sob pena de não poderem continuar enquadrados no sistema desportivo, que de outra forma também não permitiria a oferta de formação em territórios mais isolados. Por sua vez, os profissionais deparam-se com valores de formação que excedem as capacidades dada a realidade das remunerações a que estão sujeitos, sobretudo aqueles que saem do ensino superior, com formação financiada em grande parte pelo Estado, e que não é reconhecida pelas federações desportivas.

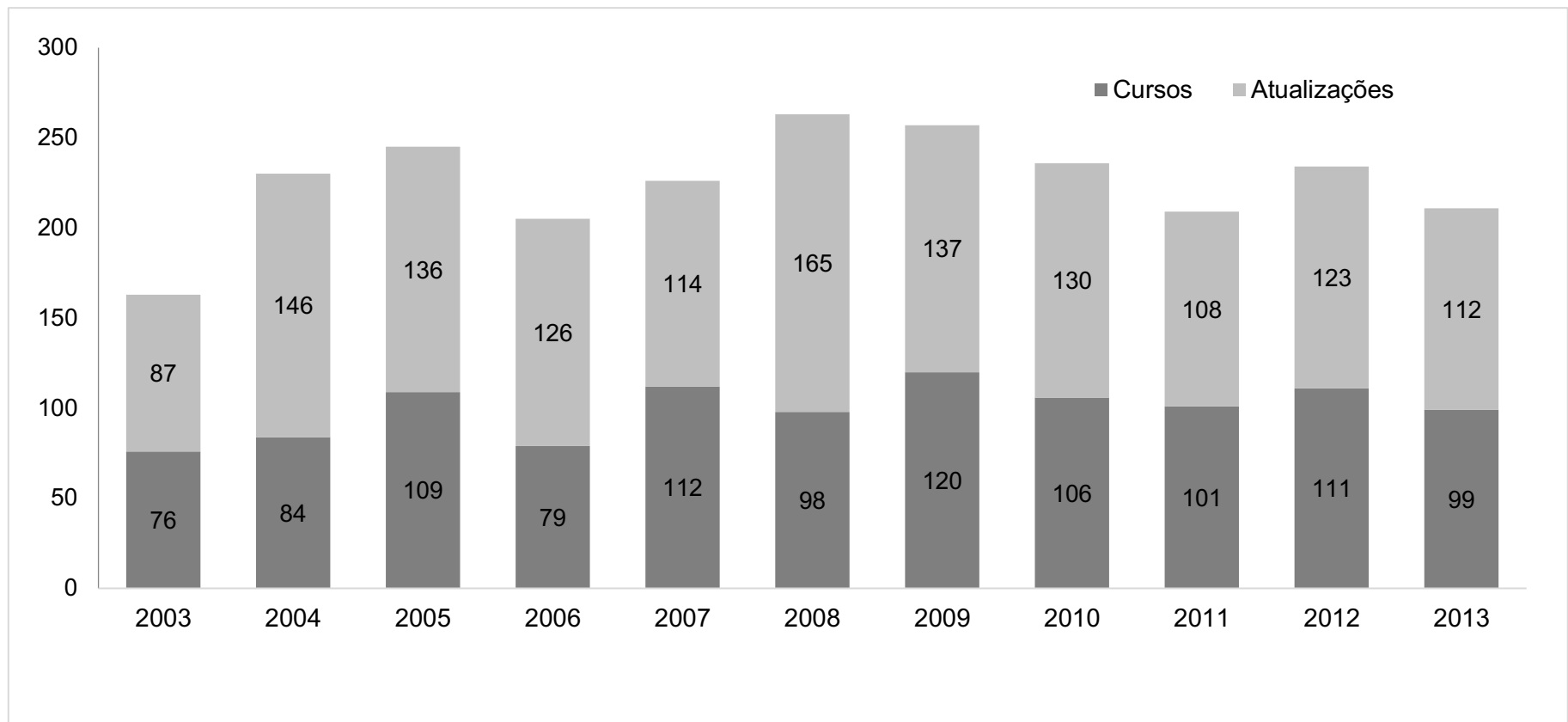
Existe também uma falta de clareza por parte de quem gere o PNFT da realidade de todas as federações desportivas, falta implementação prática em todas as bases de atuação, colocando em risco determinadas modalidades desportivas por falta de treinadores acreditados. A diminuição do número de profissionais não conducentes com o aumento do número de praticantes, que foi demonstrado no primeiro estudo. Mas mais que uma ausência de treinadores é a incapacidade de dar ao sistema a prontidão de cumprir os requisitos que decorrem do plano de formação. É preocupante que existam barreiras à formação de treinadores no desporto, uma base fundamental para que a prática e qualidade da prática exista.

#### **4.3.7. Estatísticas da formação de árbitros e juizes**

Os árbitros em Portugal estão dependentes das federações desportivas no que diz respeito à formação para árbitro nacional e das federações europeias e mundiais para as formações internacionais. Esta é uma área onde cada um dos árbitros pode livremente gerir a sua carreira, nomeadamente na sua ligação à federação

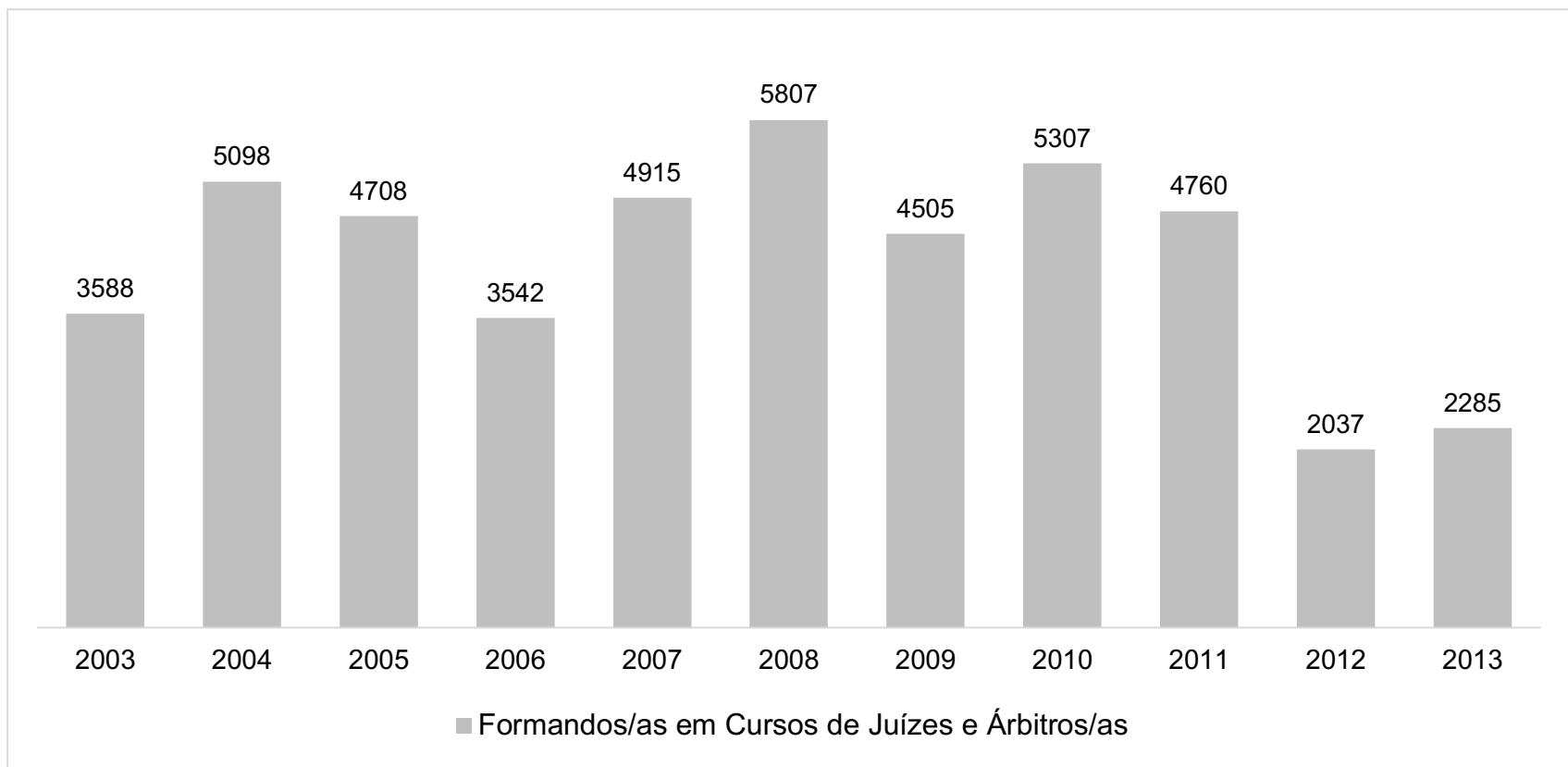
da modalidade, ou associação de árbitros nacional ou distrital ou, por sua vez, às estruturas internacionais que detêm cada uma das modalidades. Este número tem vindo a decrescer, registando no ano de 2007, 47289 árbitros e juízes e em 2014, 36457 árbitros e juízes, menos perto de onze mil árbitros.

As estatísticas em Portugal revelam que, não tem havido grandes oscilações no número de cursos e atualizações direcionadas para os árbitros, como ilustra a Figura 8. Por outro lado, olhando para a figura 13, percebemos que no que diz respeito ao número de formandos em cursos de juízes e árbitros decaiu acentuadamente nos últimos. O ano de 2011, que já representava uma descida em comparação com o ano anterior, decresce em 57% o número de árbitros na passagem para o ano de 2012, queda que em 2013 alcançou uma pequena recuperação.



**Figura 10 - Número Total de Cursos e Atualizações de Juizes e Árbitros/as**

Fonte: IPDJ, I.P.



**Figura 11 - Total de Formandos em Cursos de Juizes e Árbitros**

Fonte: IPDJ, I.P.

Iniciativas como a que teve a Federação de Andebol de Portugal na época 2004/2005 em conjunto com o Gabinete de Coordenação do Desporto Escolar devem ser replicadas e tidas como exemplo neste campo de formação. A iniciativa passou por incentivar jovens do ensino secundário a realizarem formações de arbitragem na modalidade de andebol ministradas e orientadas pelos professores dos agrupamentos/ escolas<sup>104</sup> que posteriormente poderiam dar continuidade às formações perfazendo os requisitos para alcançar os vários níveis de árbitro, sendo que o projeto ia até ao nível de árbitro nacional<sup>105</sup>, potenciando assim as valências já adquiridas. É um exemplo de boa prática, que infelizmente pelo que há conhecimento não teve continuidade até aos dias de hoje.

#### **4.3.8. Formação e Desporto Escolar**

Os inúmeros profissionais que saem anualmente do ensino superior dão resposta não apenas ao sistema desportivo como também ao ensino primário, básico e secundário. A sua formação responsabiliza-os para uma importante fase de formação da criação e do jovem que é fundamental para a ligação do individuo ao desporto para o resto da vida. Ciente desta importante tarefa, a Administração Pública através do desporto escolar assumiu este compromisso de dotar os seus profissionais de mais valência e formação continua para disponibilizar à sociedade. Apesar de ser uma medida recente, a Direção Geral da Educação, através da Coordenação do Desporto Escolar, iniciou, em 2013, o registo do número de docentes envolvidos no desporto escolar e a promoção de ações de formação para este público-alvo<sup>106</sup>. Em 2015 iniciou-se também dentro do projeto de formação a semana nacional de formação que pretende durante

---

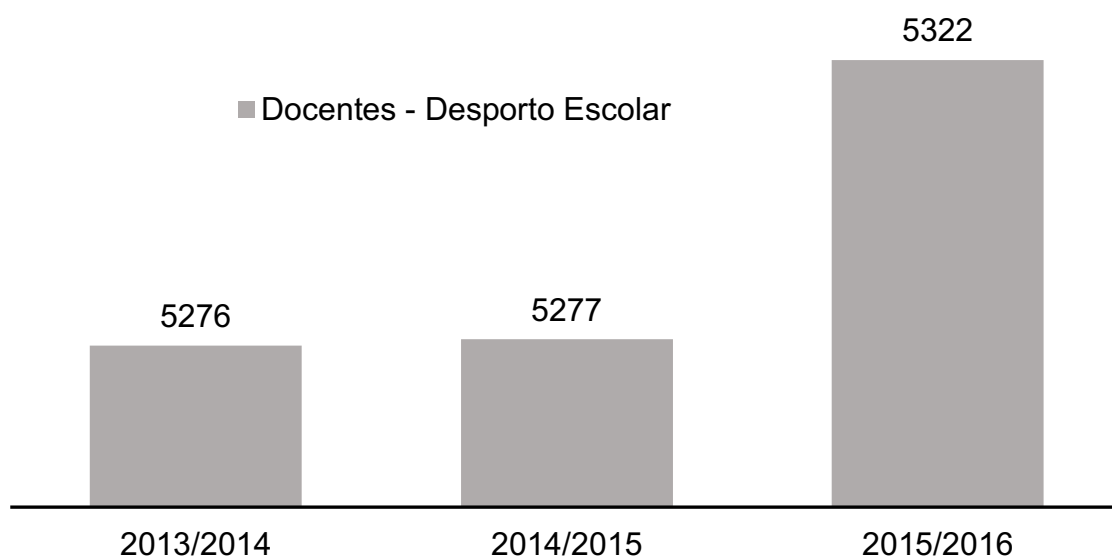
<sup>104</sup> E. Coelho, P. Espessada, (2006). *Formação de Juizes, Documento Orientador – Andebol, Fase Escola*. Ministério da Educação e Desporto Escolar

<sup>105</sup> E. Coelho, P. Espessada, (2006). *Formação de Juizes, Documento Orientador – Andebol, Fase Escola*. Ministério da Educação e Desporto Escolar

<sup>106</sup> Direção Geral do Ensino Superior. *Dados Estatísticos*. DGES. Lisboa

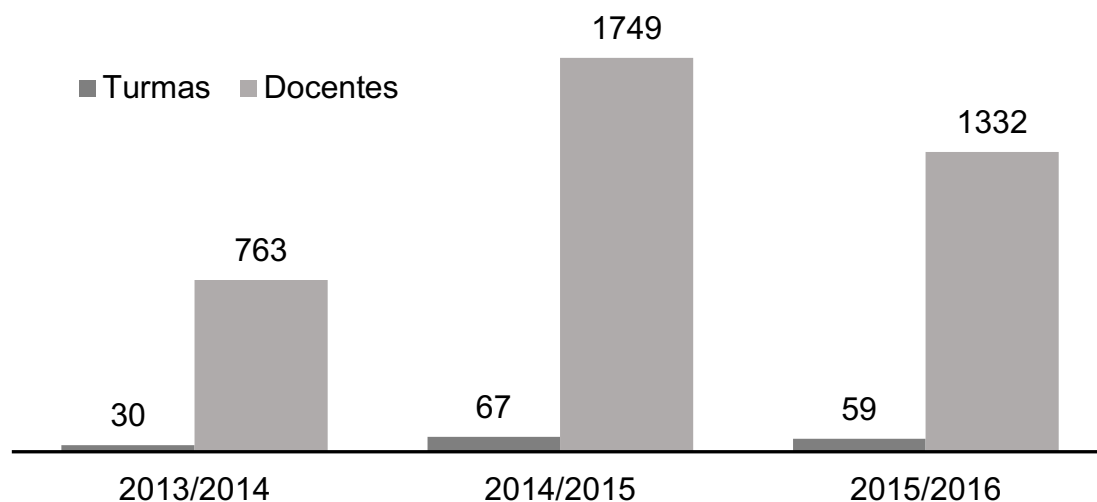
aproximadamente 4 dias, dotar os docentes de formação específica e geral para cada modalidade, sobretudo no que toca aos valores e benefícios do desporto para os jovens.

A coordenação do desporto escolar, embora dependente do sistema desportivo e dos quadros docentes das escolas portuguesas, regista ao longo dos anos, um aumento de docentes com atividade no desporto escolar, como ilustra a Figura 14, e para além do aumento de ações de formação, também têm sido mais os docentes que têm participado, apesar de o ano letivo de 2014/ 2015 ser o que regista um maior número de turmas e docentes em formações, como ilustra a Figura 15.



## Figura 12 - Nº de docentes envolvidos no desporto escolar em Portugal

Fonte: Direção Geral da Educação



## Figura 13 - Número de formações e docentes em formações promovidas pela direção geral - Coordenação do Desporto Escolar

Fonte: Direção Geral da Educação

A rentabilização destes recursos humanos é essencial para o sistema desportivo. Um exemplo disso será o acompanhamento de uma criança ou de um jovem que demonstre aptidões especiais para uma determinada modalidade e possa ser encaminhado para onde está mais vocacionado. A iniciativa FITescola<sup>107</sup> surge como uma ferramenta que pode auxiliar numa identificação mais processual, monitorizar a aptidão e a atividade física dos jovens portugueses, em idade escolar e otimizar o processo de formação desportiva, no

---

<sup>107</sup> Promovida pela Direção Geral da Educação em colaboração com a Faculdade de Motricidade Humana da Universidade de Lisboa em 2013 e com associação do Comité Olímpico de Portugal em 2015

entanto, não se percebe exatamente de que forma os resultados poderão beneficiar os utilizadores, havendo ainda uma lacuna nos resultados que poderão advir da utilização desta plataforma.

O desporto escolar parece estar a dar os primeiros passos no contexto formativo dos docentes através dos planos de formação, que, por conseguinte, têm impacto e uma grande responsabilidade na promoção do desporto como hábitos para a vida. Importa deixar a referência, que numa organização estruturada, seria este, o momento de deteção de talentos e um encaminhamento devido para o sistema desportivo, conseguindo que todos os outros no seio do sistema educativo, ganhassem o gosto pelo desporto e pudessem encontrar no desporto escolar uma forma de prática desportiva regular, ajustada às vontades e necessidades. É importante, que o programa de formação da Coordenação do Desporto Escolar consiga assumir esta função e coordenar-se com o sistema desportivo criando as sinergias necessárias para que o abandono significativo que existe no final do ensino secundário e a entrada para o ensino superior se torne cada vez menor.

#### **4.3.9. Discussão**

É notória uma falta de sinergias entre os sistemas, desportivo e de ensino. Este facto reflete-se consideravelmente na investigação na área da rede das Ciências do Desporto, de um ponto de vista da falta de massa crítica nas Universidades Portuguesas, com a agravante da falta de investimento da FCT, e por outro lado, por falta de procura e exigência por parte do sistema desportivo. Existe também uma falta de aproveitamento dos meios, recursos e dispersão geográfica que o sistema educativo pode fornecer para a formação de agentes desportivos, bem como, um subaproveitamento dos profissionais que saem anualmente do ensino superior. A criação de um modelo misto, que permita que ambos os sistemas beneficiem mutuamente, aproximando a realidade conceptual da realidade prática é uma oportunidade para esta realidade. Desta forma, será possível formar profissionais de acordo com as necessidades do sistema desportivo



valorizando esta área de formação. O sistema desportivo, por si só, não consegue garantir um desenvolvimento desportivo sustentável, faltando-lhe a investigação como garantia de evolução.

Para além deste facto, na área da formação tanto de dirigentes como de treinadores, deveria o sistema de ensino ser o crivo de qualidade para a garantia de qualidade destes agentes desportivos. Pautamo-nos pelo sistema de ensino de qualidade instituído em Portugal, mas por outro lado, não lhe atribuímos a devida importância quando queremos um sistema desportivo mais qualificado e com qualidade.

Ainda nesta ótica, pode também o sistema de ensino servir, através do desporto escolar, de meio para realização dos estágios de treinadores em cursos ministrados pelas federações. A escola estar disponível para receber a comunidade desportiva e assegurar os estágios dos cursos de treinadores, com a grande vantagem de o sistema de ensino está presente em todo o território nacional.

Os dirigentes em Portugal não estão sujeitos a uma formação competente e estão à frente de estruturas que são incumbidas pelo estado de servir a sociedade. Não existe uma preocupação na formação de dirigentes e os dirigentes não se preocupam com a sua formação no âmbito do dirigismo desportivo. Não lhes é proporcionado um sentido de carreira o que acaba por se tornar redutor. No entanto, é difícil aceitar que uma posição de liderança e uma federação continue a estar dependente da disponibilidade, formação, conhecimento de quem a assume em vez de depender da qualidade e qualificação de quem a assume. Deve este percurso ser alvo de um sistema que privilegie o mérito e a qualidade e que garanta a rigorosa gestão do financiamento público ao desporto.

A necessidade de identificar diferentes soluções no âmbito da qualificação de recursos humanos no desporto, é suportada, sobretudo, pelas tendências anuais de variação quer dos treinadores, que estão a diminuir, quer dos dirigentes, que estão a diminuir e dos árbitros e juízes, que apresentam uma presença volátil, mas ainda assim insuficiente, que não se coaduna com as estatísticas de aumento da prática desportiva da população. Facto é, que este aumento não é acompanhado de um aumento do enquadramento, o que fragiliza o sistema desportivo.

## 5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

### 5.1. Introdução

Pretendeu-se com o presente trabalho proporcionar mais um contributo para a compreensão da problemática subjacente à caracterização e análise crítica de indicadores ilustrativos da participação desportiva da população portuguesa, assim como discutir determinantes subjacentes a essa mesma participação desportiva. A análise do desenvolvimento desportivo em Portugal foi baseada num conjunto de indicadores que lhe estão subjacentes e que refletem, para além do panorama nacional, a exposição das principais fraquezas do sistema desportivo, bem como dos seus pontos fortes. Em síntese, o presente estudo teve como foco principal e foi guiado pela procura de diretrizes que possam conduzir o sistema desportivo português a soluções mais promissoras.

Com este objetivo geral presente, a análise do desenvolvimento desportivo em Portugal centrou-se sobretudo na análise dos seguintes pontos:

- Caracterização dos praticantes desportivos em Portugal e respetiva distribuição em função da idade, sexo, modalidades e demografia;
- Caracterização da prática desportiva nas escolas do ensino básico e secundário;
- Identificação de diferenças entre homens e mulheres relativamente ao número de praticantes federados;
- Identificação de diferenças entre homens e mulheres relativamente à participação em provas desportivas internacionais;
- Identificação de diferenças entre homens e mulheres relativamente ao número de treinadores de desporto;
- Identificação de diferenças entre homens e mulheres relativamente aos dirigentes nos órgãos sociais em federações com utilidade pública desportiva;
- Identificação de diferenças entre homens e mulheres relativamente a árbitros e juízes nas modalidades desportivas;

- Identificação de boas práticas internacionais de promoção da igualdade de género na participação desportiva;
- Identificação de indicadores da qualificação do desporto em Portugal nomeadamente no que respeita à investigação, ao ensino, à formação de treinadores ou de árbitros e juizes.

## 5.2. Conclusões

Atendendo aos pontos em análise neste estudo, é importante referir que Portugal apresenta um crescimento na prática desportiva entre o período de 1996 e 2014, que corresponde a um período de reduzida variação do crescimento da população, que o torna quase nulo. Apesar da tendência ser de crescimento, estamos ainda na cauda da Europa no que diz respeito à participação desportiva. Os escalões mais jovens, são os que mais têm contribuído para este aumento, sendo que, os homens são os que mais praticam desporto e o período de significativo decréscimo da prática feminina coincide com o período de entrada na faculdade. No que diz respeito à participação por modalidade, as modalidades coletivas atraem tendencialmente os praticantes mais jovens, enquanto as individuais, os praticantes dos grupos etários mais elevados. A atividade do desporto escolar aparece como uma oportunidade de acesso à prática, tendo apresentado durante os anos em que houve recolha de dados um crescimento, ainda que pouco acentuado. Existem apenas duas federações com um número de praticantes femininos superior ao masculino, a Federação de Ginástica e a de Voleibol e na generalidade, a participação masculina é largamente superior à feminina em todas as restantes modalidades, destacando-se apenas a natação como aquela que consegue praticamente igualar a participa o entre sexos. Os valores comparativos, indicam que ao longo dos anos não têm sido implementadas estratégias para alterar a tendência de *masculinidade* na prática desportiva. Também no dirigismo, na arbitragem e no treino se verifica o envolvimento significativamente mais marcante do sexo masculino. Todos os dados sugerem que   urgente a implementa o de medidas que contrariem estes factos, sendo que as boas práticas apresentadas no estudo, podem ser

pontos de partida para essa ação. A área das ciências do desporto é uma área carente de investigação independente, por falta de apoio da estrutura competente, este facto associado à falta de sinergias entre o sistema desportivo e o sistema de ensino comprometem só por si o crescimento e desenvolvimento do desporto em Portugal. Vários obstáculos foram encontrados e apresentados ao longo do estudo que levam a identificar este, como o grande inibidor do desenvolvimento que tanto urge no nosso país.

Em consonância com estes dados, é visível que existe uma necessidade de aproveitar as estruturas da rede de ensino básico, secundário e superior, que já apresentam as condições estruturais e organizacionais para proporcionar uma participação desportiva de qualidade e dotá-las dos meios e recursos necessários, bem como reafirmar o papel do desporto na formação dos jovens. A aproximação do sistema desportivo ao sistema de ensino é uma relação de “*win win*”, por um lado poderá haver um reforço qualitativo desta área de atuação e investigação nos estabelecimentos de ensino e por outro lado o sistema desportivo pode beneficiar de uma estrutura com total implementação territorial que em muito contribui para o seu desenvolvimento e capacidade de chegar a toda a população, sobretudo escalões etários mais jovens. Esta é também uma estratégia de rentabilizar os recursos humanos qualificados que já se encontram no sistema de ensino, para aconselhamento, orientação, captação e sensibilização dos jovens para a prática desportiva. As contantes alterações ao papel da educação física no sistema de ensino, têm inevitavelmente, acabado por o descredibilizar. A educação física na formação das crianças e dos jovens deve, pelo contrário, ser reforçada com a criação de sinergias com o sistema desportivo, retirando qualquer dúvida quanto à importância desta área de atuação como forma de formação integral do cidadão.

É também nestas idades e com esta capacidade de atuação em todo o território nacional que poderão ser implementadas verdadeiras medidas que possibilitem o alcance dos vários escalões etários e sexos sem qualquer diferenciação, incidindo exatamente nos períodos que estão referenciados pelo abandono da prática, como demonstrado neste estudo. Oportunidade também para testar adaptações dos quadros competitivos que mais facilmente respondam às

características da população. Existem medidas, apresentadas neste estudo que podem ajudar a melhorar e influenciar positivamente a prática desportiva na generalidade dos grupos etários, no entanto, a incisão deve ser maioritariamente feita nos escalões mais jovens, entendendo-se que são as novas gerações que podem realmente criar hábitos de prática desportiva que venham a alterar significativamente o panorama desportivo nacional.

Um estudo continuo do comportamento da população no que diz respeito à prática desportiva é necessário, não deixando ao acaso os inúmeros dados que são recolhidos anualmente, sob pena de qualquer ação ou implementação de estratégias sejam feitas em vão por falta de resultados o real efeito que provocam no público-alvo.

A formação de agentes desportivos, deve ainda beneficiar, desta implantação do sistema de ensino, como forma de apetrechar todos os recursos humanos das mesmas valências, independentemente da sua zona de atuação profissional, podendo assim, haver um crescimento generalizado. Esta expansão é também uma oportunidade para aumentar a investigação como forma de garantir um desenvolvimento sustentável, utilizando a investigação como garantia de evolução.

Os profissionais que saem anualmente do ensino superior tem qualificações e devem ser rentabilizadas, encontrando outras soluções de os integrar sob pena de ser uma área que perca o interesse por falta de saídas profissionais colocando em risco esta importante área de formação. Um plano para a criação de sinergias entre estes dois sistemas poderá ser uma oportunidade para o seu enquadramento.

Portugal é dos poucos países que consagra o acesso à prática desportiva na Constituição Portuguesa, o que deveria só por si incutir uma maior responsabilização na sua organização e no alcance de níveis superiores de prática desportiva. No entanto, os principais objetivos são colocados em segundo plano, comprometidos pela necessidade de dar resposta a exigências que não se coadunam com o real propósito da criação das organizações desportivas. É importante que estas organizações se reencontrem e articulem a sua linha de ação com a sua real missão.

A Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto (Lei nº 5/2007, 16 de janeiro) conforme o seu artigo 1º, “define as bases das políticas de desenvolvimento da atividade física e do desporto”. Assim sendo, em jeito de conclusão e atendendo ao principal propósito desta investigação, que se propõe a analisar o desenvolvimento desportivo no território nacional, são utilizados vários artigos da Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto (LBAFD), como forma de paralelismo entre as conclusões que este estudo produziu e o que está já legislado.

O artigo 2º, referente aos princípios da Universalidade e Igualdade, é claro quanto à sua abrangência.

#### Artigo 2º

##### Princípios da Universalidade e da Igualdade

1— Todos têm direito à atividade física e desportiva, independentemente da sua ascendência, sexo, raça, etnia, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.

2— A atividade física e o desporto devem contribuir para a promoção de uma situação equilibrada e não discriminatória entre homens e mulheres.

No entanto, o presente estudo demonstra-nos valores desfasados quanto à igualdade entre homens e mulheres. As percentagens relativas ao ano de 2014 refletem uma participação feminina de 25% nos praticantes, 22% na arbitragem, 12% no dirigismo e 14% no treino. Até mesmo na constituição das comitativas Portuguesas aos Jogos Olímpicos, Portugal apresenta valores médios de 26% de participação feminina no total dos seus atletas, ao contrário daquilo que têm vindo a ser esforços encetados pelas comissões organizadoras em igualar a participação. Estes dados tornam-se ainda mais significativos, quando apresentamos uma população constituída por 43 mil mulheres a mais que homens. As diretrizes Europeias datam já o ano de 1981 como o início da implementação de diretrizes que previam uma maior participação das mulheres no desporto.

Também ao nível do território ainda não se chegou a uma adequação como está prevista na LBAFD.

#### Artigo 4º

##### Princípios da coesão e da continuidade territorial

1— O desenvolvimento da atividade física e do desporto é realizado de forma harmoniosa e integrada, com vista a combater as assimetrias regionais e a contribuir para a inserção social e a coesão nacional.

2— O princípio da continuidade territorial assenta na necessidade de corrigir os desequilíbrios originados pelo afastamento e pela insularidade, por forma a garantir a participação dos praticantes e dos clubes das Regiões Autónomas nas competições desportivas de âmbito nacional.

Os dados revelam que a prática desportiva está localizada junto dos grandes centros urbanos, nomeadamente, Lisboa, Porto, Aveiro e Setúbal, continuando a comprometer o interior e sul do país.

De forma a melhor enquadrar a promoção da atividade física, importa perceber as tendências na constituição da população portuguesa.

#### Artigo 6º

##### Promoção da atividade física

1— Incumbe ao Estado, às Regiões Autónomas e às autarquias locais, a promoção e a generalização da atividade física, enquanto instrumento essencial para a melhoria da condição física, da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos.



Os dados demonstram que tem vindo a ocorrer um envelhecimento da população, conforme foi possível retirar dos dados publicados pela plataforma de estatísticas disponíveis em Portugal<sup>108</sup>. Em 1971, o escalão com mais população localizava-se entre os 0 e os 9 anos, enquanto atualmente se situa entre os 40 e os 49. (ver o 2018) Portugal apresenta uma participação desportiva que ronda os 30%, sabendo que os países da Europa com níveis superiores de participação rondam os 90%<sup>109</sup>. Os mais jovens são os que mais praticam desporto em Portugal, no entanto existe uma ineficiência de manutenção destes praticantes quando se aproximam dos escalões de especialização. Por sua vez a prática desportiva nos veteranos, tem vindo a aumentar e indica-nos que este escalão opta apenas pela prática de modalidades individuais. Estes são sinais do tempo, que a população tem vindo a adotar e que devem ser tidos em conta para a promoção da atividade física, seja ao nível nacional, seja ao nível local.

#### Artigo 7º

##### Desenvolvimento do desporto

1— Incumbe à Administração Pública na área do desporto apoiar e desenvolver a prática desportiva regular e de alto rendimento, através da disponibilização de meios técnicos, humanos e financeiros, incentivar as atividades de formação dos agentes desportivos e exercer funções de fiscalização, nos termos da lei.

As federações desportivas têm a sua quota de responsabilidade neste acompanhamento e atuação ao nível do desenvolvimento desportivo.

---

<sup>108</sup> Censos 2010, INE e PORDATA

<sup>109</sup> European Commission. (2010). Special Eurobarometer 334 on sport and physical activity. Acedido em 5 fevereiro de 2015, em [ec.europa.eu/](http://ec.europa.eu/); European Commission. (2018). Special Eurobarometer 472 on Sport and physical activity. Acedido em 2 de outubro de 2018, em [ec.europa.eu/](http://ec.europa.eu/)

Sendo certo, porém, que, se veem assoberbadas com as várias frentes às quais têm de dar resposta, sem que o financiamento público, suprima essas necessidades. Um dos exemplos está na promoção da formação, que se quer de mais qualidade e quantidade, não apenas para os treinadores, mas também, para os restantes recursos humanos que gerem os caminhos das modalidades e das instituições.

Ao nível da política de infraestruturas, segundo o Eurobarómetro (2010), em Portugal é dada prioridade na canalização de recursos financeiros afetos às infraestruturas e à preparação das equipas olímpicas, em detrimento da promoção da generalização da atividade física.

#### Artigo 8º

##### Política de infraestruturas e equipamentos desportivos

1 — O Estado, em estreita colaboração com as Regiões Autónomas e com as autarquias locais e entidades privadas, desenvolve uma política integrada de infraestruturas e equipamentos desportivos com base em critérios de distribuição territorial equilibrada, de valorização ambiental e urbanística e de sustentabilidade desportiva e económica, visando a criação de um parque desportivo diversificado e de qualidade, em coerência com uma estratégia de promoção da atividade física e desportiva, nos seus vários níveis e para todos os escalões e grupos da população.

2— Os instrumentos de gestão territorial devem prever a existência de infraestruturas de utilização coletiva para a prática desportiva.

É recente o grande investimento que foi feito em Centros de Alto Rendimento (CAR) em Portugal, tal como demonstrado anteriormente. No entanto, sabemos que este tipo de infraestruturas não serve à maioria da população como prevê o Artigo 8º da LBAFD. No entanto, estas e outras medidas têm de ser sustentadas pelas prioridades que se querem para o desporto e só é possível com base numa recolha precisa da situação atual do desporto. Trabalho que poderia ser em muito facilitado com a finalização da Carta Desportiva Nacional.

Artigo 9º  
Carta Desportiva Nacional

1— A lei determina a elaboração da Carta Desportiva Nacional, a qual contém o cadastro e o registo de dados e de indicadores que permitam o conhecimento dos diversos fatores de desenvolvimento desportivo, tendo em vista o conhecimento da situação desportiva nacional, nomeadamente quanto a:

- a) Instalações desportivas;
- b) Espaços naturais de recreio e desporto;
- c) Associativismo desportivo;
- d) Hábitos desportivos;
- e) Condição física das pessoas;
- f) Enquadramento humano, incluindo a identificação da participação em função do género.

Ferramenta que de acordo com o cronograma do Grupo de Trabalho para o efeito estava prevista iniciar a sua implementação em 2015. Neste caso concreto, o sistema de ensino poderia suprimir necessidades, sendo o meio privilegiado para o desenvolvimento de conhecimento e informação.

De acordo com o Artigo 10º da LBAFD, estaria prevista uma estreita relação entre as instituições de ensino superior e o Estado na recolha, tratamento de dados e investigação, necessária à garantia da evolução, que em muito iria beneficiar o sistema desportivo nacional.

## Artigo 10º Investigação

O Estado, em colaboração com as instituições de ensino superior, promove e apoia a realização de estudos e trabalhos de investigação sobre os indicadores da prática desportiva e os diferentes fatores de desenvolvimento da atividade física e do desporto.

Ainda respeitante à rede de ensino, não deve ser esquecida a sua missão de serviço público<sup>110</sup>, através da qual o acesso ao desporto ainda não está democratizado. Nem mesmo o desporto escolar apresenta uma abrangência significativa, apresentando cerca de 17% de participação, mesmo sendo uma oferta desportiva sem custos e onde a escolha pode ser feita de acordo com a motivação.

### 5.3. Recomendações

A reflexão efetuada no presente trabalho atesta que não estamos perante uma questão legislativa ou normativa, mas sim, que se exige a tomada de posições e medidas efetivas e sustentadas que contrariem o atual decorrer do sistema. Sendo certo que para isso é necessária a recolha criteriosa de dados e que as decisões sejam todas em conformidade com os objetivos e princípios que se querem para o desporto nacional.

O modelo atual não está a produzir indicadores desportivos suficientemente positivos e deve ser repensado. O modelo organizacional necessita de um investimento estratégico e efetivo de forma a assegurar o futuro da prática desportiva. Este trabalho deve ser feito à imagem do que já acontece em vários países da Europa. Estes conseguem ajustar-se às diretrizes da União Europeia

---

<sup>110</sup> Decreto-Lei nº75/2008 de 22 de abril. *Diário da República n.º 79/2008, Série I de 2008*.  
Ministério da Educação. Lisboa

para o desporto, enquadrando-se naquilo que é o Modelo Europeu do Desporto. Portugal está ainda subjugado a um modelo próprio que não atesta progressos ao nível do desenvolvimento desportivo.



## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida C., Cruz, I. (2010) Treinadoras: dirigir outros desafios situação das treinadoras em Portugal. Associação Portuguesa de Mulheres no Desporto. Queijas.
- Comissão Europeia (2012). Conclusões do Conselho e dos Representantes dos Estados-Membros, reunidos no Conselho, de 27 de novembro de 2012, sobre o reforço da base factual para a elaboração de políticas desportivas, Jornal Oficial da União Europeia.
- Comité Olímpico de Portugal (2015). Valorizar e afirmar socialmente o desporto: Um desígnio nacional. Acedido em 28 de outubro de 2016, em: [comiteolimpicoportugal.pt](http://comiteolimpicoportugal.pt)
- Confederação do Desporto de Portugal. (2002). O Modelo europeu do desporto: Documento de reflexão da Comissão Europeia. 1ª Edição, Confederação do Desporto de Portugal. Algés
- Confederação do Desporto de Portugal. (2002). O Papel das federações na concepção do modelo europeu do desporto. 1ª Edição, Confederação do Desporto de Portugal. Algés
- Constantino J. (2006). Desporto – Geometria de Equívocos. 3ª Edição, Livros Horizonte. Lisboa.
- Correia, L., Relógio L., (2016). O Novo Regime Jurídico das Federações Desportivas. 2ª Edição, Vida Económica. Lisboa
- Council of Europe (2010). Recommendation of the Committee of Ministers to member states on the revised Code of Sports Ethics, 1088th meeting of the Ministers' Deputies. Committee of Ministers.
- Council of Europe. (2001). European sports charter, artº 2º. Committee of Ministers.
- Council of Europe. (2015). Equality between Women and Men. Acedido em: 15 de março de 2016, em: [www.coe.int/equality](http://www.coe.int/equality)
- Creswell J. (2008). Educational research: Planning, conducting, and evaluating quantitative and qualitative research (3rd ed.). Upper Saddle River, NJ:

Pearson Education, Inc.

- Dechavanne, N. and Hartmann-Tews, I. (2001). Sport Development and Inclusion of Women in France. Em: Hartmann-Tews, I., Pfister, G. (2003). Sport and Women – Social issues in international perspective. International Society for Comparative Physical Education and Sport. 1: 70-82
- E. Coelho, P. Espessada, (2006). Formação de Juízes, Documento Orientador – Andebol, Fase Escola. Ministério da Educação e Desporto Escolar
- Earle F. Ziegler. (2003). Socio-cultural foundations of physical education and educational sport.
- Enlarge Partial Agreement on Sport (2011). Gender Equality and (elite) Sport. Council of Europe. Strasbourg.
- European Commission. (2010). Eurobarometer, sport and physical activity, 2010. Acedido em 5 de fevereiro de 2016, em: [ec.europa.eu](http://ec.europa.eu)
- European Commission. (2010). Special Eurobarometer 334 on sport and physical activity. Acedido em 5 fevereiro de 2015, em [ec.europa.eu/](http://ec.europa.eu/)
- European Commission. (2013 e 2018). Special Eurobarometer on sport and physical activity. Acedido em 5 fevereiro de 2015, em [ec.europa.eu/](http://ec.europa.eu/)
- European Commission. (2014). Special Eurobarometer 412 on Sport and physical activity. Acedido em 5 de fevereiro de 2015, em [ec.europa.eu/](http://ec.europa.eu/)
- European Commission. (2018). Special Eurobarometer 472 on Sport and physical activity. Acedido em 2 de outubro de 2018, em [ec.europa.eu/](http://ec.europa.eu/)
- Ferreira, A. (2004). O ensino da Educação Física em Portugal durante o Estado Novo. Prespectiva, Florianópolis, v. 22 n. especial, p. 197-224
- Ferreira, F. (2004). Síntese da história do desporto. Em: Pires, G. (2004). Povos e culturas. Cultura e Desporto. N.º 9, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa Universidade Católica Portuguesa. Lisboa.
- Hall, M. (2003). Girls' and women's sport in Canada: from playground to podium. Em: Hartmann-Tews, I., Pfister, G. (2003). Sport and Women – Social issues in international perspective. International Society for Comparative Physical



- Education and Sport. 1: 161-178
- Hartmann-Tews, I., Luetkens, S. (2001). The inclusion of women into the German sport system. Em: Hartmann-Tews, I., Pfister, G. (2003). Sport and Women – Social issues in international perspective. International Society for Comparative Physical Education and Sport. 1: 53-69
- Hartmann-Tews, I., Pfister, G. (2003). Sport and Women – Social issues in international perspective. International Society for Comparative Physical Education and Sport. 1: 266-280
- Hartmann-Tews, I., Pfister, G. (2003). Sport and Women – Social issues in international perspective. International Society for Comparative Physical Education and Sport. New York
- Instituto do Desporto de Portugal, IP, (2011). Referências de formação geral, programa nacional de formação de treinadores, IDP,IP. Lisboa
- Instituto do Desporto de Portugal, IP. (2009), Orientações da União Europeia para a Atividade Física, Políticas recomendadas para a promoção da Saúde e do Bem-Estar. Instituto do Desporto de Portugal, IP
- Instituto Nacional de Estatística (2015). Revista de Estudos Demográficos. Acedido em 1 de outubro de 2015, em <http://www.ine.pt>
- International Olympic Committee. 2016. Factsheet women in the olympic movement. Acedido a 15 de novembro de 2015, em: [https://stillmed.olympic.org/Documents/Reference\\_documents\\_Factsheets/Women\\_in\\_Olympic\\_Movement.pdf](https://stillmed.olympic.org/Documents/Reference_documents_Factsheets/Women_in_Olympic_Movement.pdf)
- International Year of Sport and Physical Education (2005). 2nd Magglingen Conference on Sport and Development - Promoting gender equity through sport. Magglingen.
- IWG (2014) Helsinki calls the world of sport to lead the change, be the change. 6th IWG World Conference on Women and Sport. Helsinki.
- Cotê, J. et al (2016), Evidence-based policies for youth sport program, International Journal of Sport Policy and Politics, 8: 51-65
- Laker, A. et al (2002). The sociology of sport and physical education: An

- introduction. 1st edition, RoutledgeFalmer, New York.
- Marivoet, S. (2000). Práticas desportivas na sociedade portuguesa (1988-1998). Sociedade portuguesa: passados recentes, futuros próximos: Actas do IV congresso português de sociologia. Coimbra.
- Marivoet, S. (2001) Hábitos desportivos da população portuguesa. Centro de estudos e formação desportiva. Lisboa.
- Marivoet, S. (2001). Hábitos Desportivos da População Portuguesa, Instituto Nacional de Formação e Estudos do Desporto. Lisboa.
- Marivoet, S. (2001). Tendências e Obstáculos da Procura Desportiva em Portugal (1988-1998) – Atas da Conferência Internacional sobre Economia do Desporto, Ministério da Juventude e do Desporto, Lisboa. 59-72
- Marivoet, S. (2003). Assimetrias na participação desportiva: os casos de Portugal e Espanha no contexto europeu. Movimento. (Porto Alegre), v. 9, n. 2, pp. 53-70.
- Moreira, A., Ferreira, A. (2012), Professores de Educação Física em Portugal: Entre a Formação Inicial e o Exercício Profissional. Revista Portuguesa de Pedagogia. no 46-II, 2012, 69-90
- Neto, C. (2015). A criação dos institutos superiores de educação física (Dec. Lei 675/75). Revista Portuguesa de Ciências do Desporto. 16, 12-25.
- Parlamento Europeu. (2000). Conclusões da Presidência: Conselho Europeu de Nice. Acedido em 17 de março de 2017, em: [http://www.europarl.europa.eu/summits/nice1\\_pt.htm](http://www.europarl.europa.eu/summits/nice1_pt.htm)
- Patrício, M. (1997), A Escola Axiológica – Educação Valores e Vocações, A Escola Cultural e os Valores, 3ª edição, Porto Editora. Porto
- Pereira, A. (2001). A Excelência profissional em educação física e desporto em Portugal: : Perfil a partir de sete histórias de vida. Tese de Doutoramento em Ciência do Desporto. Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física - Universidade do Porto, Porto.
- Pfister, G. (2011). INF25 Gender equality and elite sport. Enlarge partial agreement on Sport. Strasbourg.

- Pires, G. (1996). Desporto e política – Paradoxos e realidades. O desporto, Madeira.
- Pires, G. (2004). Povos e culturas. Cultura e Desporto. N.º 9, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa Universidade Católica Portuguesa. Lisboa.
- Puig, N. and Soler, S. (2000). Womens and Sport in Spain. Em: Hartmann-Tews, I., Pfister, G. (2003). Sport and Women – Social issues in international perspective. International Society for Comparative Physical Education and Sport. 1: 83-101
- Sarmiento, J.; Pires, G., (2005). Gestão do desporto: Novos desafios, diferentes soluções. Em: Pires, G. (2004). Povos e culturas. Cultura e Desporto. N.º 9, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa Universidade Católica Portuguesa. Lisboa.
- Serrado, R. (2014). Jogo e desporto no Portugal contemporâneo (1870-1910). Cultura, Vol. 33, 219-251
- Silva, A. (2016). Ciências do Desporto: Contributos para o Rendimento Desportivo. 1, Comité Olímpico de Portugal. Lisboa
- Sobral, F. (2003). Desporto para além do óbvio – Desporto e Demografia – Algumas implicações atuais e prospetivas, p.64-65. 1ª Edição, Instituto do Desporto de Portugal. Lisboa.
- Tenreiro, F. (2016), O desenvolvimento do Desporto, Gestão, Economia e Regulação, IPDJ, I.P., Fundação do Desporto. Lisboa. 25-34
- União Europeia. (1997). Tratado de Amesterdão. Acedido em 23 de outubro de 2017, em: <https://europa.eu/int>
- Yves Le Lostecque. (2000). O Conselho Europeu de Nice e o Reconhecimento do papel central das federações desportivas. Em: Confederação do Desporto de Portugal. (2002). O Modelo europeu do desporto: Documento de reflexão da Comissão Europeia. 1ª Edição, Confederação do Desporto de Portugal. Algés



## 7. ENQUADRAMENTO LEGAL

Decreto de Aprovação da Constituição. Diário da República n.º 86/1976, Série I de 1976. Presidência da República. Lisboa.

Decreto-lei n.º 139/2012 de 5 de julho. Diário da República n.º 129/2012, Série I de 2012. Ministério da Educação e da Ciência. Lisboa.

Decreto-Lei n.º 95/91 de 26 de fevereiro. Diário da República nº 47/1991, Série I-A de 1991. Ministério da Educação. Lisboa.

Decreto-Lei nº75/2008 de 22 de abril. Diário da República n.º 79/2008, Série I de 2008. Ministério da Educação. Lisboa

Despacho Normativo n.º 73/89, de 4 de agosto. Diário da República n.º 178/1989, Série I de 1989. Ministério da Educação. Lisboa.

Lei n.º 05/2017 de 15 de Janeiro. Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto. Diário da República n.º 11/2007, Série I de 2007. Assembleia da República. Lisboa.

Lei n.º 1/90. de 13 de Janeiro. Lei de Bases do Sistema Desportivo. Diário da República n.º 11/1990, Série I de 1990. Assembleia da República. Lisboa.

Lei n.º 5/2007 de 16 de Janeiro. Diário da República n.º 11/2007, Série I de 2007. Assembleia da República. Lisboa.

Portaria nº326/2013 de 1 de novembro. Diário da República n.º 212/2013, Série I de 2013. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa



## 8. APÊNDICES

**Tabela 1 – (ANOVA) Distribuição da população por grupos etários ao longo dos anos**

```
UNIANOVA b BY a
/METHOD=SSTYPE(3)
/INTERCEPT=INCLUDE
/EMMEANS=TABLES(a) COMPARE ADJ(LSD)
/EMMEANS=TABLES(OVERALL)
/PRINT=HOMOGENEITY DESCRIPTIVE
/CRITERIA=ALPHA(.05)
/DESIGN=a.
```

Univariate Analysis of Variance - Testar diferenças na população entre escalões etários (Tabela 1)

### Between-Subjects Factors

	N
a 1	7
2	7
3	7
4	7
5	7
6	7
7	7
8	7
9	7

### Descriptive Statistics

Dependent Variable: b

a	Mean	Std. Deviation	N
1	1236204,43	298207,856	7
2	1366520,43	271504,209	7
3	1331999,00	184303,851	7
4	1396204,43	206392,064	7
5	1354375,29	212968,173	7
6	1221074,71	208089,499	7
7	1030856,86	184642,748	7
8	726958,71	218554,571	7
9	209672,14	100629,677	7
10	150692,14	90026,597	7
Total	1002455,81	495485,930	70

### Tests of Between-Subjects Effects

Dependent Variable: b

Source	Type III Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Corrected Model	1,437E13 <sup>a</sup>	9	1,597E12	37,315	,000
Intercept	7,034E13	1	7,034E13	1643,7	,000
a	1,437E13	9	1,597E12	37,315	,000
Error	2,568E12	60	4,280E10		
Total	8,728E13	70			
Corrected Total	1,694E13	69			

a. R Squared = ,848 (Adjusted R Squared = ,826)

## Estimated Marginal Means

### 1. a

#### Estimates

Dependent Variable: b

a	Mean	Std. Error	95% Confidence Interval	
			Lower Bound	Upper Bound
1	...	78189,7	1079801,5	1392607,27
2	...	78189,7	1210117,5	1522923,27
3	...	78189,7	1175596,1	1488401,84
4	...	78189,7	1239801,5	1552607,27
5	...	78189,7	1197972,4	1510778,12
6	...	78189,7	1064671,8	1377477,55
7	...	78189,7	874454,01	1187259,70
8	...	78189,7	570555,87	883361,558
9	...	78189,7	53269,299	366074,986
10	...	78189,7	-5710,701	307094,986



**Pairwise Comparisons**

Dependent Variable:b

(I) a	(J) a	Mean Difference (I-J)	Std. Error	Sig. <sup>a</sup>	95% Confidence Interval for Difference <sup>a</sup>	
					Lower Bound	Upper Bound
1	2	-130316,00	110577,	,243	-351503,02	90871,022
	3	-95794,571	110577,	,390	-316981,59	125392,451
	4	-160000,00	110577,	,153	-381187,02	61187,022
	5	-118170,85	110577,	,289	-339357,88	103016,165
	6	15129,714	110577,	,892	-206057,30	236316,737
	7	205347,571	110577,	,068	-15839,451	426534,594
	8	509245,714	110577,	,000	288058,692	730432,737
	9	1026532,28	110577,	,000	805345,263	1247719,30
	10	1085512,28	110577,	,000	864325,263	1306699,30
	2	1	130316,000	110577,	,243	-90871,022
3		34521,429	110577,	,756	-186665,59	255708,451
4		-29684,000	110577,	,789	-250871,02	191503,022
5		12145,143	110577,	,913	-209041,88	233332,165
6		145445,714	110577,	,193	-75741,308	366632,737
7		335663,571	110577,	,004	114476,549	556850,594
8		639561,714	110577,	,000	418374,692	860748,737
9		1156848,28	110577,	,000	935661,263	1378035,30
10		1215828,28	110577,	,000	994641,263	1437015,30
3		1	95794,571	110577,	,390	-125392,45
	2	-34521,429	110577,	,756	-255708,45	186665,594
	4	-64205,429	110577,	,564	-285392,45	156981,594
	5	-22376,286	110577,	,840	-243563,30	198810,737
	6	110924,286	110577,	,320	-110262,73	332111,308
	7	301142,143	110577,	,008	79955,120	522329,165
	8	605040,286	110577,	,000	383853,263	826227,308
	9	1122326,85	110577,	,000	901139,835	1343513,88
	10	1181306,85	110577,	,000	960119,835	1402493,88
	4	1	160000,000	110577,	,153	-61187,022
2		29684,000	110577,	,789	-191503,02	250871,022
3		64205,429	110577,	,564	-156981,59	285392,451
5		41829,143	110577,	,707	-179357,88	263016,165
6		175129,714	110577,	,119	-46057,308	396316,737
7		365347,571	110577,	,002	144160,549	586534,594
8		669245,714	110577,	,000	448058,692	890432,737
9		1186532,28	110577,	,000	965345,263	1407719,30
10		1245512,28	110577,	,000	1024325,26	1466699,30
5		1	118170,857	110577,	,289	-103016,16
	2	-12145,143	110577,	,913	-233332,16	209041,880
	3	22376,286	110577,	,840	-198810,73	243563,308
	4	-41829,143	110577,	,707	-263016,16	179357,880
	6	133300,571	110577,	,233	-87886,451	354487,594
	7	323518,429	110577,	,005	102331,406	544705,451
	8	627416,571	110577,	,000	406229,549	848603,594
	9	1144703,14	110577,	,000	923516,120	1365890,16
	10	1203683,14	110577,	,000	982496,120	1424870,16
	6	1	-15129,714	110577,	,892	-236316,73
2		-145445,71	110577,	,193	-366632,73	75741,308
3		-110924,28	110577,	,320	-332111,30	110262,737
4		-175129,71	110577,	,119	-396316,73	46057,308
5		-133300,57	110577,	,233	-354487,59	87886,451
7		190217,857	110577,	,091	-30969,165	411404,880
8		494116,000	110577,	,000	272928,978	715303,022
9		1011402,57	110577,	,000	790215,549	1232589,59
10		1070382,57	110577,	,000	849195,549	1291569,59

7	1	-205347,57	110577,	,068	-426534,59	15839,451
	2	-335663,57	110577,	,004	-556850,59	-114476,54
	3	-301142,14	110577,	,008	-522329,16	-79955,120
	4	-365347,57	110577,	,002	-586534,59	-144160,54
	5	-323518,42	110577,	,005	-544705,45	-102331,40
	6	-190217,85	110577,	,091	-411404,88	30969,165
	8	303898,143	110577,	,008	82711,120	525085,165
	9	821184,714	110577,	,000	599997,692	1042371,73
	10	880164,714	110577,	,000	658977,692	1101351,73
	8	1	-509245,71	110577,	,000	-730432,73
2		-639561,71	110577,	,000	-860748,73	-418374,69
3		-605040,28	110577,	,000	-826227,30	-383853,26
4		-669245,71	110577,	,000	-890432,73	-448058,69
5		-627416,57	110577,	,000	-848603,59	-406229,54
6		-494116,00	110577,	,000	-715303,02	-272928,97
7		-303898,14	110577,	,008	-525085,16	-82711,120
9		517286,571	110577,	,000	296099,549	738473,594
10		576266,571	110577,	,000	355079,549	797453,594
9		1	-1026532,2	110577,	,000	-1247719,3
	2	-1156848,2	110577,	,000	-1378035,3	-935661,26
	3	-1122326,8	110577,	,000	-1343513,8	-901139,83
	4	-1186532,2	110577,	,000	-1407719,3	-965345,26
	5	-1144703,1	110577,	,000	-1365890,1	-923516,12
	6	-1011402,5	110577,	,000	-1232589,5	-790215,54
	7	-821184,71	110577,	,000	-1042371,7	-599997,69
	8	-517286,57	110577,	,000	-738473,59	-296099,54
	10	58980,000	110577,	,596	-162207,02	280167,022
	10	1	-1085512,2	110577,	,000	-1306699,3
2		-1215828,2	110577,	,000	-1437015,3	-994641,26
3		-1181306,8	110577,	,000	-1402493,8	-960119,83
4		-1245512,2	110577,	,000	-1466699,3	-1024325,2
5		-1203683,1	110577,	,000	-1424870,1	-982496,12
6		-1070382,5	110577,	,000	-1291569,5	-849195,54
7		-880164,71	110577,	,000	-1101351,7	-658977,69
8		-576266,57	110577,	,000	-797453,59	-355079,54
9		-58980,000	110577,	,596	-280167,02	162207,022

Based on estimated marginal means

#### Univariate Tests

Dependent Variable: b

	Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Contrast	1,437E13	9	1,597E12	37,315	,000
Error	2,568E12	60	4,280E10		

The F tests the effect of a. This test is based on the linearly independent pairwise comparisons among the estimated marginal means.

#### 2. Grand Mean

Dependent Variable: b

Mean	Std. Error	95% Confidence Interval	
		Lower Bound	Upper Bound
...	24725,7	952996,89	1051914,73

**Tabela 13 - Praticantes desportivos federados: total e por escalão etário**

Univariate Analysis of Variance - Comparação entre praticantes desportivos (Tabela 2)

[DataSet2] E:\1.sav

<b>Between-Subjects Factors</b>			
		Value Label	N
escalão	1	até juniores	12
	2	juniores	12
	3	seniores	12
	4	veteranos	12

**Descriptive Statistics**

Dependent Variable: praticantes

escalão	Mean	Std. Deviation	N
até juniores	...	46821,641	12
juniores	46237,	2992,810	12
seniores	...	15381,064	12
veteranos	26414,	6875,876	12
Total	...	97606,862	48

**Tests of Between-Subjects Effects**

Dependent Variable: praticantes

Source	Type III Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Corrected Model	4,204E11 <sup>a</sup>	3	1,401E11	225,58	,000
Intercept	7,019E11	1	7,019E11	1129,7	,000
escalão	4,204E11	3	1,401E11	225,58	,000
Error	2,734E10	44	6,213E8		
Total	1,150E12	48			
Corrected Total	4,478E11	47			

a. R Squared = ,939 (Adjusted R Squared = ,935)

## Estimated Marginal Means

### 1. Grand Mean

Dependent Variable: praticantes

Mean	Std. Error	95% Confidence Interval	
		Lower Bound	Upper Bound
...	3597,65	113672,42	128173,616

## 2. escalão

### Estimates

Dependent Variable: praticantes

escalão	Mean	Std. Error	95% Confidence Interval	
			Lower Bound	Upper Bound
até juniores	...	7195,30	246755,81	275758,190
juniores	46237,	7195,30	31735,894	60738,273
seniores	...	7195,30	135282,64	164285,023
veteranos	26414,	7195,30	11912,977	40915,356

### Pairwise Comparisons

Dependent Variable: praticantes

(I) escalão	(J) escalão	Mean Difference (I-J)	Std. Error	Sig. <sup>a</sup>	95% Confidence Interval for Difference <sup>a</sup>	
					Lower Bound	Upper Bound
até juniores	juniores	215019,917	10175,7	,000	194512,137	235527,696
	seniores	111473,167	10175,7	,000	90965,387	131980,946
	veteranos	234842,833	10175,7	,000	214335,054	255350,613
juniores	até juniores	-215019,91	10175,7	,000	-235527,69	-194512,13
	seniores	-103546,75	10175,7	,000	-124054,52	-83038,971
	veteranos	19822,917	10175,7	,058	-684,863	40330,696
seniores	até juniores	-111473,16	10175,7	,000	-131980,94	-90965,387
	juniores	103546,750	10175,7	,000	83038,971	124054,529
	veteranos	123369,667	10175,7	,000	102861,887	143877,446
veteranos	até juniores	-234842,83	10175,7	,000	-255350,61	-214335,05
	juniores	-19822,917	10175,7	,058	-40330,696	684,863
	seniores	-123369,66	10175,7	,000	-143877,44	-102861,88

Based on estimated marginal means

\*. The mean difference is significant at the ,05 lev

a. Adjustment for multiple comparisons: Least Significant Difference (equivalent to no adjustments).

### Univariate Tests

Dependent Variable: praticantes

	Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Contrast	4,204E11	3	1,401E11	225,58	,000
Error	2,734E10	44	6,213E8		

The F tests the effect of escalão. This test is based on the linearly independent pairwise comparisons among the estimated marginal means.

## Tabela 14 - Alunos matriculados: por nível de ensino e sexo

Univariate Analysis of Variance - Diferenças nos alunos entre os níveis de ensino (Tabela 5)

### Between-Subjects Factors

		N
V1	BAS	24
	SEC	24
	SUP	24
V2	H	36

### Descriptive Statistics

Dependent Variable: V3

V1	V2	Mean	Std. Deviation	N
BAS	H	634301,67	81529,873	12
	M	594828,83	80092,207	12
	Total	614565,25	81568,677	24
SEC	H	187885,92	42831,413	12
	M	196671,92	44079,210	12
	Total	192278,92	42740,743	24
SUP	H	153635,67	46028,101	12
	M	178214,92	55658,147	12
	Total	165925,29	51501,544	24
Total	H	325274,42	229446,677	36
	M	323238,56	203943,846	36
	Total	324256,49	215538,469	72

### Tests of Between-Subjects Effects

Dependent Variable: V3

Source	Type III Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Corrected Model	3,056E12 <sup>a</sup>	5	6,112E11	166,25	,000
Intercept	7,570E12	1	7,570E12	2059,3	,000
V1	3,042E12	2	1,521E12	413,82	,000
V2	74605148,3	1	74605148,3	,020	,887
V1 * V2	1,336E10	2	6,681E9	1,817	,170
Error	2,426E11	66	3,676E9		
Total	1,087E13	72			
Corrected Total	3,298E12	71			

a. R Squared = ,926 (Adjusted R Squared = ,921)

## Estimated Marginal Means

### 1. Grand Mean

Dependent Variable: V3

Mean	Std. Error	95% Confidence Interval	
		Lower Bound	Upper Bound
...	7145,28	309990,46	338522,508

## 2. V1

### Estimates

Dependent Variable:V3

V1	Mean	Std. Error	95% Confidence Interval	
			Lower Bound	Upper Bound
BAS	...	12375,9	589855,77	639274,726
SEC	...	12375,9	167569,44	216988,392
SUP	...	12375,9	141215,81	190634,767

### Pairwise Comparisons

Dependent Variable:V3

(I) V1	(J) V1	Mean Difference (I-J)	Std. Error	Sig. <sup>a</sup>	95% Confidence Interval for Difference <sup>a</sup>	
					Lower Bound	Upper Bound
BAS	SEC	422286,333	17502,3	,000	387341,858	457230,809
	SUP	448639,958	17502,3	,000	413695,483	483584,434
SEC	BAS	-422286,33	17502,3	,000	-457230,80	-387341,85
	SUP	26353,625	17502,3	,137	-8590,850	61298,100
SUP	BAS	-448639,95	17502,3	,000	-483584,43	-413695,48
	SEC	-26353,625	17502,3	,137	-61298,100	8590,850

Based on estimated marginal means

\*.The mean difference is significant at the ,05 lev

a.Adjustment for multiple comparisons: Least Significant Difference (equivalent to no adjustments).

### Univariate Tests

Dependent Variable:V3

	Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Contrast	3,042E12	2	1,521E12	413,82	,000
Error	2,426E11	66	3,676E9		

The F tests the effect of V1. This test is based on the linearly independent pairwise comparisons among the estimated marginal means.

## 3. V2

### Estimates

Dependent Variable:V3

V2	Mean	Std. Error	95% Confidence Interval	
			Lower Bound	Upper Bound
H	...	10104,9	305099,21	345449,619
M	...	10104,9	303063,35	343413,758

### Pairwise Comparisons

Dependent Variable:V3

(I) V2	(J) V2	Mean Difference (I-J)	Std. Error	Sig. <sup>a</sup>	95% Confidence Interval for Difference <sup>a</sup>	
					Lower Bound	Upper Bound
H	M	2035,861	14290,5	,887	-26496,184	30567,906
M	H	-2035,861	14290,5	,887	-30567,906	26496,184

Based on estimated marginal means

a.Adjustment for multiple comparisons: Least Significant Difference (equivalent to no adjustments).

## Univariate Tests

Dependent Variable:V3

	Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Contrast	74605148,3	1	74605148,3	,020	,887
Error	2,426E11	66	3,676E9		

The F tests the effect of V2. This test is based on the linearly independent pairwise comparisons among the estimated marginal means.

### 4. V1 \* V2

Dependent Variable:V3

V1	V2	Mean	Std. Error	95% Confidence Interval	
				Lower Bound	Upper Bound
BAS	H	...	17502,3	599357,19	669246,142
	M	...	17502,3	559884,35	629773,309
SEC	H	...	17502,3	152941,44	222830,392
	M	...	17502,3	161727,44	231616,392
SUP	H	...	17502,3	118691,19	188580,142
	M	...	17502,3	143270,44	213159,392

## Post Hoc Tests

### V1

#### Multiple Comparisons

V3  
LSD

(I) V1	(J) V1	Mean Difference (I-J)	Std. Error	Sig.	95% Confidence Interval	
					Lower Bound	Upper Bound
BAS	SEC	422286,33*	17502,3	,000	387341,86	457230,81
	SUP	448639,96*	17502,3	,000	413695,48	483584,43
SEC	BAS	-422286,33	17502,3	,000	-457230,81	-387341,86
	SUP	26353,63	17502,3	,137	-8590,85	61298,10
SUP	BAS	-448639,96	17502,3	,000	-483584,43	-413695,48
	SEC	-26353,63	17502,3	,137	-61298,10	8590,85

Based on observed means.

The error term is Mean Square(Error) = 3675967325,815.

\*.The mean difference is significant at the ,05 level.

**Tabela 15 - Praticantes Femininos e Masculinos por Região**

**Between-Subjects Factors**

		N
SEXO	H	20

**Descriptive Statistics**

Dependent Variable: PRATICANTES

SEXO	Mean	Std. Deviation	N
H	15980,1500	16032,9266	20
M	4114,4000	4546,34924	20
Total	10047,2750	13092,0966	40

**Tests of Between-Subjects Effects**

Dependent Variable: PRATICANTES

Source	Type III Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Corrected Model	1,408E9 <sup>a</sup>	1	1,408E9	10,139	,003
Intercept	4,038E9	1	4,038E9	29,079	,000
SEXO	1,408E9	1	1,408E9	10,139	,003
Error	5,277E9	38	1,389E8		
Total	1,072E10	40			
Corrected Total	6,685E9	39			

a. R Squared = ,211 (Adjusted R Squared = ,190)



## Estimated Marginal Means

### 1. Grand Mean

Dependent Variable: PRATICANTES

Mean	Std. Error	95% Confidence Interval	
		Lower Bound	Upper Bound
10047,	1863,21	6275,404	13819,146

### 2. SEXO

#### Estimates

Dependent Variable: PRATICANTES

SEXO	Mean	Std. Error	95% Confidence Interval	
			Lower Bound	Upper Bound
H	15980,	2634,97	10645,919	21314,381
M	4114,4	2634,97	-1219,831	9448,631

#### Pairwise Comparisons

Dependent Variable: PRATICANTES

(I) SEXO	(J) SEXO	Mean Difference (I-J)	Std. Error	Sig. <sup>a</sup>	95% Confidence Interval for Difference <sup>a</sup>	
					Lower Bound	Upper Bound
H	M	11865,750*	3726,41	,003	4322,008	19409,492
M	H	-11865,750	3726,41	,003	-19409,492	-4322,008

Based on estimated marginal means

\*. The mean difference is significant at the ,05 lev

a. Adjustment for multiple comparisons: Least Significant Difference (equivalent to no adjustments).

#### Univariate Tests

Dependent Variable: PRATICANTES

	Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Contrast	1,408E9	1	1,408E9	10,139	,003
Error	5,277E9	38	1,389E8		

The F tests the effect of SEXO. This test is based on the linearly independent pairwise comparisons among the estimated marginal means.

Univariate Analysis of Variance - Comparação entre homens e mulheres em 2014 (Tabela 9)

[DataSet1]

**Between-Subjects  
Factors**

		N
SEXO	H	20

**Descriptive Statistics**

Dependent Variable: PRATICANTES

SEXO	Mean	Std. Deviation	N
H	20097,4500	20374,8237	20
M	7081,4500	7218,97518	20
Total	13589,4500	16464,3020	40

**Tests of Between-Subjects Effects**

Dependent Variable: PRATICANTES

Source	Type III Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Corrected Model	1,694E9 <sup>a</sup>	1	1,694E9	7,252	,010
Intercept	7,387E9	1	7,387E9	31,619	,000
SEXO	1,694E9	1	1,694E9	7,252	,010
Error	8,878E9	38	2,336E8		
Total	1,796E10	40			
Corrected Total	1,057E10	39			

a. R Squared = ,160 (Adjusted R Squared = ,138)

**Estimated Marginal Means**

**1. Grand Mean**

Dependent Variable: PRATICANTES

Mean	Std. Error	95% Confidence Interval	
		Lower Bound	Upper Bound
13589,	2416,73	8697,034	18481,866

**2. SEXO**

**Estimates**

Dependent Variable: PRATICANTES

SEXO	Mean	Std. Error	95% Confidence Interval	
			Lower Bound	Upper Bound
H	20097,	3417,77	13178,529	27016,371
M	7081,4	3417,77	162,529	14000,371

### Pairwise Comparisons

Dependent Variable:PRATICANTES

(I) SEXO	(J) SEXO	Mean Difference (I-J)	Std. Error	Sig. <sup>a</sup>	95% Confidence Interval for Difference <sup>a</sup>	
					Lower Bound	Upper Bound
H	M	13016,000*	4833,46	,010	3231,168	22800,832
M	H	-13016,000	4833,46	,010	-22800,832	-3231,168

Based on estimated marginal means

\*.The mean difference is significant at the ,05 lev

a.Adjustment for multiple comparisons: Least Significant Difference (equivalent to no adjustments).

### Univariate Tests

Dependent Variable:PRATICANTES

	Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Contrast	1,694E9	1	1,694E9	7,252	,010
Error	8,878E9	38	2,336E8		

The F tests the effect of SEXO. This test is based on the linearly independent pairwise comparisons among the estimated marginal means.

Univariate Analysis of Variance - Comparação entre total de homens e de mulheres por região (Tabela 9)

[DataSet1]

#### Between-Subjects Factors

		N
SEXO	H	20

#### Descriptive Statistics

Dependent Variable:PRATICANTES

SEXO	Mean	Std. Deviation	N
H	206648,8500	213774,49045	20
M	64211,4500	68638,76841	20
Total	135430,1500	172514,55396	40

#### Tests of Between-Subjects Effects

Dependent Variable:PRATICANTES

Source	Type III Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Corrected Model	2,029E11 <sup>a</sup>	1	2,029E11	8,049	,007
Intercept	7,337E11	1	7,337E11	29,107	,000
SEXO	2,029E11	1	2,029E11	8,049	,007
Error	9,578E11	38	2,521E10		
Total	1,894E12	40			
Corrected Total	1,161E12	39			

a. R Squared = ,175 (Adjusted R Squared = ,153)

## Estimated Marginal Means

### 1. Grand Mean

Dependent Variable: PRATICANTES

Mean	Std. Error	95% Confidence Interval	
		Lower Bound	Upper Bound
...	25102,4	84612,809	186247,491

## 2. SEXO

### Estimates

Dependent Variable: PRATICANTES

SEXO	Mean	Std. Error	95% Confidence Interval	
			Lower Bound	Upper Bound
H	...	35500,2	134782,27	278515,423
M	64211,	35500,2	-7655,123	136078,023

### Pairwise Comparisons

Dependent Variable: PRATICANTES

(I) SEXO	(J) SEXO	Mean Difference (I-J)	Std. Error	Sig. <sup>a</sup>	95% Confidence Interval for Difference <sup>a</sup>	
					Lower Bound	Upper Bound
H	M	142437,400	50204,9	,007	40802,718	244072,082
M	H	-142437,40	50204,9	,007	-244072,08	-40802,718

Based on estimated marginal means

\*.The mean difference is significant at the ,05 lev

a.Adjustment for multiple comparisons: Least Significant Difference (equivalent to no adjustments).

### Univariate Tests

Dependent Variable: PRATICANTES

	Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Contrast	2,029E11	1	2,029E11	8,049	,007
Error	9,578E11	38	2,521E10		

The F tests the effect of SEXO. This test is based on the linearly independent pairwise comparisons among the estimated marginal means.

### **Tabela 16 - Praticantes Desportivos Federados por Mil habitantes**

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

<b>Anos</b>	<b>Praticantes desportivos federados por mil habitantes</b>
<b>1996</b>	26,4
<b>1997</b>	26,9
<b>1998</b>	30,3
<b>1999</b>	31,5
<b>2000</b>	31,4
<b>2001</b>	32,3
<b>2002</b>	35,4
<b>2003</b>	36,0
<b>2004</b>	38,3
<b>2005</b>	43,3
<b>2006</b>	42,7
<b>2007</b>	45,9
<b>2008</b>	46,3
<b>2009</b>	48,5
<b>2010</b>	49,1
<b>2011</b>	49,6
<b>2012</b>	49,9

**Tabela 17 - Taxa de Crescimento da Participação Desportiva (2007-2014)  
nas Federações Desportivas com UPD**

Fonte: IPDJ, I.P.

<b>Federações Desportivas com UPD</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>Crescimento (%)</b>
Atividades Subaquáticas	1994	1700	1353	1272	1257	1069	1093	1110	
	-0,10	-0,15	-0,20	-0,06	-0,01	-0,15	0,02	0,02	-8%
Aeromodelismo	1241	1268	1295	904	875	937	956	974	
	0,01	0,02	0,02	-0,30	-0,03	0,07	0,02	0,02	-2%
Aeronáutica	223	186	304	174	199	242	0	600	
		-0,17	0,63	-0,43	0,14	0,22	-1,00		-10%
Aikido	871	1024	841	1216	1228	1151	1318	1224	
	-0,14	0,18	-0,18	0,45	0,01	-0,06	0,15	-0,07	4%
Andebol	32257	33902	37562	39708	39877	40373	46405	50114	
		0,05	0,11	0,06	0,00	0,01	0,15	0,08	7%
Atletismo	11954	13576	14500	14998	14565	14484	14991	14835	
	0,04	0,14	0,07	0,03	-0,03	-0,01	0,04	-0,01	3%
Automobilismo	2692	2508	2540	2972	2422	2318	2399	3026	
	0,00	-0,07	0,01	0,17	-0,19	-0,04	0,03	0,26	2%
Badminton	1129	1301	1322	1401	1708	1803	1831	1940	
	0,10	0,15	0,02	0,06	0,22	0,06	0,02	0,06	9%
Basquetebol	34026	36320	40250	41830	40241	39996	38347	35590	
	0,82	0,07	0,11	0,04	-0,04	-0,01	-0,04	-0,07	11%
Bilhar	2189	1318	767	2119	1639	1592	1914	1712	
	0,46	-0,40	-0,42	1,76	-0,23	-0,03	0,20	-0,11	16%
Bridge	787	631	594	595	605	636	800	866	
	-0,05	-0,20	-0,06	0,00	0,02	0,05	0,26	0,08	1%
Campismo e Montanhismo	41179	38382	40492	37727	34561	31570	31859	32585	
	-0,09	-0,07	0,05	-0,07	-0,08	-0,09	0,01	0,02	-4%
Canoagem	2050	2223	2346	2270	2354	2357	2322	2304	
	0,04	0,08	0,06	-0,03	0,04	0,00	-0,01	-0,01	2%
Ciclismo	5263	6079	7654	8087	8511	9052	10609	13226	
	0,15	0,16	0,26	0,06	0,05	0,06	0,17	0,25	14%
Columbofilia	14602	13967	13321	11715	11264	10536	9893	9495	
	-0,05	-0,04	-0,05	-0,12	-0,04	-0,06	-0,06	-0,04	-6%
Corfebol	307	328	518	537	511	559	656	720	
	-0,19	0,07	0,58	0,04	-0,05	0,09	0,17	0,10	10%
Damas	630	725	778	794	779	861	885	794	
		0,15	0,07	0,02	-0,02	0,11	0,03	-0,10	4%
Dança Desportiva	1549	1273	1507	1226	1101	1063	1115	1212	

	0,12	-0,18	0,18	-0,19	-0,10	-0,03	0,05	0,09	-1%
Equestre	4613	5056	5097	5277	5498	5597	5597	5791	
	0,10	0,10	0,01	0,04	0,04	0,02	0,00	0,03	4%
Esgrima	450	670	815	832	1038	1210	1471	1491	
	0,04	0,49	0,22	0,02	0,25	0,17	0,22	0,01	18%
Esqui	231	256	236	118	117	175	145	152	
	0,26	0,11	-0,08	-0,50	-0,01	0,50	-0,17	0,05	2%
Futebol	136387	141958	144106	148106	151572	153530	153462	158738	
	0,02	0,04	0,02	0,03	0,02	0,01	0,00	0,03	2%
Ginástica	14701	5613	6482	8047	11636	13441	14322	13740	
	0,55	-0,62	0,15	0,24	0,45	0,16	0,07	-0,04	12%
Golfe	14342	14769	14545	14656	14655	14198	13825	14094	
	0,05	0,03	-0,02	0,01	0,00	-0,03	-0,03	0,02	0%
Hóquei	1322	1506	1576	1581	1586	1589	1800	1838	
	0,03	0,14	0,05	0,00	0,00	0,00	0,13	0,02	5%
Judo	11783	12313	11669	12576	12498	12265	13135	12460	
	0,04	0,04	-0,05	0,08	-0,01	-0,02	0,07	-0,05	1%
Karate	14593	14511	16069	16683	15469	16096	15315	14734	
	0,05	-0,01	0,11	0,04	-0,07	0,04	-0,05	-0,04	1%
Lutas Amadoras	1250	1130	1281	1224	1212	1033	920	930	
	0,04	-0,10	0,13	-0,04	-0,01	-0,15	-0,11	0,01	-3%
Minigolfe	355	710	797	754	705	780	780	959	
		1,00	0,12	-0,05	-0,06	0,11	0,00	0,23	19%
Motociclismo	1035	1017	998	1055	991	848	795	933	
	0,04	-0,02	-0,02	0,06	-0,06	-0,14	-0,06	0,17	0%
Motonáutica	397	454	320	308	194	290	355	287	
	1,36	0,14	-0,30	-0,04	-0,37	0,49	0,22	-0,19	17%
Natação	8276	9259	10127	11380	11277	11232	11651	21695	
	0,04	0,12	0,09	0,12	-0,01	0,00	0,04	0,86	16%
Orientação	2344	2137	2346	2320	2546	2655	2741	2788	
	0,05	-0,09	0,10	-0,01	0,10	0,04	0,03	0,02	3%
Paraquedismo	565	357	500	501	519	535	0	549	
		-0,37	0,40	0,00	0,04	0,03	-1,00		-15%
Patinagem	10368	10402	10765	10269	11151	11000	11807	11810	
	0,06	0,00	0,03	-0,05	0,09	-0,01	0,07	0,00	2%
Pentatlo Moderno	240	263	597	661	821	732	768	809	
	0,14	0,10	1,27	0,11	0,24	-0,11	0,05	0,05	23%
Pesca de Alto Mar	266	290	272	292	3566	224	175	204	
	-0,04	0,09	-0,06	0,07	11,21	-0,94	-0,22	0,17	129%
Pesca Desportiva	3411	3528	3362	3930	317	3313	2892	2841	
	-0,07	0,03	-0,05	0,17	-0,92	9,45	-0,13	-0,02	106%

Petanca	1123	1188	1140	1164	1087	1000	967	890	
	-0,05	0,06	-0,04	0,02	-0,07	-0,08	-0,03	-0,08	-3%
Remo	1443	1633	1666	1722	1786	1737	1632	1479	
	0,04	0,13	0,02	0,03	0,04	-0,03	-0,06	-0,09	1%
Rugby	3410	4727	4879	5224	5465	6180	6449	6683	
	0,24	0,39	0,03	0,07	0,05	0,13	0,04	0,04	12%
Surf	1854	1958	1971	2016	2033	1745	1501	1693	
	0,02	0,06	0,01	0,02	0,01	-0,14	-0,14	0,13	-1%
Taekwondo	3189	3074	3310	3586	3499	3740	4025	4076	
	0,13	-0,04	0,08	0,08	-0,02	0,07	0,08	0,01	5%
Ténis	17786	18971	25550	25941	25491	25768	18459	19276	
	0,27	0,07	0,35	0,02	-0,02	0,01	-0,28	0,04	6%
Ténis de Mesa	3445	3142	3205	3282	3042	3050	2987	3286	
	-0,17	-0,09	0,02	0,02	-0,07	0,00	-0,02	0,10	-3%
Tiro	4583	3774	3833	3929	3874	3995	4018	3982	
	-0,03	-0,18	0,02	0,03	-0,01	0,03	0,01	-0,01	-2%
Tiro com Arco	294	294	280	0	123	126	189	256	
		0,00	-0,05	-1,00		0,02	0,50	0,35	-3%
Tiro com Armas de Caça	4857	3748	3520	3461	3292	3224	3100	3136	
	-0,46	-0,23	-0,06	-0,02	-0,05	-0,02	-0,04	0,01	-11%
Triatlo	846	972	1180	1650	1666	1836	2028	2201	
	0,19	0,15	0,21	0,40	0,01	0,10	0,10	0,09	16%
Vela	3043	2887	2868	0	2051	1914	1874	1841	
	0,15	-0,05	-0,01	-1,00		-0,07	-0,02	-0,02	-14%
Voleibol	36244	40898	40090	42386	43240	43061	43023	43076	
	0,24	0,13	-0,02	0,06	0,02	0,00	0,00	0,00	5%
Voo Livre	688	678	692	754	709	831	653	569	
	-0,01	-0,01	0,02	0,09	-0,06	0,17	-0,21	-0,13	-2%
Xadrez	3669	4081	3934	3558	2609	2427	2599	2715	
	0,03	0,11	-0,04	-0,10	-0,27	-0,07	0,07	0,04	-3%



**Tabela 18 - Praticantes Desportivos por Sexo (2003-2014)**

Fonte: IPDJ, IP

<b>Praticantes por sexo</b>			
<b>Anos</b>	<b>Masculino</b>	<b>Feminino</b>	<b>Total</b>
<b>2003</b>	306414	70051	376465
<b>2004</b>	319601	82289	401890
<b>2005</b>	360589	94062	454651
<b>2006</b>	357510	91496	449006
<b>2007</b>	375473	108617	484090
<b>2008</b>	374654	114345	488999
<b>2009</b>	387245	125313	512558
<b>2010</b>	391020	127948	518968
<b>2011</b>	391540	131628	523168
<b>2012</b>	388762	136476	525238
<b>2013</b>	391601	133471	525072
<b>2014</b>	402884	141629	544513

### Tabela 19 - Participação por Sexos nos Conselhos Gerais das Universidades Portuguesas

Fonte: Páginas oficiais das Instituições de Ensino Superior

<b>TOTAIS</b>	<b>H</b>	<b>M</b>
Universidade de Coimbra	22	3
Universidade do Porto	17	6
Universidade de Lisboa	24	9
Universidade de Aveiro	13	6
Universidade do Minho	15	11
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	19	4
Universidade da Beira Interior	13	8
Universidade de Évora	10	9
Universidade do Algarve	25	9
Universidade Nova	15	6
Universidade da Madeira	14	6
Universidade dos Açores	12	3
<b>Média</b>	<b>17</b>	<b>7</b>
<b>%</b>	<b>71</b>	<b>29</b>

**Tabela 20 - Alunos Inscritos por Nível de Ensino e Sexo**

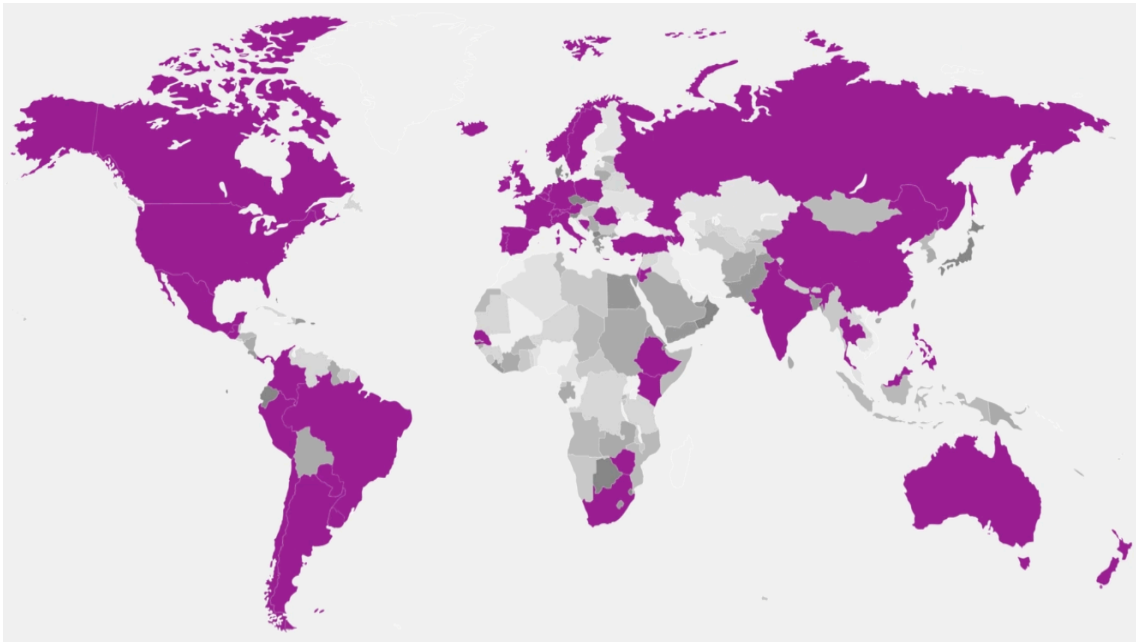
Fonte: PORDATA

Anos	Ensino Básico			Ensino Secundário			Ensino Superior		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
<b>1980</b>	1 538 389	795 459	742 930	169 516	83 437	86 079	80 919	45 370	35 549
<b>1990</b>	1 531 114	789 141	741 973	309 568	145 111	164 457	157 869	68 123	89 746
<b>2000</b>	1 240 836	637 865	602 971	417 705	199 674	218 031	373 745	162 524	211 221
<b>2007</b>	1 155 181	601 265	553 916	356 711	169 214	187 497	366 729	168 821	197 908
<b>2008</b>	1 187 184	614 327	572 857	349 477	165 148	184 329	376 917	175 177	201 740
<b>2009</b>	1 283 193	652 999	630 194	498 327	239 288	259 039	373 002	174 000	199 002
<b>2010</b>	1 256 462	640 302	616 160	483 982	235 870	248 112	383 627	179 151	204 476
<b>2011</b>	1 206 716	619 937	586 779	440 895	217 456	223 439	396 268	184 627	211 641
<b>2012</b>	1 157 811	599 332	558 479	411 238	204 089	207 149	390 273	181 515	208 758
<b>2013</b>	1 093 523	568 091	525 432	398 447	200 665	197 782	371 000	173 745	197 255
<b>2014</b>	1 057 459	550 584	506 875	385 210	194 857	190 353	362 200	168 252	193 948
<b>2015</b>	1 041 698	542 318	499 380	393 618	199 822	193 796	349 658	162 323	187 335

**Tabela 21 - Alunos Inscritos por Nível de Ensino e Sexo (%)**

Fonte: PORDATA

	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
Ensino Básico	52%	48%
Ensino Secundário	49%	51%
Ensino Superior	46%	54%
<b>Total</b>	49%	51%



**Figura 14 - Alcance do Programa "This Girl Can" no Território Mundial**

Fonte: Relatório da Iniciativa "This Girl Can"

## **Tabela 22 – Validação dos Vários Níveis de Cursos de Treinadores**

Fonte: IPDJ, IP

---

Universo de Federações	45
Nº de Federações com os 3 Graus de Treinador	6
Com o I e ou II Grau Ativo	25
Sem nenhum grau de Treinador ativo	14
Federações não incluídas	23
Nº Federações com Associação de Treinadores	21
Federações que apresentam crescimento no nº de Treinadores	7
Apresentam formações na componente específica (uma ou mais modalidades por federação) para revalidação do Título Profissional	51
Sem formação em alguma das modalidades para revalidação do título de treinador	18